

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS-LINGÜÍSTICA

OS EDITORIAIS DE JORNAL: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos para a obtenção do Grau de Mestre em Lingüística.

ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA

FLORIANÓPOLIS - 1992

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de

MESTRE EM LETRAS

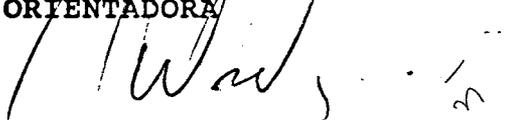
Área de Linguística Teórica e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Letras-Linguística



Professora Dra. Alexandra Y. Aikhenvald
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação
em Letras-Linguística



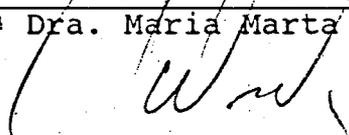
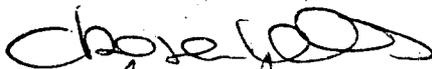
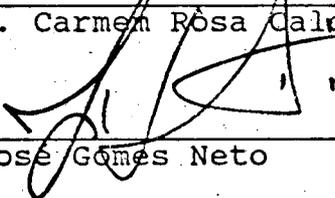
Prof^a Dra. Maria Marta Furlanetto
ORIENTADORA


Prof^o Dr. João Wanderley Geraldi
CO-ORIENTADOR

BANCA EXAMINADORA:



Prof^a Dra. Maria Marta Furlanetto


Prof^o Dr. João Wanderley Geraldi
Prof^a Dra. Carmen Rosa Caldas-Coulthard
Prof^o . José Gomes Neto

Qualquer tipo de trabalho pressupõe relacionamentos diversos entre sujeitos também bastante diversos. Este trabalho não poderia ser diferente: é o resultado de um percurso bastante rico e significativo. Muitas foram as pessoas que partilharam deste percurso. Assim, agradeço a todos aqueles que dividiram comigo as preocupações de ordem teórica, as dificuldades de diversas outras ordens e o entusiasmo pelas descobertas.

O presente trabalho somente se tornou possível graças à bolsa de estudos que me foi concedida pela Universidade Federal do Pará, através de seu programa de capacitação de docentes - PICD/CAPES

A meus pais, Jandira e José,
pelo amor e carinho com que me
possibilitam sempre a aventura
de ser.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	01
1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISCURSIVIDADE...	05
2. OS EDITORIAIS: A CONSTRUÇÃO DA AUTORIDADE	
2.1. A questão do gênero.....	16
2.2. A legitimação explícita da própria fala.....	23
2.3. A legitimação implícita da própria fala.....	33
3. MECANISMOS DISCURSIVOS.....	52
3.1. Crítica genérica.....	55
3.2. Crítica específica.....	73
4. CONCLUSÃO.....	99
5. NOTAS.....	102
6. BIBLIOGRAFIA.....	103
7. ANEXOS.....	109

I N T R O D U Ç A O

Este trabalho se propõe a analisar um dos gêneros que constituem o discurso jornalístico: o editorial. Prioritariamente, o que me levou a estudar este gênero foi o desejo de compreender como se constitui o lugar da opinião da empresa jornalística. Para tanto, decidi trabalhar com quatro grandes jornais brasileiros: O Globo, o Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo. O corpus do trabalho se constitui de 31 editoriais retirados da semana de 12 a 19 de novembro de 1989, semana das primeiras eleições diretas para Presidente da República em 29 anos. O número de editoriais se justifica pelo fato de o jornal O Estado de S. Paulo não circular as segundas-feiras. A análise deste corpus encontra-se respaldada na observação dos editoriais destes jornais durante os meses de outubro novembro e dezembro de 1989, período em que as atenções estavam principalmente voltadas para a campanha eleitoral. No entanto, apesar de o corpus se encontrar situado em um contexto bastante "politizado", acredito que ele possa ser representativo da forma de constituição deste gênero jornalístico. Com o objetivo de melhor compreender esta forma de constituição, decidi também discutir neste trabalho alguns verbetes do conjunto de instruções que regem o discurso jornalístico, representado pelo Manual da Redação

da Folha de São Paulo (1987) e pelo Manual de Redação e Estilo do Estado de S. Paulo (1990). A utilização destes dois manuais como exemplo do conjunto de instruções produzido pela comunidade jornalística se justifica pelo fato de ambos se encontram à disposição não só da comunidade para quem são endereçados, mas também à disposição da sociedade com um todo. Apesar de os jornais **O Globo**, **Jornal do Brasil** e outros jornais brasileiros também disporem de um conjunto elaborado de instruções, este material não se encontra à disposição do público em geral. Os verbetes que foram incorporados ao corpus explicitam alguns conceitos que fazem parte do saber do discurso jornalístico e o principal objetivo na análise destes verbetes é o de compreender que tipos de restrições os conteúdos proposicionais veiculados nos manuais operam sobre os editoriais.

Assumindo a hipótese de que a forma de constituição de um discurso ocorre basicamente a partir de um "*trabalho sobre outros discursos*" (Maingueneau, 1989:120), uma formação discursiva seria definida, então, não por uma especificidade própria, mas pelos diversos tipos de relacionamento (oposição, afastamento, identificação, subordinação, contradição, reforço, etc..) possíveis de serem estabelecidos com outras formações discursivas que partilham um determinado campo discursivo. É nesse sentido que postulo dois mecanismos discursivos **comuns** aos editoriais dos diferentes jornais, mecanismos estes que combinados entre si, apontam para a forma como os editoriais

se encontram organizados discursivamente, ou seja, apontam para a forma como este discurso se constitui a partir do estabelecimento de determinadas relações com outras formações discursivas.

A hipótese que justifica este trabalho é a suposição de que, apesar de apresentarem diferentes formas de articulação dos mecanismos discursivos e textuais, construindo diferentes imagens de si mesmos para seus leitores, os editoriais das instituições jornalísticas analisadas se revelam pertencendo a uma única e mesma formação ideológica. Nesse sentido, este trabalho se ocupa fundamentalmente das **semelhanças** entre os editoriais dos diferentes jornais. As diferenças são apontadas, mas não tematizadas.

Para realizar a tarefa proposta por tal hipótese, inicio o trabalho apresentando os conceitos que foram mobilizados ao longo da análise, com o objetivo de fixar os limites nos quais este trabalho se inscreve. Sem pretender discutir os fundamentos da Análise do Discurso, articulo alguns conceitos que trabalham "*a discursividade através de sua relação com a heterogeneidade*" (Maingueneau, 1999:22). Em seguida, tento discutir o caráter institucional desta atividade discursiva, ou seja, a forma de construção da autoridade dos editoriais e o tipo de autoridade que é construída.

Em seguida, inicio uma descrição dos mecanismos discursivos **crítica genérica** e **crítica específica**, postulados como as principais formas de estabelecimento de relações entre o discurso jornalístico e as outras formações discursivas. Estes dois mecanismos são assumidos não como evidências em si, mas já como efeitos de sentido produzidos pelo trabalho sobre os outros discursos. A **crítica genérica** está centrada no movimento que vai no sentido da indeterminação para a determinação dos sentidos nos editoriais. A **crítica específica** está centrada na universalização do particular, operação esta que é revelada basicamente pela seleção dos temas dos editoriais. A articulação destes mecanismos nos editoriais revela o estabelecimento de relações ora de distanciamento, ora de aproximação com relação a outras formações discursivas. As relações que se estabelecem com outras formações discursivas revelam a **heterogeneidade** deste gênero jornalístico, que pode ser tanto **constitutiva**, quanto **mostrada**. (Authier-Revuz, 1982).

1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISCURSIVIDADE

Os novos aspectos da existência que foram integrados no círculo do interesse social, que se tornaram objeto da fala e da emoção humana, não coexistem pacificamente com os elementos que se integraram à existência antes deles; pelo contrário, entram em luta com eles, submetem-nos à uma reavaliação, fazem-nos mudar no interior da unidade do horizonte apreciativo. Essa dialética reflete-se na evolução semântica. Uma nova significação se descobre na antiga, e através da antiga, mas a fim de entrar em contradição com ela e reconstruí-la. (Mikail Bakhtin, *Marxismo e Filosofia da Linguagem*)

Este texto não possui a pretensão de fazer uma ampla revisão bibliográfica sobre os pressupostos teóricos da chamada Escola Francesa de Análise do Discurso (AD)¹, mas apenas discutir alguns conceitos produzidos principalmente pelos trabalhos inscritos no que se chama "novas tendências" em análise do discurso. O trecho de Bakhtin (1986:136) escolhido para orientar este trabalho mostra que o autor já apontava para a existência de relações (de contradição, por exemplo) entre os diferentes discursos produzidos, entendendo-os como resultado de constantes reelaborações de uns sobre os outros, reconstruções, trabalho, enfim. O ponto de vista básico sobre o qual este trabalho se encontra construído é exatamente este: a afirmação de que o discurso é resultado de um "*trabalho sobre outros discursos*".

(Maingueneau, 1989:120). Assumindo tal posição, afirmo também a primazia da **heterogeneidade**² sobre o idêntico, sobre a homogeneidade.

Não é meu objetivo fazer aqui uma discussão aprofundada das diferenças conceituais entre a teoria da enunciação, representada pelos trabalhos de Benveniste (1966,1974) e a Análise do Discurso, não só porque esta questão já foi ampla e profundamente debatida em outros lugares, mas também pelo fato de que, atualmente, as discussões com relação à questão do sujeito do discurso e do papel da enunciação no interior da teoria do discurso, vêm sendo reelaboradas, a partir da própria revisão dos fundamentos da Análise do Discurso³. Apenas gostaria de fazer um breve histórico com o objetivo de situar um pouco melhor o ponto de vista sobre o qual me apoio, que resulta do esforço de uma maior explicitação dos limites e dos objetivos da disciplina.

A Análise do Discurso surge basicamente com o objetivo de romper com uma concepção de sujeito que não considerasse as condições de produção dos discursos. Para a AD, a *instância da enunciação* não pode se constituir de sujeitos "conscientes", que desempenhariam diferentes "papéis" dependendo do contexto em que estivessem inseridos. Recusando uma abordagem que operasse uma redução das condições de produção de um discurso às variáveis sócio-psicológicas da situação de comunicação, a Análise do

Discurso, assumindo uma concepção de sujeito já como um "efeito determinado do processo sem sujeito" (Pechêux, 1988:76), tomando como realidade a opacidade do texto, estabelece como principal objetivo compreender o modo de funcionamento dos discursos dentro de um universo determinado.

A partir dos trabalhos da chamada "segunda geração" da Análise do Discurso representada basicamente por Authier-Revuz (1978, 1982, 1984), Maingueneau (1976, 1983, 1984, 1989), Pechêux (1990a, 1990b), inicia-se uma série de reordenamentos da disciplina. No entanto, se faz necessário dizer que os deslocamentos operados na Análise do Discurso não pretendem "substituir" uma abordagem por outra, mas apenas aprofundar e incorporar questões que, por razões de ordens diversas, não foram desenvolvidas. Um primeiro deslocamento teórico na Análise do Discurso acontece quando, a partir dos trabalhos de Authier-Revuz (1978, 1981, 1982), a AD de segunda geração se aproxima das teorias enunciativas, tentando discutir em suas análises não só o "caráter institucional da atividade discursiva, mas também sua relação com a heterogeneidade" (Maingueneau, 1989:22). Authier (1982) postula a **heterogeneidade** do discurso em dois níveis: o nível **constitutivo** e o **mostrado**. Assumir a hipótese de que os discursos são constitutivamente heterogêneos, significa "avançar na reflexão sobre a identidade discursiva" (Maingueneau, 1989:111)

Considerando o percurso teórico traçado pela AD desde os anos sessenta, representada principalmente pelos trabalhos de Pechêux (1969, 1975), podemos dizer que a Análise do Discurso, em sua versão inicial, postulava uma noção de formação discursiva como um bloco compacto, homogêneo, que se oporia a outros. Esta postulação decorre basicamente do interesse inicial da AD em

colocar em evidência as particularidades de formações discursivas (o discurso comunista, o discurso socialista, etc.) consideradas como espaços relativamente auto-suficientes, apreendidos a partir de seu vocabulário. (Maingueneau, 1989:21)

Para realizar tal tarefa, partindo da suposição da existência de um discurso homogêneo, a Análise do Discurso procedia também uma espécie de "homogeneização" do corpus através de procedimentos tais como "a organização de seqüências em torno de unidades lexicais-pivôs e a redução da diversidade das estruturas sintáticas a esquemas elementares (uma construção enfática, por exemplo, será transformada em uma estrutura neutra)" (Maingueneau, 1989:112). O deslocamento teórico a que se faz referência aqui não é uma mudança no que diz respeito aos objetos da AD, as formações discursivas, entendidas como

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (Foucault, 1986)

O deslocamento se dá prioritariamente no que diz respeito às relações entre o discurso e o interdiscurso. Na perspectiva inicial da disciplina, admitia-se um "exterior" **constitutivo** do discurso, mas que era definido a partir de um determinado "interior", ou seja, a partir das especificidades, das propriedades de uma determinada formação discursiva. Esta concepção postulava implicitamente a existência prévia de discursos "fechados em si" que se constituiriam em uma relação de contradição. Assim, teríamos, por exemplo, o discurso católico & o discurso protestante, cada um com características próprias, que seriam definidas a partir das relações contraditórias estabelecidas entre os domínios semânticos próprios de cada um dos discursos. Em uma outra perspectiva, Maingueneau afirma o "*primado do discurso sobre o interdiscurso*", ou seja, que uma formação discursiva deve ser definida a partir de seu interdiscurso, e não ao contrário. Para o autor,

o interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos. (Maingueneau, 1989:113)

Nesse sentido, uma formação discursiva não pode ser definida a priori, mas apenas a partir da análise do seu modo de relacionamento com as outras formações discursivas

que compartilham com ela um mesmo campo. Uma formação discursiva para se constituir estabelece diferentes tipos de relações ideologicamente determinadas de similaridade, divergência, identidade, antagonismo, etc. com outras formações discursivas. Assim, os limites de uma determinada formação discursiva não são rígidos, nem estáveis, e os "trajetos" ou percursos interdiscursivos à ela associados ou seja, quais relacionamentos estabelecerá com que outros discursos, dependem do contexto em que se insere e dos efeitos a serem produzidos. É na forma de organizar a sua relação com a "exterioridade" que reside a especificidade de uma formação discursiva. Não tratarei aqui das formas de relação com o Outro, no sentido do sujeito descentrado, dividido, postulado por uma leitura lacaniana de Freud. Neste trabalho, estarei interessada em discutir a "*interação entre formações discursivas*" (Maingueneau, 1989:119), ou seja, entre posições de sujeito. Nesse sentido, apontarei uma das principais formas de constituição dos editoriais: a relação polêmica com outros discursos.

Enquanto a **heterogeneidade constitutiva** é definida como aquela que não é marcada na superfície, a **heterogeneidade mostrada** recai sobre as formas explícitas que podem ser recuperadas a partir do reconhecimento de diversos fenômenos linguísticos tais como a polifonia, a pressuposição, a negação, o discurso relatado, as palavras entre aspas, etc. Apesar de a AD discordar da concepção de sujeito das teorias enunciativas por pressuporem, na

perspectiva da AD, um sujeito com intenções conscientes de manipular a linguagem para conseguir determinados efeitos de sentido, são justamente os estudos com relação à heterogeneidade mostrada que operam uma aproximação da AD com relação aos trabalhos de Ducrot (1987), que constrói um aparato teórico sólido de descrição dos fenômenos linguísticos que revelam a heterogeneidade do discurso. A presente análise dos editoriais estará mais interessada em compreender quais tipos de relacionamento com outros discursos podem ser estabelecidos através do recurso aos diferentes fenômenos linguísticos, relações estas que apontam para a forma de constituição deste gênero de discurso.

Há ainda um outro conceito, formulado por Maingueneau (1989:53-56), que opera um outro deslocamento teórico: o de **prática discursiva**. Esta noção é particularmente útil a este trabalho porque estarei tratando de um gênero de discurso próprio da instituição discursiva jornalística, comumente apresentada e compreendida como uma instituição "mediadora" entre os discursos e a sociedade. O autor se propõe a aprofundar as relações entre o discursivo e o "extradiscursivo", observando a insuficiência da noção de "condições de produção", já que esta é normalmente postulada em um quadro teórico que concebe uma oposição entre o "interior" de um texto ao "exterior" das condições que o tornam possível. Além disso, o autor não se contenta com a remissão do discurso à questão do conceito de "classes

sociais", considerando esta remissão genérica demais, incapaz de explicar o modo de funcionamento de uma dada prática discursiva.

Nesse sentido, o autor destaca a importância de uma instância não considerada nos trabalhos anteriores da AD: *"aquela das comunidades que a enunciação de uma formação discursiva pressupõe"* (Maingueneau, 1989:54). A postulação da noção de **prática discursiva** como aquela que é capaz de compreender, tanto a formação discursiva, como os **grupos sociais** que *"existem por e na enunciação, gestão dos textos"*, ou seja, a **comunidade discursiva**, decorre basicamente da problematização da função de *"mediação"* atribuída aos grupos sociais que estariam ligados à uma determinada formação discursiva. Para o autor,

não basta dizer que "entre" as informações brutas e os jornais existe o mundo da imprensa, "entre" os escritores e os textos literários, as instituições literárias, "entre" os cidadãos e os enunciados políticos, os meios políticos, e assim por diante. De fato, não se dispõe inicialmente das informações, dos escritores ou dos cidadãos; a seguir das instituições mediadoras e, por fim, dos enunciados em circulação, mas tudo emerge ao mesmo tempo. A instituição "mediadora" não é secundária em relação à uma "realidade" que ela se contentaria em formular de acordo com certos códigos." (Maingueneau, 1989:54-55)

Assim, não existiria uma relação de "exterioridade" entre o funcionamento do grupo e o do seu discurso, mas uma remissão entre as duas ordens, comunidade

e discurso, já que as coerções que possibilitam a formação discursiva também são as mesmas que possibilitam o grupo. A instituição discursiva possuiria, então, duas faces, uma que diz respeito ao social (a comunidade discursiva) e a outra, que diz respeito à linguagem (a formação discursiva). Para Maingueneau, apesar de ser uma tarefa por ele próprio admitida como de difícil execução, é possível se encontrar nos textos a remissão entre o social e o discursivo. Por último, o autor ainda alerta para que não se entenda a noção de comunidade discursiva de uma forma "excessivamente restritiva", já que "ela não se remete unicamente aos grupos (instituições e relações entre agentes), mas também a tudo que estes grupos implicam no plano da organização material e modos de vida." (Maingueneau, 1989:56).

Apesar da crítica pertinente de Maingueneau à noção de "condições de produção" e, apesar de desenvolver estes conceitos dentro de um quadro teórico onde a noção de ideologia é concebida "não como uma visão de mundo, mas como modo de organização, legível sobre as duas vertentes (comunidade discursiva e formação discursiva) da prática discursiva" (Maingueneau, 1989:60), este trabalho desenvolverá suas análises considerando os conceitos acima discutidos, mas também ainda levando em consideração as relações intersubjetivas, ou seja, o jogo de imagens⁴, que os sujeitos investidos em determinados papéis sociais se fazem mutuamente. Apesar de concordar com a postulação de que todo o discurso é o resultado de um trabalho sobre

outros discursos e que não pode ser definido a priori, a partir de especificidades inerentes a si mesmo, também acredito que eles se constituem numa relação entre um eu e um tu, ou seja, levo em consideração a categoria da enunciação. Levar em consideração esta categoria pressupõe uma preocupação com os objetivos a serem atingidos por aquele "acontecimento discursivo", em outras palavras, pressupõe uma preocupação com a **eficácia** do discurso.

Nesse sentido, a noção de locutor a ser assumida neste trabalho será aquela em que o locutor "não pretende falar por si mesmo, mas em nome da função e do papel exteriores à sua própria individualidade". (Osakabe, 1979:121). Por outro lado, o locutor também "*sujeita-se a uma convenção que lhe é imposta pela assunção ou de uma finalidade prática ou de uma finalidade intelectualizada*". (Osakabe, 1979:122) (grifos meus). Assim, assumirei que os editoriais se constituem em um discurso que têm por **finalidade prática a adesão** de seus leitores às teses que defende. Se por um lado, assumo a noção de **mecanismos discursivos** como uma forma de atribuir a produção dos sentidos a uma instância institucional, por outro lado também postulo a existência de uma intencionalidade, ou seja, de um locutor que deseja produzir determinados efeitos de sentido ao re-articular os enunciados no interior de uma mesma formação ideológica com o objetivo de construir para si mesmo uma identidade singular.

Evidentemente, a articulação destes conceitos pode se revestir de um caráter problemático, mas entendo que este é o risco de todo trabalho acadêmico inicial, principalmente quando este trabalho pretende se inscrever em um domínio de reflexão como a Análise do Discurso, que se constrói na contradição constante entre os seus pressupostos teóricos e a sua prática de análise.

2. OS EDITORIAIS: A CONSTRUÇÃO DA AUTORIDADE

2.1. A questão do gênero

A cada gênero, associam-se momentos e lugares de enunciação específicos e um ritual apropriado. O gênero, como toda instituição, constrói o tempo-espaço de sua legitimação. Estas não são "circunstâncias" exteriores, mas os pressupostos que o tornam possível. (Maingueneau, 1989:36)

Assumir que um conjunto de textos pertença a um determinado gênero significa pressupor que estejam todos submetidos a um conjunto de coerções comuns. Com o objetivo de contextualizar melhor esta apresentação do editorial, farei então uma breve exposição sobre a classificação brasileira dos gêneros do discurso jornalístico. Segundo Marques de Melo (1985:47-48), os gêneros jornalísticos podem ser classificados da seguinte forma:

A) Jornalismo informativo

1. Nota
2. Notícia
3. Reportagem
4. Entrevista

B) Jornalismo opinativo

5. Editorial
6. Comentário
7. Caricatura
8. Resenha
9. Coluna
10. Crônica
11. Artigo
12. Carta

O autor propõe esta classificação baseando-se em dois critérios: a intencionalidade e a natureza estrutural dos relatos. A intencionalidade possuiria duas vertentes: a

reprodução do real e a leitura do real. Assim, a reprodução do real significa descrevê-lo jornalisticamente a partir de dois parâmetros: o atual e o novo e a leitura do real significa identificar o valor do atual e do novo na conjuntura que nutre e transforma os processos jornalísticos. A natureza estrutural dos relatos é considerada a partir da articulação que existe entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura). Assim, os gêneros que correspondem ao universo da informação se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística, ou seja, dependem diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações). Os gêneros que correspondem ao universo da opinião têm a sua mensagem co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística: a autoria (quem omite a opinião) e a angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião). Para o autor, esta dupla articulação da gênese do jornalismo (a informação e a opinião) é o que preside a sintonização da instituição jornalística com o seu público e a sociedade:

Em outras palavras, cabe perguntar: o que faz com que o jornalismo se configure como um processo social autônomo, contínuo, permanente? É justamente a necessidade que têm os cidadãos de recorrer a uma ampla **mediação** para apreender uma realidade que se tornou muito ampla para ser captada pelos mecanismos de sensorialidade individual. Justifica-se

portanto a manutenção de instituições que façam saber aos interessados o que está acontecendo e possam também dizer o que pensam dos fatos que ocorrem. (Marques de Melo, 1985:47) (grifo meu)

Nesse sentido, a sociedade precisaria, na visão do autor, de uma instituição mediadora (no caso, a instituição jornalística), um "porta-voz", que apenas "transmitiria" "informações" ou "opiniões" sobre a realidade. Assumindo estes sentidos construídos pela própria instituição jornalística, os "leitores/receptores" teriam assim parâmetros para se situarem neste "fluxo de determinação ideológica". O papel de mero "mediador" atribuído à instituição jornalística será analisado mais adiante. Importa mostrar aqui que o editorial se constitui em um gênero do discurso jornalístico, em primeiro lugar, por increver-se na categoria "jornalismo opinativo". O editorial se diferencia dos outros gêneros opinativos (principalmente o comentário, o artigo e a resenha) porque é exclusivamente através dele que a opinião da empresa jornalística é oficialmente expressa. Sendo assim, o editorial não é assinado e a empresa jornalística se responsabiliza pelas informações e opiniões nele veiculadas. Mais adiante, será possível comprovar como estas características do editorial restringem fortemente a sua enunciação. Precisando melhor o conceito de "opinião da empresa", Marques de Melo afirma que

o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da

propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além dos braços do aparelho burocrático do Estado que influencia sobre o processo jornalístico pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro. (Marques de Melo, 1985:79)

Os editoriais expressam a opinião dos grupos de poder que mantêm a empresa jornalística. Observa-se que a composição destes grupos, do ponto de vista de seus interesses mais imediatos, não é homogênea, e o editorial ainda segundo Marques de Melo configurar-se-ia como "*um espaço de contradições*". Além disso, o autor ainda afirma que o processo de produção dos editoriais é bastante complexo, já que não são escritos pelos "donos do jornal", mas pelos editorialistas, que devem estar integrados à linha ideológica da instituição, exercendo um papel de "mediação" entre a opinião institucional e as mensagens estampadas nos editoriais. Sendo assim, os editoriais se revelam uma **prática discursiva** bastante complexa e marcada pela sua vertente social, já que, como será discutido mais adiante, o modo de existência dos grupos a eles associados, ou seja, as **relações de dominação** que se estabelecem entre os grupos de poder econômico e político e a direção do jornal, entre a direção e os editorialistas, entre a direção e os editores, entre os editores e os jornalistas, reveladas pela organização da instituição jornalística, pode ser localizada

no conjunto de textos que se inscrevem nesse gênero do discurso jornalístico.

Além das relações de dominação que se estabelecem no interior da instituição jornalística, o simples fato de o jornal, todos os dias, **deter a posse da palavra**, ou seja, enunciar um discurso de extensão bastante razoável e sobre diferentes temas que devem ser "*imprescindíveis para a vida de quem vai ler*" (Manual Geral da Redação da Folha de São Paulo, 1989:32), também já aponta, na perspectiva de Osakabe, para o estabelecimento de uma relação de dominação entre aquele que enuncia e aquele a quem se destina o discurso, (no caso, os leitores), relação essa que, segundo o autor, é inerente a qualquer ato de discurso:

Não se trata aqui de nenhum tipo de dominação psíquica ou social, mas simplesmente de **dominação pela posse do discurso**. Quem enuncia é, no momento específico em que enuncia, a entidade dominante, na medida em que é ela quem manipula as coordenadas do discurso. Sob esse aspecto, o dominador será sempre o locutor, coincida ou não essa dominação com a dominação efetiva, social ou psicológica." (Osakabe, 1979:62) (grifo meu)

Apesar de postular que esta relação de dominação ocorre toda a vez que alguém toma a posse da palavra e enuncia um determinado discurso, o autor ressalta que o interlocutor também exerce um poder sobre o locutor, influenciando virtualmente sua enunciação, já que é em função da imagem que o locutor produz de seu interlocutor que o discurso é construído.

Como as condições genéricas em que os editoriais são produzidos estão sendo definidas, caberia perguntar neste momento: a quem os editoriais são destinados? Marques de Melo (1985:79-83) afirma que apesar de serem dirigidos formalmente à opinião pública, os editoriais não conseguem atingir o interesse de um maior contingente do público leitor por diversas razões, principalmente porque abordam temas (política nacional, questões internacionais, saúde pública, economia, educação, etc..) que, segundo o autor, não correspondem aos interesses cotidianos dos leitores. Além disso, o autor afirma que os editoriais são textos longos, sem subtítulos, com poucos parágrafos e muito "intelectualizados", o que dificultaria a sua leitura por parte de um público mais amplo. Assim, a principal hipótese do autor com relação aos leitores dos editoriais é a de que eles se destinam basicamente aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado, veiculando a forma como as instituições jornalísticas (ver que esta expressão possui um escopo bem amplo, ou seja se refere a um conjunto de forças econômicas e políticas, como foi descrito acima) gostariam de ver tratados os assuntos públicos.

A hipótese de Marques de Melo com relação aos virtuais leitores dos editoriais será discutida mais adiante. O principal objetivo ao apontar esta postulação aqui é o de mostrar como os editoriais, sendo produzidos no interior de uma comunidade discursiva (direção do jornal, editorialistas, editores, jornalistas, público geral/público

específico), que se revela organizada de um modo bastante complexo, se constituem em um **gênero do discurso jornalístico** por ser enunciado de um lugar legitimado para fazê-lo (instituições jornalísticas), para determinados destinatários (empresários, políticos, instituições, público em geral), de uma determinada forma (textos longos, localizados em um determinado lugar do jornal, etc...). Sendo assim, o **gênero** é visto aqui não apenas como um conjunto de características formais, mas principalmente como uma **prática institucional**. A partir de agora, estarei interessada em descrever a forma como os editoriais legitimam sua própria fala, construindo discursivamente a autoridade do lugar de onde enunciam a sua opinião.

2.2. A legitimação explícita da própria fala

A Editoria de Política deve preocupar-se com os fatos que ocorrem no plano do Estado e dos partidos, estabelecendo uma ponte de comunicação desimpedida entre a esfera pública e a sociedade civil. Deve fiscalizar o exercício da política no sentido de contribuir para que se eleve sua qualidade e sua clareza. (Manual Geral da Redação da Folha de São Paulo, 1987:50)

Neste trabalho, entenderei por legitimação explícita da própria fala a enunciação da imagem que o locutor dos editoriais constrói de si mesmo. Nos quatro jornais analisados, duas formas de legitimação da própria fala foram encontradas: a primeira forma é aquela em que ocorre um reforço da imagem de imparcialidade da instituição jornalística até mesmo no lugar da opinião do jornal, ou seja, nos editoriais; a segunda forma de legitimação da própria fala é aquela em que ocorre um reforço à nítida demarcação entre os lugares da opinião e da informação no jornal.

O Jornal do Brasil e a Folha de São Paulo, mesmo no lugar da opinião do jornal, constroem explicitamente uma imagem de "isenção" e "vigilância crítica"; ao contrário, os jornais O Globo e O Estado de São Paulo obedecem à delimitação prévia dos lugares da informação e da opinião dentro de um jornal. É a partir de um destes lugares

predeterminados, no caso, o editorial, que a instituição jornalística emite suas opiniões sobre os acontecimentos, demonstrando que "toma partido" no lugar autorizado para tal. Isto não quer dizer que os editoriais da **Folha de São Paulo** e do **Jornal do Brasil** deixem de ser o lugar da expressão da opinião da empresa jornalística, mas o fazem tentando construir uma imagem deste lugar também como um de "apartidarismo", mesmo sendo ele o lugar autorizado para a opinião.

Os jornais a **Folha de S. Paulo** e o **Jornal do Brasil** tentam construir essa imagem de "isenção" mesmo no lugar da opinião através da **parafrase** das normas que regem o seu discurso, expressas no Manual Geral da Redação da Folha de S. Paulo. Não é meu interesse aqui fazer uma discussão de como o fenômeno da paráfrase vem sendo visto sob diferentes perspectivas. O conceito de paráfrase adotado neste trabalho refere-se ao estabelecimento de uma relação de identificação entre duas "vozes", que situam-se na "área do mesmo", ou seja, a remissão a outro texto (intertextualidade) para com ele estabelecer uma relação de repetição e de reforço. Sant'Anna (1985:28) afirma que falar de paráfrase é falar de "*intertextualidade das semelhanças*". Abaixo, os trechos retirados dos editoriais que se remetem às noções expressas no Manual da Folha de S. Paulo:

1 - O **Jornal do Brasil** absteve-se de exercer qualquer preferência política por um dos candidatos ou de graduar o espaço no noticiário. A igualdade dependeu, no entanto, da capacidade de cada um para criar fatos eleitorais. Entende que sua isenção no curso da campanha o

desobriga de recomendar qualquer dos nomes habilitados. (Momento da verdade, Jornal do Brasil, 14/11/89)

2 - Esta **Folha** que durante a campanha procurou exercer com máximo rigor seu dever de apartidarismo e de vigilância crítica, reitera mais uma vez seu compromisso, sem dúvida dos mais difíceis, dos mais capazes a levar a mal-entendidos e a acusações de múltipla origem, de não apoiar nenhum candidato. Seu objetivo, durante esta campanha - como durante qualquer outra -, será sempre o de oferecer ao leitor o máximo de informações, de pontos de vistas divergentes, de abordagens críticas sobre todo e qualquer candidato. (Hora da decisão, Folha de São Paulo, 15/11/89)

3 - Esta **Folha**, que durante a campanha no primeiro turno dirigiu tanto a Collor e a Lula como a todos os demais candidatos, o esforço permanente da crítica e da busca de informações isentas, não abdicará por um só momento de seu compromisso com o apartidarismo e com a vigilância. (...) Nesse ambiente, a **Folha** procurará cumprir o seu papel: o de uma imprensa moderna, apartidária, pluralista e incansável no dever da crítica. (Plena Democracia, Folha de São Paulo, 16/11/89)

4 - No decorrer de toda a campanha, esta **Folha** não cessou de apontar as fragilidades programáticas, os lances de demagogia, os episódios condenáveis, a estreiteza ideológica, os preconceitos, os deslizes que marcaram as candidaturas de Collor de Mello e de Luis Inácio Lula da Silva. Só tem por que persistir, a partir de agora, no ímpeto crítico e no compromisso de rigoroso apartidarismo que dirige sua atitude jornalística. (Dimensões de um desafio, Folha de São Paulo, 17/11/89)

Observando com mais atenção cada um dos trechos acima presentes nos editoriais, é possível perceber que essas falas estabelecem uma relação tensa de constituição com alguns conceitos que funcionam como princípios a serem seguidos e que estão presentes no Manual de Redação da Folha de São Paulo: ao mesmo tempo que são sustentadas e avalizadas pelos conceitos ditados pelo Manual, essas falas parafrásticas, ao serem enunciadas, acabam por construir um sentido de repetição e de reforço dos princípios expressos nos verbetes abaixo:

5 - **Apartidarismo:** - A **Folha** é um jornal apartidário. Este conceito não se confunde com a pretensa neutralidade de quem não toma partido. Ao contrário, a **Folha** procura assumir uma posição clara em todas as questões controvertidas. O apartidarismo da **Folha** significa que o jornal toma partido em relação à questão discutida, nunca em relação às facções que se debatem em torno dela. (Manual Geral da Redação da FSP, 1989:27)

6 - **Jornalismo crítico** - Jornais não existem para adoçar a realidade mas para mostrá-la à opinião pública de um ponto de vista crítico. Mesmo quando não está opinando nem interpretando, o jornalista deve estar criticando os fatos que noticia ao dissecá-los. (Manual Geral da Redação da FSP, 1989:32.)

O principal objetivo da explicitação nos editoriais desta imagem de imprensa é a tentativa de apagamento das relações assimétricas, características tanto do jogo das forças sociais, no qual encontram-se as instituições jornalísticas, quanto do jogo das formações discursivas. O estabelecimento de uma espécie de "relativismo discursivo", onde a voz de **todos** é possível de ser ouvida, recebendo por parte da imprensa "um tratamento editorial similar (grifo meu) em termos de espaço e destaque" (Manual Geral da Redação da FSP, 1989:30), presente tanto no conjunto de instruções, quanto nos próprios textos de opinião, ou seja, a generalização e o apagamento das diferenças, constrói o lugar de isenção e imparcialidade desejado pela instituição jornalística, mesmo no lugar da opinião do jornal.

A imagem explícita de imprensa "crítica" e "apartidária" construída nos editoriais estabelece uma relação de repetição e reforço com a **crítica genérica** (ver

3.1), já que também na construção dessa imagem ocorre a indiferenciação para direção da crítica, onde o objetivo "será sempre de oferecer ao eleitor (...) abordagens críticas sobre todo e qualquer candidato." (Hora da Decisão, Folha de São Paulo, 15/11/89) (grifos meus). Se por um lado, a direção da crítica é indiferenciada, podendo ser **dirigida a todos**, por outro lado, a **voz de todos pode ser ouvida**. É nesse movimento, em que ao mesmo tempo que constrói a imagem de que é agente do ato de criticar, e também é o "**palco neutro**" onde se refletem os embates sociais, que a imprensa consegue consolidar a sua autoridade institucional.

Por trazer na sua construção tais falas, os editoriais, apesar de se constituírem no espaço de opinião do jornal, também estariam sendo "apartidários" e exercendo a função de mediação atribuída à instituição jornalística como um todo. Pode-se dizer que o que possibilita a construção de tal imagem e sua respectiva função é a crença na noção de **objetividade**, reforçada pela enunciação das falas acima descritas ao longo dos editoriais. É a crença numa realidade exterior objetiva, que pode ser apreendida em sua totalidade e que de forma alguma pode ser alterada pela realidade discursiva, que permite o afastamento entre as duas realidades, fazendo com que a instituição "grande imprensa" se projete enquanto mero "porta-voz" dos fatos ou acontecimentos produzidos pela sociedade, discurso esse veiculado pelos editoriais, pelo conjunto de instruções e por declarações dos próprios jornalistas⁵. Nesse sentido,

entre o funcionamento da sociedade e o do discurso haveria uma relação de "exterioridade" ou "mediação". Assim, a análise do discurso jornalístico pressupõe o desempenho da seguinte tarefa:

É preciso, de uma maneira ou de outra, considerar o modo de existência destes grupos que negam constantemente sua importância, ao se considerarem transparentes: fiéis, zelosos, simples técnicos, representantes dos trabalhadores, consumidores, etc, sempre se apresentam como portadores de mensagens".
(Mainqueneau, 1989:55)

Este tipo de operação discursiva de constante afirmação do tipo de papel que acreditam desempenhar na sociedade ("objetivos", "isentos", etc.), de uma maneira geral, é bastante recorrente nos meios de comunicação brasileiros.

Os jornais **O Globo** e **O Estado de São Paulo** constroem uma outra imagem de imprensa ao longo dos editoriais. Para estes jornais, as duas principais categoriais no jornalismo, a categoria informativa e a categoria opinativa, encontram-se nitidamente demarcadas: a opinião do jornal deve ser encontrada naqueles textos já tradicionalmente fixados para desempenhar tal função, como os editoriais, os artigos, os comentários, as resenhas, etc.; a informação deve ser encontrada nas notícias. Esta demarcação se revela não só nos próprios editoriais, mas também no próprio conjunto de instruções que orientam a produção dos textos de um destes jornais:

7 - O jornal como um todo tem opiniões sobre os assuntos que publica e as expressa em editoriais. O noticiário, por isso, deve ser essencialmente informativo, evitando o repórter ou redator interpretar os fatos segundo sua ótica pessoal. Por interpretar os fatos entenda-se também a distorção ou condução do noticiário. (...) Deixe esse gênero de ilações a cargo dos especialistas ou editorialistas e apenas descreva os acontecimentos. (Manual de Redação e Estilo do Estado de São Paulo, 1990:55-56)

Assim, os editoriais do **O Globo** e de **O Estado de São Paulo** não procuram qualificar a instituição jornalística, mesmo no espaço de opinião do jornal, como "isenta" ou "neutra", isto é, não desempenham um papel como o dos editoriais do **Jornal do Brasil** ou da **Folha de São Paulo** que, mesmo no espaço da opinião do jornal constroem uma imagem de imprensa "apartidária". Os editoriais de **O Globo** e de **O Estado de São Paulo** se caracterizam por "mostrar a sua cara", ou seja, mostram que tomam partido, pelo menos no seu lugar de opinião. No entanto, isto ocorre de maneira diversa em cada um dos jornais: **O Globo** é o jornal que menos diretamente explicita a formação ideológica a que pertence, e o jornal **O Estado de São Paulo** é o que mais revela a formação ideológica na qual se inscreve. Um exemplo da explicitação do seu ponto de vista é o editorial de **O Estado de São Paulo**, do dia 14/11/89.

O título do editorial, "Escolher a modernidade", já se constitui, a meu ver, em um ato absolutamente diferente dos atos até então analisados. Segundo Osakabe (1979:107), "*o ato de engajamento constitui o ato último, que explicita a própria finalidade do discurso*". Nesse caso,

o editorial, já no seu título, explicita qual será a finalidade de seu discurso: levar o leitor a escolher a modernidade. Sendo assim, a argumentação é construída de forma a persuadir o leitor a fazer uma escolha previamente determinada pelo título. Apesar de os editoriais de **O Estado de São Paulo** não fugirem à regra do movimento determinação/indeterminação do sentido dos referentes de que falam (ou seja, eles também não "dizem tudo", também deixam "lacunas a serem preenchidas" no nível discursivo), eles se mostram mais ideologicamente marcados, pois o modo de organização dos mecanismos utilizados no discurso revela a organização do grupo que enuncia este discurso. Assim como está delimitado qual é o espaço da opinião no jornal e qual é o da informação no jornal, também se encontra rigidamente predeterminado quais são aqueles autorizados a emitir opiniões e quais são os que não devem fazê-lo. Sendo assim, pode-se dizer que é possível detectar através dos textos, no caso, os editoriais, a relação entre as duas vertentes da prática discursiva, a formação discursiva e a comunidade de discurso, já que é possível constatar que

o processo de constituição do grupo não é exterior nem posterior ao do pensamento, é seu corpo exotérico, mas não extrínseco. Não existe um conjunto mais ou menos esquematizado de representações, ao qual se sobreporia a seguir, e proveniente do exterior, uma estrutura mais ou menos complexa de organizações. As duas séries constituem-se e desfazem-se conjuntamente, segundo uma única e mesma lógica. (Maingueneau, 1989:60)

Portanto, a formação de uma determinada imagem de imprensa, nesse segundo caso, a de uma imprensa que se posiciona em um lugar do jornal previamente determinado e a consequente construção de um determinado discurso persuassivo a partir desse lugar, confunde-se com a formação da comunidade hierárquica dos jornalistas (editores/articulistas/repórteres) e com a destinação, também organizada hierarquicamente, dos textos (público em geral/público específico). Nesse sentido, tanto aqueles que enunciam, como aqueles a quem se destinam os textos se constituem na comunidade discursiva, ou seja, aquela que "existe unicamente por e na enunciação, na gestão destes textos". (Maingueneau, 1989:56)

Não é possível dizer que as condições genéricas de produção dos editoriais dos jornais **Folha de S. Paulo** e **Jornal do Brasil** sejam diferentes daquelas em que são produzidos os editoriais dos jornais **O Globo** e **O Estado de S. Paulo**, ou seja, não se pode dizer que o modo de organização da comunidade discursiva que pressupõe a enunciação destes textos seja diferente de um jornal para outro, que deixem de existir relações hierárquicas entre a direção da empresa e os editorialistas, e assim por diante.

A única justificativa para esta operação discursiva de construção, por um lado, de uma imagem de imparcialidade, de isenção (**Jornal do Brasil** e **Folha de São Paulo**), e por outro lado, de uma imagem de opiniões

explícitas (O Globo e O Estado de São Paulo), encontra-se na necessidade das instituições jornalísticas se diferenciarem entre si, do ponto de vista da imagem que constróem de si mesmas para o público em geral.

2.3. A legitimação implícita da própria fala

A legitimação implícita da própria fala pode ser observada através do **que é dito**, do **como é dito** e do **para quem é dito**. É possível dizer que ao longo dos editoriais diversos atos são praticados, sendo que o ato de argumentar constitui-se no macro-ato, e dependendo dos objetivos de cada discurso enunciado, outros atos "menores" vão sendo praticados, tais como o de ordenar, o de avaliar, o de recomendar, o de avisar, o de fazer previsões, o de ditar normas, etc. No entanto, pode-se afirmar que a produção destes diferentes atos só se justifica na medida em que reforçe a função argumentativa de construir a sua própria autoridade. Por outro lado, tais atos só podem ser praticados se as condições para a produção de tais atos encontram-se satisfeitas. Assim, só pode ordenar quem encontra-se em uma situação tal que o autorize a fazê-lo; só pode fazer recomendações o locutor que foi, de alguma maneira, autorizado para tal. Sendo assim, pode-se dizer que ao longo dos editoriais são praticadas **ações com a linguagem:**

quando falamos (ou escrevemos) praticamos ações e estas refletem ou alteram as relações entre o eu e o tu envolvidos nos processos interacionais, quer porque criam novos compromissos entre os sujeitos, quer porque praticar um determinado ato é implicar que as

condições para agir de tal modo estão satisfeitas. (Geraldi, 1991:39)

E são justamente estes atos de fala que se constituem em um dos "conteúdos" dos editoriais, ou seja, no **que é dito**. Observando os editoriais, constatei um grande número de enunciados que expressam alguns dos atos de fala citados acima. Uma das características textuais dos editoriais analisados é a de ditar normas ou seja, de expor "*opiniões normativas*", (Van Dijk, 1990:3) ao final dos textos. As opiniões normativas podem situar-se na modalidade do necessário ou na modalidade do possível. Quando situa-se basicamente na modalidade do necessário, o discurso apresenta-se mais fechado:

é o campo da necessidade, da certeza. O locutor procura manifestar um saber (explícito ou implícito) e obrigar o interlocutor a aderir ao seu discurso, aceitando-o como verdadeiro. (Koch, 1987:87)

Segundo a autora, os enunciados situados na modalidade do necessário apresentam o grau máximo de engajamento do locutor com relação aquilo que enunciam. Vejamos então alguns exemplos de enunciados situados nesta modalidade:

8 - A aguda necessidade de informação, de acesso pleno aos levantamentos eleitorais, que toma parcelas sem dúvida majoritárias da população, terá de ser atendida... (Hora de definições, Folha de São Paulo, 12/11/89)

9 - E para que a economia brasileira continue a crescer, será preciso que o setor privado seja estimulado a investir ainda mais. (O imperativo do novo modelo, O Globo, 13/11/89)

10 - O governo que emergir do mar de votos no segundo turno não poderá pretender qualquer vantagem política senão da franqueza com que se dirigir aos eleitores que são cidadãos animados pela esperança, contribuintes ao alcance da crise e consumidores punidos pela inflação. (Momento da verdade, Jornal do Brasil, 14/11/89)

11 - No dia 15 de novembro, cada um de nós deverá saber escolher entre colocar o Brasil no grupo dos vanguardeiros do progresso, ou neste velho mundo carcomido pela opressão e pela falta de sentido profundo da vida... (Escolher a modernidade, O Estado de São Paulo, 14/11/89)

12 - As eleições com que comemoramos o centenário da República não podem ser a consagração de indivíduos. Devem ser a consagração da ordem republicana, ciosa da partilha do poder pela coletividade. (Lições do Centenario, O Globo, 15/11/89)

13 - ... 15 de novembro, centenário da Proclamação da República, a consciência de que a República é civil e só sobreviverá se continuar civil, democrática, e paulista, neste sentido de que São Paulo é a modernidade, que deve espriar-se pelo Brasil para que possamos adentrar os portais do mundo novo que se abre lá fora aos ousados, aos audazes e aos que não renegaram a aventura humana da civilização ocidental, que é a Razão feita pela História da Liberdade! (República, ato e fato civil, O Estado de São Paulo, 15/11/89)

14 - A partir da posse do futuro presidente, opções administrativas e econômicas terão de ser tomadas; sacrifícios terão de ser repartidos; o governo terá de fazer-se dentro dos limites da Constituição e daqueles impostos pelo jogo de forças políticas dentro e fora do Congresso. (Plena democracia, Folha de São Paulo, 16/11/89)

15 - E por tudo o que aconteceu até agora já se sabe que não há vencedor absoluto, que vai ser preciso passar por diferentes etapas de negociação política. (...) e o presidente ungido por duas votações precisará levar em conta verdades muitas vezes contraditórias. (Dia de Sol, Jornal do Brasil, 16/11/89)

16 - A sociedade tem que reduzir as taxas de privilégios que são socialmente injustos. (Recado do eleitor, Jornal do Brasil, 17/11/89)

17 - ... após a eleição, o vencedor será mais ainda do que tudo isto, terá de representar, antes de tudo, a vontade soberana da maioria da população. (Dimensões de um desafio", Folha de São Paulo, 17/11/89)

18 - É de se esperar que no período que antecede ao segundo turno das eleições presidenciais, os dois concorrentes apresentem à população um conjunto coerente de propostas de estabilização da economia. (A eleição e a economia, Folha de São Paulo, 13/11/89)

19 - Não se negará que haja necessidade de algum planejamento econômico dada a complexidade da economia brasileira... (Lei contra a Constituição, ESP, 12/11/89)

20 - Mas o que se espera de Collor e de Lula é que este imperativo venha a manifestar-se com clareza em suas atitudes a partir de agora. (Dimensões de um desafio, 17/11/89)

Há ainda alguns poucos exemplos de opiniões normativas que diferem do primeiro conjunto apresentado acima por estarem situados na modalidade do possível, onde o locutor "*não impõe (ou finge não impor) a sua opinião (...), deixando assim ao alocutário a possibilidade de aderir ou não ao discurso que lhe é dirigido*" (Koch, 1987:87). Ao situarem-se na modalidade do possível, estes enunciados marcam um maior distanciamento do locutor com relação ao que é dito, como nos exemplos abaixo:

21 - Talvez por isto permaneça dentro de todos nós a sensação de que a república ainda não nasceu de todo, por não ter ido ao fundo de suas próprias proposições.(...) sempre existe a esperança de que a escolha pacífica de um novo governante possa trazer algumas das mudanças prometidas há 100 anos. (Contradições republicanas, Jornal do Brasil, 15/11/89)

22 - As posições que assumirem ou deixarem de assumir os candidatos a presidente, na reta final do processo sucessório, em torno de temas como a edição de um novo congelamento de preços ou do tipo de tratamento a ser dado à questão das dívidas interna e externa, poderão influenciar decisivamente a evolução das tendências da economia brasileira. (A eleição e a economia, Folha de São Paulo, 13/11/89)

A presença de um reduzido número de enunciados situados na modalidade do possível ao longo dos editoriais confirma o caráter autoritário deste gênero.

A apresentação acima de um grande número de enunciados recorrentes e que expressam a mesma função de normatização decorre da necessidade de demonstrarmos como de fato o discurso realizado pelos editoriais se constitui, como postula Chauí (1989:10), num discurso que é proferido de um lugar de autoridade, um discurso legislador, que distingue, para seus interlocutores, o que é certo do que é errado, e que determina o que deve ser feito. Apesar de alguns enunciados situarem-se na modalidade do possível, continuam imperativos. A autoridade continua normativa, embora escondida. Do ponto de vista argumentativo, estes tipos de opinião ^{ou distorçãda?} são mais fortes, por subliminar. Há aqui a dissimulação, que pressupõe uma autoridade maior porque o locutor falaria por si e também pelos outros.

A localização destas "opiniões normativas" também se mostra bastante relevante na medida em que estes enunciados se encontram mais presentes nos últimos parágrafos dos editoriais, funcionando como a conclusão a que se chega após a argumentação. No entanto, o ato de enunciar "opiniões normativas" não se restringe à conclusão do editorial, podendo também vir logo no início do texto. Essa distribuição reforça a hipótese de que os editoriais se constituem em textos de caráter normativo, já que a

enunciação destas "opiniões normativas" se encontra distribuída pelo texto como um todo. Segundo Van Dijk (1990:3), a enunciação destas "opiniões normativas" se constituem em "recados" para os interlocutores destes textos:

os editoriais não são normalmente endereçados apenas aos 'leitores comuns', mas, ao contrário, tendem a ser direta ou indiretamente endereçados a novas personagens influentes, avaliando as ações de tais personagens ou recomendando cursos alternativos de ação.⁶

No entanto, antes de passarmos a analisar a quem são dirigidos os editoriais, se faz necessário apresentar ainda um outro tipo de ato de fala bastante recorrente nos editoriais. Em alguns editoriais analisados, o final se constitui de uma espécie de conclusão de caráter "moral", uma espécie de ensinamento para a argumentação construída anteriormente. Uma característica deste autêntico "gran finale", que o difere do outro acima mencionado, reside no fato de sua localização sempre ocorrer no último parágrafo do texto. Vejamos alguns exemplos deste tipo de conclusão:

23 - ... a liberdade reclamada existiu, em plenitude sem precedentes. E o povo esta fazendo bom uso dela. (O bom uso da liberdade, O Globo, 14/11/89)

24 - E a democracia, em meio a todas as incertezas e precariedades, com os erros, os acertos, as decepções e as surpresas que venham a ocorrer, só assim se fortalece. (Hora da decisão, Folha de São Paulo, 15/11/89)

25 - Para o povo inumerável e pacífico foi feita a grande festa de ontem. Ele a mereceu. (Dia de Sol, Jornal do Brasil, 16/11/89)

26 - ...e a festa de ontem se repetirá. (...) a indecisão de antes do eleitor era apenas a vontade aguçada de participar. (O jogo e a festa, O Globo, 17/11/89)

27 - A democracia paira altaneira acima de nossas intenções de votos, de nossas preferências ideológicas. A democracia, neste difícil momento histórico, no respeito à Justiça Eleitoral, que tem a legitimá-la a manifestação popular revolucionária desde 1930. (A legitimação popular do TSE, O Estado de São Paulo, 18/11/89)

Observa-se que estes atos de fala fundam-se justamente nos "valores" que foram usados para construir a argumentação e que retornam, reafirmados, na conclusão. Tendo realizado um levantamento de como os diferentes jornais constroem suas conclusões, foi possível chegar ao seguinte quadro:

EDITORIAIS	JORNAL/DATA	TIPOS DE CONCLUSÃO
GB/12/11/89	O QUE RUIU NA ALEMANHA	MORAL
GB/13/11/89	O IMPERATIVO DO NOVO MODELO	O.N. + MORAL
GB/14/11/89	O BOM USO DA LIBERDADE	O.N. + MORAL
GB/15/11/89	LIÇÕES DO CENTENÁRIO	O.N.
GB/16/11/89	O VOTO PELA LIBERDADE	O.N.
GB/17/11/89	O JOGO E A FESTA	MORAL
GB/18/11/89	CIVISMO EM ALTA	MORAL
GB/19/11/89	UM PAÍS EM AGONIA	O.N.
JB/12/11/89	CASA DA SOGRA	MORAL
JB/13/11/89	TUPI OR NOT TUPI	MORAL
JB/14/11/89	MOMENTO DA VERDADE	O.N. + MORAL
JB/15/11/89	CONTRADIÇÕES REPUBLICANAS	O.N.M.+ O.N
JB/16/11/89	DIA DE SOL	O.N. + MORAL
JB/17/11/89	RECADO DO ELEITOR	O.N. + MORAL
JB/18/11/89	RUÍDOS DO PASSADO	MORAL
JB/19/11/89	LUZ E SOMBRA	MORAL
ESP/12/11/89	LEI CONTRA A CONSTITUIÇÃO	O.N + MORAL
ESP/14/11/89	ESCOLHER A MODERNIDADE	O.N. + MORAL
ESP/15/11/89	REPÚBLICA, ATO E FATO CIVIL	O.N.
ESP/16/11/89	PRIMEIRAS LIÇÕES DO PLEITO	O.N.
ESP/17/11/89	O "EFEITO ERUNDINA"	O.N.
ESP/18/11/89	A LEGITIMAÇÃO POPULAR DO TSE	O.N. + MORAL
ESP/19/11/89	RECADO NAS URNAS	O.N. + MORAL
FSP/12/11/89	HORA DE DEFINIÇÕES	O.N.
FSP/13/11/89	A ELEIÇÃO E A ECONOMIA	O.N
FSP/14/11/89	DUELO DE PERSONALIDADES	O.N.
FSP/15/11/89	HORA DA DECISAO	MORAL
FSP/16/11/89	PLENA DEMOCRACIA	O.N. + MORAL
FSP/17/11/89	DIMENSÕES DE UM DESAFIO	O.N. + O.N.
FSP/18/11/89	VAZIO PARTIDÁRIO	MORAL + O.N.
FSP/19/11/89	RUMO AO CENTRO	O.N. + O.N.

* O.N. - Opiniões normativas

Observando o quadro acima, percebi que os editoriais combinam entre si os dois tipos de conclusão encontrados no corpus: a conclusão de caráter moral e a conclusão normativa. A conclusão do tipo moral se caracteriza por reafirmar as "noções difusas" (ver 3.1) e por revelar a hierarquização dessas noções, ou seja, aquela(s) que se fizer(em) presente(s) no final, serão as mais valorizadas. A conclusão do tipo normativa se caracteriza por dizer a seus interlocutores aquilo que deve ou não ser feito. Observa-se que os editoriais do **Jornal do Brasil** são os que apresentam uma tendência mais moralista. O **Globo** é o jornal que fica em segundo lugar nesta tendência. Os editoriais do **Estado de São Paulo** e da **Folha de São Paulo** apresentam um caráter muito mais normativo.

Uma outra observação é a de que os editoriais se encontram situados muito mais na modalidade do necessário do que na modalidade do possível. O número de opiniões normativas situadas na modalidade do possível não é significativo em três dos quatro jornais e este tipo de conclusão se encontra mais presente nos editoriais da **Folha de São Paulo**, o que reforça a imagem de distanciamento e isenção desejada e produzida pelos editoriais deste jornal. Assim, postulo que os editoriais constroem dois tipos de autoridade: no caso das conclusões de caráter moral, tem-se uma autoridade atemporal, cujo domínio seria o das formações morais, o do mundo adjetival, onde a presença das "noções difusas" produziria um efeito de opacidade aos sentidos

veiculados; no caso das conclusões de caráter normativo, tem-se então construída uma autoridade temporal, cujo domínio seria o do mundo concreto, das formações sociais, onde a presença de enunciados modalizados apontariam para um efeito de transparência dos sentidos veiculados.

Com relação aos interlocutores dos editoriais, se faz necessário dizer, antes de mais nada, que apesar de um editorial pressupor um auditório universal, ou seja, dirigir-se ao público em geral, por realizar seu discurso através da utilização em larga escala de "valores universais supostamente admitidos por todos", existem fortes indícios de que os editoriais não podem ser lidos por um público muito amplo porque, como será discutido logo adiante, os editoriais se constituem a partir de um trabalho sobre outras formações discursivas. Nesse sentido, a leitura desse gênero demandaria do leitor um conhecimento sobre estas outras formações discursivas, ou seja, demandaria uma certa competência textual e discursiva que, por razões que extrapolam os limites deste trabalho, não serão aqui discutidas, bem poucos leitores em nossa sociedade possuem.

No entanto, como virtualmente podem ser lidos por qualquer leitor, a articulação discursiva e textual dos editoriais acaba por levar o leitor a aceitá-la como expressão da verdade, o que revela o seu caráter persuassivo. Por ser o espaço da opinião do jornal e como a instituição jornalística nas sociedades modernas tem

desempenhado um papel muito importante na formação da opinião pública, os editoriais de jornal se constituem no espaço privilegiado onde se revelam os interesses do(s) grupo(s) político(s) e econômico(s) que participam da propriedade da organização. No entanto, a revelação desses interesses não se dirige, prioritariamente, aos leitores comuns, mas a um conjunto mais específico de atores sociais que desempenham papéis importantes nas decisões sobre os assuntos, preferencialmente os assuntos públicos. Esta predileção pelos assuntos da esfera pública coincide com a imagem desejada pelos jornais de serem os "zelosos defensores do bem comum".

Observando os editoriais dos diferentes jornais, percebemos que os jornais que se dirigem mais explicitamente a atores específicos (partidos políticos, instituições públicas, o Estado, políticos em geral, candidatos, etc.) são os editoriais de **O Estado de São Paulo** e da **Folha de São Paulo**. A predominância do tipo de conclusão mais normativa ("O governo terá de fazer-se dentro dos limites da Constituição...") nestes dois jornais se constitui num indício de que constroem a imagem de autoridade que, apesar de não estar falando diretamente ao governo⁷, (Sr. Presidente, o Sr. terá de ...), sabe que podem praticar este tipo de ato de fala, ou seja, que podem falar para o Presidente, para os políticos, para os candidatos, para o Tribunal Superior Eleitoral, e assim por diante, ou seja,

sabe que as condições para que fale o que fala e para quem fala estão satisfeitas.

Essa atitude é esperada e aceita tanto pelo público em geral, como por esse público mais específico, que pode acatar ou não as opiniões que emanam dos grupos que constituem a organização dos jornais. Sendo assim, tanto o público mais geral, por aceitar como verdade o que falam os editoriais (dada sua articulação textual e discursiva) e por que se deixa falar pelos jornais, quanto o público mais específico, que se constitui enquanto o interlocutor mais direto dos editoriais, ao autorizarem a enunciação destes atos de fala por parte dos jornais, demonstram aceitar a imagem de "porta-vozes da opinião pública" construída não só pelos editoriais, mas pelo discurso jornalístico como um todo.

A construção da autoridade do discurso jornalístico realizado nos editoriais, funda-se basicamente sobre a postulação de um "racionalidade" para este discurso, capaz de apreender o real, o que implica em uma dicotomia entre sujeito e objeto, ou seja, a existência de uma exterioridade face a um interior. Sendo assim, o discurso jornalístico, ao se apresentar como um discurso não contraditório, como expressão privilegiada da racionalidade, aparenta-se em sua constituição com o discurso científico:

A racionalidade científica, ao construir a objetividade, realiza a operação chamada determinação completa, pela qual uma realidade é convertida em

objeto de conhecimento. Algo é conhecido objetivamente quando é possível dominá-lo inteiramente pelas operações de entendimento. A noção de objetividade está vinculada, portanto, à ideia de poder: conhecer é exercer um poder na medida em que conhecer é conhecer o objetivo, e o objetivo foi construído de modo a tornar-se esgotável teoricamente. (Chauí, 1989:34)

Não faz parte do escopo deste trabalho explorar os desdobramentos filosóficos que decorrem da postulação da noção de objetividade pela ciência. Apenas gostaria de apontar uma das formações discursivas que constituem o discurso jornalístico realizado nos editoriais. É a crença nesta determinação completa, em uma exterioridade que poderia ser apreendida por certos grupos, que possibilita a noção de mediação tão defendida pela comunidade discursiva jornalística. Esta noção esconde justamente a operação de dominação que se instaura ao se determinar quem pode enunciar discursos sobre os acontecimentos, sobre a realidade e quem não pode, ou seja, ao se reproduzir a divisão social do trabalho que institue quem conhece e quem não.

Do ponto de vista da AD, isto se constitui na **interdiscursividade**, já que as fronteiras entre uma formação discursiva e outra são constantemente deslocadas e uma incorpora elementos construídos em um outro lugar para se constituir. Nesse sentido, a autoridade do discurso jornalístico funda-se basicamente na sua aproximação, identificação com o discurso científico, discurso este que

possui em nossa sociedade o "status" de inquestionável. Esta interdiscursividade permeia as normas expressas nos manuais de redação e pode ser percebida na superfície textual pela presença de noções como "objetividade", "exatidão", "transparência", etc., tanto nos manuais, como nos próprios editoriais.

Nos editoriais, a construção da autoridade é feita basicamente através do recurso à outras formações discursivas que podem ser caracterizadas como discurso científico. A economia é uma das formações discursivas mais presentes nos editoriais. Há dois editoriais na semana estudada que têm como tema a economia: "O imperativo de um novo modelo" (O Globo) e "A eleição e a economia", (Folha de S. Paulo), ambos do dia 13/11/89. De um modo geral, dados numéricos como percentagens, estatísticas, etc., saberes que são produzidos no interior do discurso econômico, se encontram bastante presente nos editoriais. Vejamos alguns exemplos:

28 - A título apenas de exemplo, tome-se dois Estados brasileiros que pouco têm em comum, o Pará e o Rio de Janeiro: eles apresentam nas apurações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 0,48% e 0,35% de votos em branco, respectivamente; e 2,87% e 1,63% de votos nulos. (Civismo em alta, O Globo, 18/11/89)

29 - Uma pesquisa feita há um ano com alunos da 3ª série do 2º grau em escolas do Rio (zonas Norte, Sul, Centro e Suburbana) constatou que sete em cada dez não conseguem distinguir tem (singular) de têm (plural), 60% usam aleatoriamente a, há, e à, 20% escrevem Brasil com z e outros 10% com b minúsculo. (...) As bibliotecas existentes mal consomem 2% das tiragens contra 105 ou 20% nos países desenvolvidos. (Tupi or not tupi, Jornal do Brasil, 13/11/89)

30 - O recado nas urnas foi claro: uma sociedade que beneficia 30 milhões de cidadãos, ao ser submetida ao voto de 82 milhões de eleitores, teria que fatalmente oferecer o resultado que se desenha nos números. (...) Os mesmos 82 milhões de eleitores vão dizer que não admitem a reserva de mercado para 30 milhões de consumidores. (Recado do eleitor, Jornal do Brasil, 17/11/89)

31 - Os números da pesquisa publicada hoje pela **Folha** parecem indicar um discreto aumento das incertezas quanto ao resultado do segundo turno: o pequeno avanço da candidatura Covas, agora com 11%, não exclui, embora esteja longe de mostrar-se decisivo a tão poucos dias do pleito, a possibilidade que dispute o segundo lugar com Lula e Brizola. (Hora de definições, Folha de S. Paulo, 12/11/89)

Os números, as porcentagens são apresentados como **dados** e como tais, não podem ser discutidos: são uma realidade incontestável, a "realidade dos números". Respalado por estes dados, o locutor destes editoriais constrói o sentido destes dados: o pequeno avanço de um candidatura nas pesquisas pode significar mais incertezas sobre o segundo candidato a ir para o segundo turno; o pequeno número de votos em branco ou nulos comprovam o amadurecimento político do povo brasileiro, e assim por diante.

O recurso a fatos históricos, tipo de saber produzido no interior de uma outra formação discursiva, a história, também se encontra bastante presente nos editoriais desta semana. No entanto, os editoriais não mencionam simplesmente os fatos históricos, mas ao enunciá-los, atribuem a eles determinados sentidos, ou seja, constroem o sentido do fato, assim como acontece com o recurso aos dados numéricos. Há três editoriais, "Lições do

Centenário (O Globo), "Contradições Republicanas" (Jornal do Brasil) e "República, ato e fato civil" (O Estado de S. Paulo), todos do dia 15/11/89, que tematizam o centenário da República no Brasil. Vejamos alguns exemplos destas tematizações:

32 - A primeira República dos tempos modernos - os Estados Unidos - soube conciliar a idéia republicana com a extensão territorial através do federalismo, isto é, da pluralidade dos centros de poder. (...) Foi também o que pretendeu o Manifesto Republicano de 1870, pouco importando, hoje, se então limitado por uma visão oligárquica de poder... (Lições do Centenário, O Globo, 15/11/89)

33 - Os últimos dez anos do império foram de completa decomposição. A abolição da escravatura alienara do trono as últimas simpatias com que contava. Do esclerosamento das instituições imperiais, inadaptadas às transformações trazidas pelo tempo, nasceu o descompasso entre o poder político e econômico que até hoje é marca registrada da vida brasileira. (Contradições Republicanas, Jornal do Brasil, 15/11/89)

34 - A idéia republicana esteve presente em todos os movimentos históricos brasileiros: na Inconfidência Mineira, na Inconfidência Bahiana, na Revolução de 1817, na Confederação do Equador, na Revolução Farroupilha. Ao se materializar no 15 de novembro, a antiga classe dominante se libertou da monarquia como de um fardo e se preparou para encarar com flexibilidade o novo regime: recolheu-se momentaneamente para voltar aos poucos às rédeas do poder. (Contradições Republicanas, Jornal do Brasil, 15/11/89)

35 - Com efeito, ao proclamarem "Viva a República", os homens da Província não eram capazes de antever, como de resto ninguém, que à queda do Império seguir-se-ia a ditadura militar, que se prolongou em meios a enteveros e guerra civil até 1894, quando um paulista, Prudente de Moraes, assumiu a Presidência e abriu os caminhos da conciliação que permitiram à República de fato se consolidar... (República ato e fato civil, O Estado de S. Paulo, 15/11/89)

36 - Quando a República se instalou com Prudente, ela continuou sendo o compromisso - e assim sempre foi, sendo parte dele o lento, mas progressivo avanço das conquistas sociais e políticas alargando sempre e cada vez mais a participação popular na decisão sobre os destinos da Nação. (República, ato e fato civil, O Estado de S. Paulo, 15/11/89)

É possível dizer que os trajetos interdiscursivos associados a um determinado discurso são determinados pela situação em que este é produzido. Nesse sentido, fica claro que se discorre sobre a história republicana do Brasil em função das comemorações de seu centenário; que a alusão e/ou a menção de dados numéricos é, em grande parte, determinada pelo fato de estar havendo uma disputa para a presidência da República, onde as pesquisas de opinião, o número de eleitores participantes são informações importantes a serem consideradas. E é exatamente isto que os jornais fazem. Sendo assim, dependendo do contexto em que é enunciado, o discurso pode estabelecer relações de proximidade ou afastamento de determinadas formações discursivas que compartilhem com ela o mesmo campo.

Considerando a distinção entre **texto** e **discurso**, é possível afirmar que a economia é uma formação discursiva que articula um conjunto de "saberes" produzidos em uma determinada época, por um determinado grupo, saberes que podem ser realizados textualmente, por exemplo, através de dados numéricos, tabelas, estatísticas, projeções, etc.. Assim, o tratamento dado aos enunciados acima é o de revelarem, na superfície textual, uma articulação entre discursos produzidos em diferentes lugares, no caso, o discurso da economia, o discurso da história e o discurso jornalístico.

Tratarei agora das relações entre textos. A construção da autoridade dos editoriais também pode ser percebida através do tipo de citação à que recorre para se legitimar. Este recurso é de extrema importância na constituição deste discurso porque permite ao locutor, ao mesmo tempo, distanciar-se daquilo que cita (o que digo é verdade porque não sou eu quem o diz), como também pode se aproximar do que é dito (se é o outro quem o diz, e eu o cito, então é verdade o que ele diz). Vejamos alguns exemplos de citações presentes nos editoriais:

37 - Daí estar falando Gunther Maleuda, o novo Presidente do Parlamento alemão oriental, na tarefa urgente de "reestabelecer o contato próximo com o povo e a confiança perdida". (O voto pela liberdade, O Globo, 16/11/89)

38 - Pela mesma razão, Hans Modrow, o recém eleito Chanceler (Primeiro Ministro) convoca todos para o trabalho duro de reconstrução, sejam eles seguidores de Marx, do Papa ou de Lutero. (O voto pela liberdade, O Globo, 16/11/89)

39 - O ódio que tragicamente não é mais novidade em El Salvador, na palavra do Arcebispo Artur Rivero y Damas, diante desses últimos assassinatos: "O ódio lhes arrancou a vida. O mesmo ódio que matou Oscar Romero, em 1980". (Um país em agonia, O Globo, 19/11/89)

40 - Partido político, segundo uma definição já clássica, é a associação duradoura de cidadãos de um Estado que tem como objetivo atuar sobre a opinião pública para influenciar a composição e a orientação dos órgãos centrais e locais de autoridade, e eventualmente obter o exercício e os benefícios do poder. Mas, de acordo com o esclarecimento do jurista espanhol Temístocle Martinez, o partido político é uma força institucional porque sua finalidade é política e não pode ser outra. Sua influência se orienta para exercer influência e predomínio na esfera política, para dirigir e orientar, condicionar ou impulsionar os atos políticos de seu interesse. (Casa da Sogra, Jornal do Brasil, 12/11/89)

Em estudos sobre a linguagem da imprensa escrita em outros países (Fowler, 1979; Fowler, 1991), foi

constatado que o discurso da imprensa se reveste de uma imagem de autoridade ao se utilizar da fala de pessoas que exercem funções de prestígio na sociedade:

Os jornais estão cheios de declarações, alegações, promessas e julgamentos proferidos por pessoas proeminentes do tipo mencionado acima (políticos, altos funcionários públicos, diretores, "experts" de varios tipos (médicos, arquitetos, contadores, professores), nobres, "estrelas", etc.): relatos de debates parlamentares; resultados de pesquisas oficiais; resumos e comentários judiciais de magistrados e juizes; manifestos políticos; declarações de ministros e funcionários públicos; declarações de diretores de grandes companhias, etc. O fato de os jornais estarem cheios de tais falas significa que eles apresentam um discurso em um estilo oficial público e de prestígio. (Fowler, 1991:23)

Apesar de os textos jornalísticos parecerem se constituir de uma massa plural de discursos, um olhar mais atento sobre eles revela que as vozes acessadas se encontram todas situadas em um mesmo lugar na escala social, ou seja, no lugar do prestígio e do poder. No caso dos editoriais, o leque de vozes acessadas é estreitado (políticos, autoridades públicas e grandes empresários são privilegiados) e o discurso se mostra intrinsecamente relacionado com os modos de discurso da elite do poder econômico e político.

3. OS MECANISMOS DISCURSIVOS CONSTRUÇÃO DOS EDITORIAIS

Observando os editoriais, percebi a presença de dois grandes mecanismos discursivos, a **crítica genérica** e a **crítica específica**. A primeira observação a se fazer sobre estes dois mecanismos é a de que eles se constituem no principal efeito de sentido produzido pelo trabalho sobre outros discursos.

A crítica aqui é considerada como a construção de uma realidade discursiva capaz de, ou de uma forma genérica ou de uma forma específica, determinar ou apreender o(s) sentido(s) verdadeiro(s) dos "fatos" pela imprensa. Ao produzir este efeito de sentido de crítica, a imprensa escrita reforça o seu lugar de autoridade e imparcialidade.

Considero a crítica (genérica ou específica) como um mecanismo discursivo e não um mero sentido produzido pela enunciação dos editoriais devido ao forte caráter institucional deste gênero do discurso jornalístico. É preciso deixar claro aqui que não pretendo postular que o editorial, por ser o lugar de onde a empresa jornalística emite oficialmente suas opiniões sobre os acontecimentos, apresente um caráter mais institucional do que os outros gêneros do discurso jornalístico. Isto seria um equívoco e

uma demonstração de não compreensão da natureza dos discursos públicos. O que postularei aqui é aplicável não só aos editoriais, mas ao discurso jornalístico como um todo.

O caráter institucional dos discursos públicos se revela, em primeiro lugar, pelo fato de o modelo de mundo apresentado discursivamente ser socialmente construído, ou seja, tudo aquilo que vemos ou pensamos sobre se encontra organizado de acordo com (um) sistema(s) de valores previamente determinado. E é exatamente este sistema de valores, que rege a produção do discurso jornalístico. Nesse sentido, seria impossível esperar que cada texto produzido pela imprensa fosse o resultado de uma reflexão individual de um editorialista (no caso dos editoriais) ou de um jornalista (no caso das notícias). No entanto, não creio que os sujeitos que tomam parte no processo de produção dos textos jornalísticos tenham uma intenção deliberada de apenas reproduzir um determinado sistema de valores.

Acredito que o processo de (re)produção da ordem discursiva revelada nos textos não é formulado conscientemente, nem tampouco estrategicamente planejado pelos sujeitos: é apenas o resultado da inscrição desses sujeitos em uma determinada formação discursiva, cujos objetivos e efeitos são implementados automaticamente. Assim, a crítica genérica e a crítica específica serão consideradas neste trabalho como mecanismos discursivos que possibilitam a produção de um determinado gênero do discurso

jornalístico, os editoriais, e, ao mesmo tempo, do ponto de vista da **recepção** dos textos, serão consideradas como o principal efeito de sentido produzido para aqueles à quem estes textos são destinados.

O primeiro mecanismo analisado é o mecanismo da **crítica genérica**. Quando postulo este mecanismo, não me refiro ao fato de a imprensa não apresentar críticas mais pontuais com relação aos temas por ela abordados (candidatos, programas, sistema eleitoral, etc...), mas ao fato de ao fazer uma determinada crítica, o faz produzindo um efeito de indiferenciação para a direção dessa crítica: ela sempre pode servir a **todos** indiscriminadamente. Nos editoriais, a **crítica específica** ocorre com o objetivo de desautorizar a fala do outro. Isso será analisado com maior precisão mais adiante.

3.1. Crítica genérica

A Folha pretende exercer um jornalismo que seja crítico em relação a todos os partidos políticos, grupos tendências ideológicas e acontecimentos. (Manual Geral da Redação da Folha de S. Paulo, 1989:32)

Apesar de ser uma orientação do manual de um jornal mais específico, a **Folha de São Paulo**, este verbete resume o que acontece em quase todos os editoriais dos quatro jornais analisados. Como estabelece o verbete, a crítica deve ser dirigida a **todos** (grifo meu) sem distinções. A imagem que se quer construir aqui é a de um jornal acima dos interesses envolvidos nos acontecimentos sociais, com o papel de mero mediador entre os "fatos" e os seus leitores. Ao tentar contruir uma imagem de não "filiação" a qualquer concepção de mundo e sociedade, os jornais ficariam livre para se apropriar de todos os discursos que circulam, para, a partir de qualquer deles, fazer suas críticas. O que importa saber é se este efeito de **indiferenciação da direção da crítica**, (qual seja, o da crítica podendo servir a **todos**), é capaz de produzir a imagem desejada de isenção e de objetividade. Este mecanismo pode ocorrer de diversas formas. O escopo de muitas expressões presentes nos enunciados de alguns editoriais se mostra bastante amplo. Vejamos os seguintes exemplos: (ver os grifos)

41 - Há ainda muito a ser aprimorado no sistema político e legal que rege entre nós o rodízio no Poder, e esta campanha merecerá autocrítica por praticamente todos os que nela se envolveram. (O bom uso da liberdade, O Globo, 14/11/89)

42 - O sentido de apoteose a céu aberto deu à campanha eleitoral a importância que não conseguiu no seu lançamento, mas não elimina as falhas de um padrão político obsoleto. (Momento da Verdade, Jornal do Brasil, 14/11/89)

43 - Os partidos e os políticos não entenderam que a opinião pública não é uma figura de retórica e que os grandes problemas nacionais não podem esperar indefinidamente. (Momento da verdade, Jornal do Brasil, 14/11/89)

44 - O sol magnífico deste 15 de novembro iluminou uma festa que é feita para a política, mas também para acabar com os políticos que se consideravam intérpretes privilegiados e perpétuos da vontade popular. (Dia de Sol, Jornal do Brasil, 16/11/89)

45 - Com efeito, houve presidentes que não se distinguiram por fé inabalável no poder soberano do povo e no consenso do Direito que este criou - a Constituição. (Lições do Centenário, O Globo, 15/11/89)

46 - A frustração com uma realidade republicana ainda irrealizada, com um espaço da cidadania sem ganhos substanciais sobre o que lhe era reservado na ordem monárquica, tem levado alguns a uma proposta desastrosa: esconjurar os políticos e repudiar a própria política. (Lições do Centenário, O Globo, 15/11/89)

47 - O segundo turno vai decifrar mais claramente o sentido do protesto que engloba os burocratas, os pedantes e presunçosos tecnocratas, que esvoaçam em torno do poder como um enxame em moscas sobre restos de comida. (Recado do Eleitor, Jornal do Brasil, 17/11/89)

48 - A nação se fartou do egoísmo dos políticos. (Luz e Sombra, Jornal do Brasil, 19/11/89)

49 - Alguns (candidatos) tiveram a percepção do que representa este pleito; outros preferiram usar a linguagem do passado, revestindo-a de cores do progresso social. Houve também aqueles que não perceberam, por imaturidade, ou por não ter assimilado as lições da experiência, o que está em jogo. (Escolher a modernidade, O Estado de São Paulo, 14/11/89)

50 - Os que tem presentes essas verdades são poucos; mas é de seu trabalho catequético que se construirá,

a partir do voto de hoje, 15 de novembro, centenário da Proclamação da República, a consciência de que a República é civil... (República, ato e fato civil, O Estado de São Paulo, 15/11/89)

As palavras grifadas nos trechos retirados dos editoriais de três jornais mostram, de um lado, a remessa a conceitos difusos, a valores inquestionáveis de que já os estudos contemporâneos de retórica (Perelman, 1969) apontaram os efeitos discursivos. O assunto dos valores será discutido em outro momento. Cabe resaltar aqui o jogo entre tais expressões e expressões quantificadoras, usadas como remessas indeterminadas e vagas a sujeitos (políticos, por exemplos) e instituições (partidos, por exemplo) de tal modo que a referência efetiva no mundo não fica especificada, cabendo qualquer realidade objetiva como sua referência (qualquer político, qualquer partido).

Nesse ponto, entendo necessário explicitar a concepção de linguagem sobre a qual este trabalho se baseia. Kress discute em sua obra "Language as Ideology" (1979) o fato de as estruturas linguísticas serem determinadas pela forma de organização da sociedade. Sendo assim, ele postula que a ambigüidade e a clareza nas línguas são indubitavelmente funcionais:

Como as línguas funcionam para enganar assim como para informar, nós hipotetizamos e sugerimos que todo componente da gramática de uma determinada língua deve conter um conjunto de formas que permitam ao falante evitar fazer certas distinções que são primárias e outro conjunto em que estas distinções devem ser feitas

claramente e com precisão. (Kress, 1979:125)

Assim, o mecanismo da crítica genérica pode ser classificado como um dos recursos discursivos que permite com que determinados sentidos produzidos pelos editoriais permaneçam **ambíguos**. Ao apontar este mecanismo não estou defendendo que possa existir transparência do sentido, ou seja, que tudo possa ser dito. Ao contrário, há toda uma argumentação na bibliografia em *Análise do Discurso* que demonstra a "opacidade" dos sentidos na linguagem.⁸ O que pretendo ressaltar são os efeitos desta operação discursiva de constante uso de expressões que possuem um escopo bem amplo ou de expressões que remetem a "noções difusas": por um lado, ocorre um apagamento do lugar de onde são enunciadas as opiniões através do predominante uso de expressões linguísticas que revelam a ambigüidade estrutural da linguagem; por outro lado, acontece um reforço ao lugar de autoridade construído pelos editoriais, onde pode se perceber a presença um locutor todo-poderoso, onisciente.

Esta tentativa de apagamento do lugar de onde se enuncia é fundamental para que a imprensa possa construir o seu lugar de imparcialidade e objetividade jornalística. Escondendo o lugar de onde se enuncia, a imprensa escrita produz a imagem de que pode ser uma instituição "acima" dos interesses que se embatem na vida social. Percebe-se que a tentativa de construir tal imagem de objetividade perpassa, inclusive, os textos marcadamente opinativos, que são os

editoriais. O Manual de Redação e Estilo do Estado de São Paulo trabalha com uma noção que acho possível ser aproveitada aqui para uma melhor compreensão do mecanismo discursivo ao qual nos referimos. O verbete "sentido incompleto" pode ser encontrado na parte denominada "Instruções Gerais" do manual e está organizado da seguinte forma:

Sentido incompleto. 1 - Os verbos transitivos (diretos e indiretos) pedem sempre complemento. O mesmo ocorre com certas palavras e expressões que, sozinhas, tornam incompleto o sentido da frase. Veja sempre se o texto que você escreveu não deixa no ar uma destas perguntas: o quê? quem? de quê? do quê?. (...) Ex: "Ministros acham que procurador não criticou" (quem?) (Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo, 1990:70)

É interessante observar que a utilização de um mecanismo como o da crítica genérica se opõe radicalmente aos princípios básicos propalados pelos manuais e identificados como sendo característicos da linguagem jornalística: a precisão, a clareza, a objetividade, a simplicidade. Quando um editorial se refere aos "políticos" ou aos "partidos" como no trecho "*Os partidos e os políticos não entenderam que a opinião pública não é uma figura de retórica e que os grandes problemas nacionais não podem esperar indefinidamente*" (JB, 14/11/89), deve-se entender como referente destas expressões "todos os partidos" e "todos os políticos"?

Note-se, também, no exemplo (49), que a construção com expressões como "alguns", "outros", "aqueles" recobre a totalidade dos candidatos. Quais deles pertencem ao conjunto referido por "alguns" predicados como os que "perceberam o que representa este pleito"? Quais deles pertencem ao conjunto referido por "outros" predicados como os que "preferiram usar a linguagem do passado"? Quais pertencem ao conjunto referido por "aqueles" predicados como aqueles que "não entenderam o que está em jogo" e que "não assimilaram as lições da experiência"? Se esse editorial fizesse um movimento no sentido de uma maior determinação do sentido do referente de que fala, se considerasse tais expressões como genéricas demais e o seu uso nestes contextos fosse considerado como um uso de expressões de "sentido incompleto" (que partidos? que políticos?), teria necessariamente que explicitar melhor as diferenças. Isto, com certeza, o levaria à necessidade de um posicionamento frente a estas diferenças (não é o editorial o lugar da opinião da empresa jornalística sobre os acontecimentos?). Mas, ao mesmo tempo que os sentidos vagos aqui apontados fossem especificados por meio de marcas linguísticas que permitissem ao leitor definir cada conjunto, também, com certeza, explicitar-se-ia a posição enunciativa de onde emana tal opinião. E então, o papel de mero "mediador" entre "fatos" e leitores, estaria destruído explicitamente.

O mecanismo da crítica genérica funda-se justamente no fato de esse tipo de discurso se aproveitar de

argumentos válidos para um auditório universal, supondo como admitidos "fatos objetivos, verdades incontestáveis, valores universais, supostamente admitidos por todos os seres razoáveis e competentes" (Perelman, 1987:240). Como foi visto anteriormente, ao se tratar daqueles a quem se destinam os editoriais, a imprensa parece dirigir-se a leitores privilegiados: o Estado, o Governo, as instituições etc., mas faz isto sem esquecer seus virtuais leitores e é em função deles, que constituem o auditório universal, que os conceitos são manuseados com o objetivo de conseguir a adesão de seus leitores. Por isso, quando faz uma crítica genérica, o discurso do editorial está apenas reproduzindo o "senso-comum". Repetindo ad infinitum estes lugares-comuns, admitidos pelos seus próprios leitores como verdades, o autor do editorial constrói o lugar da crítica (genérica sim, mas crítica) e conseqüentemente, o lugar da isenção e da objetividade.

O lugar comum, a partir daí, é de certo modo uma arma do poder: repetindo despidoradamente certos temas, contribui para imprimir idéias, valores, álibis que acabam por funcionar, na cabeça do público, como uma verdadeira "natureza" mental; o lugar-comum é finalmente, aquilo que "vai de si", aquilo a que Brecht chamava (criticando-o) o "Grande Uso": a gregaridade não é inocente porque é facilmente manipulada. (Perelman, 1987:276)

Portanto, este mecanismo ao trabalhar com as generalizações, constrói o seu lugar de suposta neutralidade se escondendo atrás de lugares-comuns, que por, em

determinados momentos, não especificarem, se revelam ideologicamente marcados. O que aconteceria se os pronomes "alguns", "outros" e "aqueles" do trecho (49) fossem substituídos pelos conjuntos "Fernando Collor e Guilherme Afif Domingos", Luis Inácio Lula da Silva e Mario Covas" e "Paulo Maluf e Aureliano Chaves" respectivamente? Os efeitos de sentido seriam certamente outros e explicitariam a opinião do jornal sobre o processo eleitoral.

No trecho "*Certos candidatos e partidos que não corresponderam as novas necessidades políticas habilitam-se a ser varridos da cena ou a passar por um reeducação regeneradora*", do Jornal do Brasil, editorial "Momento da Verdade do dia 14/11/89, há a tentativa de especificação com a utilização do indefinido "certos", para caracterizar um subconjunto e, caracterizando-o, excluir outro subconjunto a que o predicado não se aplica. A indiferenciação aparentemente se mantém e continua-se sem saber de que candidatos e partidos o editorial fala. Um outro trecho bastante ilustrativo de como a crítica, mesmo quando tenta ser um pouco mais pontual, pode basear-se em "valores difusos", expressos através de nominalizações, adjetivações e metáforas que marcam os pontos de vista para os quais não são apresentados argumentos, é o seguinte:

51 - A campanha tocou o seu âmago no final, quando os vinte anos de mistificação tecnocrática e os cinco de clientelismo com fumaças de social foram reunidos no mesmo repúdio pelos candidatos. (Momento da Verdade, Jornal do Brasil, 14//11/89)

Apesar de especificar mais os períodos aos quais se dirige a crítica ("vinte anos" e "cinco anos"), as avaliações negativas que se fazem presentes são expressas por juízos de valor tais como "mistificação tecnocrática", que remete obrigatoriamente ao regime militar e "clientelismo com fumaças de social", que refere aos cinco anos do governo Sarney.

No entanto, pode-se dizer que ocorre um movimento que, dependendo da situação em que o texto se insere e dos objetivos mais imediatos que se pretende atingir com aquela determinada argumentação, vai no sentido da **ambigüidade** para a **determinação**, nos casos dos textos estruturados basicamente pelo mecanismo da crítica genérica, e um outro movimento que vai no sentido da **determinação** para a **ambigüidade**, no caso dos textos estruturados com base no mecanismo da crítica específica (ver 3.2). Considerando a distinção entre texto e discurso, é possível compreender melhor o movimento de **ambigüidade/determinação** dos sentidos produzidos quando da utilização do mecanismo da crítica genérica. Vejamos a distinção proposta por Kress:

Neste ensaio, a distinção é traçada firmemente, no campo teórico, com cada termo tendo sua área de referência específica e distinta. **Discurso** é uma categoria do domínio social, e **texto** é uma categoria do domínio linguístico. A relação entre os dois é de realização: o discurso encontra sua expressão no texto. (Kress, 1985:27)

Abordarei esta questão analisando um trecho do editorial do Estado de São Paulo, "Escolher a modernidade", do dia 14/11/89, que exemplifica esse movimento de **ambigüidade/indeterminação** produzido pelo mecanismo da crítica genérica:

52 - No dia 15 de novembro, cada um de nós deverá saber colocar o Brasil no grupo dos vanguardeiros do progresso, ou neste velho mundo carcomido pela opressão e pela falta de sentido profundo da vida: o mundo do Gulag, que ainda resiste ao reclamo de liberdade, e que tem em Cuba, na Albânia, na Nicarágua e na China os seus pontos de referência. (Escolher a modernidade, O Estado de S. Paulo, 14/11/89)

Se, no **nível textual**, não são especificados quais candidatos pertenceriam ao conjunto predicado como aqueles que colocariam o Brasil no "grupo dos vanguardeiros do progresso" e quais candidatos pertenceriam ao conjunto predicado como aqueles que colocariam o Brasil no "velho mundo carcomido pela opressão etc.", é no **nível do discurso** que se pode "preencher as lacunas". Considerando que ao nível do discurso se produz o jogo de imagens entre o locutor (A) e o interlocutor (B), pode-se afirmar que o preenchimento das lacunas é feito através:

- a) da imagem que (A) produz de si mesmo para (B);
- b) da imagem que (B) faz de (A);
- c) da imagem que (A) produz de (R) para (B).

Estas três imagens podem ser apreendidas no nível textual, já que (A) enuncia um discurso a partir de uma dada posição enunciativa, revelada pela seleção dos temas, pela utilização de determinados valores em detrimento de outros,

pelo jogo de **determinação e/ou ambigüidade** dos sentidos atribuídos a estes valores, etc., e (B) constrói a imagem do lugar de onde lhe é enunciado este discurso através da leitura das "pistas linguísticas" fornecidas por (A), as quais revelam a formação ideológica a que pertence a empresa jornalística. Portanto, nenhum leitor de um editorial do Estado de São Paulo poderia colocar "Lula" ou "Brizola" como sujeitos do predicado "colocará o Brasil no grupo dos vanguardeiros do progresso", não só por conhecer a imagem que o locutor dos editoriais possui destes dois protagonistas, que foi sistemática e explicitamente (em alguns editoriais, cf. 3.2) revelada no conjunto dos editoriais analisados, mas também por conhecer a formação ideológica em que se encontra inserido o jornal, ou seja, por ter construído, ao longo de sua trajetória como leitor de textos jornalísticos, uma determinada imagem do(s) jornal(is). Sendo assim, o sentido de indiferenciação da direção da crítica, revelada pelo uso de expressões genéricas e/ou quantificadoras apresenta apenas um **efeito de sentido de ambigüidade**, ou seja, se apenas o nível textual for considerado; se o nível discursivo é considerado, o que era ambíguo, acaba por determinar-se pelo jogo de imagens que se estabelece entre os interlocutores.

Dos 31 editoriais analisados, vinte e quatro apresentam o mecanismo da crítica genérica e quatorze editoriais apresentam este mecanismo articulado ao da crítica específica (ver 3.2.). Foi possível constatar que o

efeito de sentido de ambigüidade produzido pelos editoriais sempre poderá ser determinado, ora recorrendo-se aos mecanismos de coesão textual, ora recorrendo-se ao jogo de imagens produzido entre os interlocutores.

O mecanismo da crítica genérica, como foi apontado acima, revela também um trabalho sobre um outro discurso: o discurso moralista. Este trabalho sobre o discurso moralista se mostra na quase totalidade dos editoriais analisados:

...O senso comum admite a existência de valores universais, tais como o verdadeiro, o bem, o belo e o justo, mas é preciso assinalar que estes valores não são objeto de um acordo geral senão na medida em que ficarem indeterminados: a partir do momento em que se tente precisá-los as divergências a seu respeito irrompem irremediavelmente. (Perelman, 1987:245)

Apesar de o corpus deste trabalho se constituir de textos bastante "politizados", afinal, o tema predominante eram as primeiras eleições presidenciais no Brasil depois de vinte e nove anos, o discurso moralista também se faz notar em subtemas que podem ser qualificados como mais "técnicos", como é o caso, por exemplo, dos editoriais que tratam sobre as relações entre as eleições e a economia. Uma grande parte dos editoriais apresenta a afirmação deste discurso aliada ao mecanismo da crítica genérica. Realizei um levantamento da imagem do referente que é construída ao longo dos editoriais da semana das eleições presidenciais. O principal referente dos editoriais é a noção de "democracia", construída através da enunciação de uma série de outras

"noções confusas" tais como a noção de "civismo", de "participação popular", de "convivência pacífica dos contrários", de "bem-comum", de "liberdade", de "renovação da política", etc. Segundo Osakabe:

o ato de argumentar constitui uma espécie de operação que visa fazer com que o ouvinte não apenas se inteire da imagem que o locutor faz do referente, mas principalmente que o ouvinte aceite essa imagem. (Osakabe, 1979:82)

Sendo assim, a aceitação por parte do leitor da imagem de "democracia" se dá pela **recorrência** dessas "noções confusas" ao longo dos editoriais que determinam-indeterminando de qual tipo de democracia se está falando. Em uma grande parte dos editoriais, o mecanismo da crítica genérica se encontra materializado no discurso moralista, como exemplifica a sequência:

53 - A sociedade brasileira soterrou sob sua vontade, livre e soberanamente expressa nas urnas, o quadro partidário frágil e artificial com que os políticos profissionais tentaram, durante quase uma década, escamotear a crise de representação que tem assolado a vida institucional brasileira. (Recado nas urnas, O Estado de São Paulo, 19/11/89)

Neste trecho, é possível perceber a crítica genérica que é dirigida às expressões "quadro partidário" e "políticos profissionais", aliada à utilização das noções de "vontade livre", de "renovação da política" e de "crise de representação" e "vida institucional".

Os editoriais dos diferentes jornais analisados apresentam muitas semelhanças na construção do referente

"democracia", utilizando as mesmas noções mencionadas acima, independentemente do órgão de imprensa que esteja enunciando tais noções. Por exemplo, a noção de "renovação na política brasileira a partir das eleições presidenciais" pode ser observada nos trechos abaixo:

54 - Foram sepultados nesta campanha, sem grande acompanhamento, alguns estilos antiquados de definir responsabilidades. (Momento da verdade, Jornal do Brasil, 14/11/89)

55 - Vamos ter, a partir de agora, um retrato novo do Brasil. Um retrato expurgado das biografias oficiais, das carreiras artificiais construídas a poder de influências, das bênçãos palacianas, dos conchavos paroquiais. (Dia de Sol, Jornal do Brasil, 16/11/89)

56 - A expectativa de que se abra uma outra etapa na política brasileira foi claramente expressa pelo eleitorado: ... (Plena Democracia, Folha de São Paulo, 16/11/89)

57 - Vive-se um momento, assim, de desestruturação geral de um sistema que, em si mesmo, já era frágil. (Vazio partidário, Folha de S. Paulo, 18/11/89)

Estes trechos se constituem apenas em uma amostra representativa da recorrência da noção de "renovação" ao longo dos editoriais. Há ainda outros trechos, nos diferentes editoriais, que revelam a presença destas noções que caracterizam o discurso burguês:

o discurso burguês é um discurso proferido do alto, e que graças à transcendência conferida às idéias, nomeava o real, possuía critérios para distinguir o necessário do contingente, a natureza e a cultura, a civilização e a barbárie, o normal e o patológico, o lícito e o proibido, o bem e o mal, o verdadeiro e o falso: punha ordem no mundo e ensinava. (Chauí, 1989:10)

Os editoriais encontram-se impregnados de "noções confusas", com antinomias do tipo velho/novo, ditadura/democracia, aristocracia república pragmático/ideológico, etc., que são proferidas de um lugar que se constrói como o da autoridade ao repetir a enunciação de tais valores universais. É a partir deste lugar de autoridade que os editoriais podem enunciar o que é o "velho" e o que isto representava (58), e o que é o "novo" e o que representa (59):

58 - ...na perspectiva em que o Brasil aparece liberto da tutela econômica do Estado, dos privilégios acintosos e da retórica para vestir velhos conceitos com palavras novas". (Momento da verdade, Jornal do Brasil, 14/11/89);

59 - A eleição presidencial mostrou com grande destaque que os cidadãos querem novas fisionomias, novas palavras, sinceridade, coerência e o mínimo de qualificação, sem o que a vida pública é uma trapaça. (Luz e sombra, Jornal do Brasil, 19/11/89)

Uma outra noção presente ao longo dos editoriais é a noção de "civismo" nas sequências abaixo:

60 - O civismo autêntico foi visto, ontem, em toda a sua beleza. Os períodos ditatoriais manipulam o civismo, inventam aulas destinadas à doutrinação. Nessa vestimenta artificial ele adocece e morre. (...) Ontem, o civismo reapareceu como ele deve ser - espontâneo, emocionado, temperado de gravidade. (Dia de Sol, Jornal do Brasil, 16/11/89)

61 - O que é quantitativamente desprezível é, ao mesmo tempo, qualitativamente significativo: o percentual de baixíssimo de votos nulos ou em branco apurados nesta eleição e a contraprova da consciência cívica e do amadurecimento político dos brasileiros. (Civismo em alta, O Globo, 18/11/89)

62 - Nossa convenção, porém, não é partidária: empolga a coletividade. E isso certamente faz honra a um espírito cívico de que nos julgamos às vezes, por pessimismo

ou por ligeireza, distantes. (O jogo e a festa, O Globo, 17/11/89)

63 - Por mais intensas que tenham sido as frustrações com a campanha eleitoral, por mais agudas que sejam as preocupações em face à situação econômica e social do país; por mais decepções e angústias que a história recente tenha acumulado para a opinião pública brasileira, a sociedade brasileira vive hoje um momento de realização democrática, de fortalecimento institucional e de serenidade cívica sem dúvida extremamente confortador. (Dimensões de um desafio, Folha de São Paulo, 17/11/89)

Em momento algum o "civismo" é definido enquanto tal, o mesmo ocorrendo com as noções de "consciência cívica", "espírito cívico", serenidade cívica, o que confirma a hipótese de Perelman de que os valores só se constituem enquanto valores quando não precisados, ou seja, na medida em que fiquem indeterminados. Assim também acontece com outras noções presentes nos editoriais tais como as utilizadas na construção da imagem do "eleitor":

64 - O eleitor brasileiro tomou em suas próprias mãos o destino da eleição e vai ser muito difícil devolvê-lo à chamada classe política, até por ele não ter abandonado a convicção de que as mãos dela nunca foram limpas. (Recado nas urnas, O Estado de São Paulo, 19/11/89)

65 - ... a ordem (...) resulta do fato de o processo eleitoral não ter sido totalmente interrompido nestas três décadas, e sobretudo da circunstância de o povo, desde as memoráveis eleições para senador, em 1974, ter aprendido que sua arma é o voto. Empunhou-a e soube depositá-la nas urnas, consagrando sua vontade. (Primeiras lições do pleito, O Estado de São Paulo, 16/11/89)

66 - O povo brasileiro soube - talvez mais por decisão própria, intuitiva, do que por exemplo de lideranças - tirar das imensas dificuldades razões de crença na possibilidade de recuperação pelo voto. (O bom uso da liberdade, O Globo, 14/11/89)

67 - Devem dar passagem, agora, ao Brasil que está saindo das urnas, passado a limpo, posto de pé por uma multidão anônima que no ato simplíssimo de votar, revelou

uma dignidade insuspeitada, uma consciência perfeita do que estava fazendo. (Dia de Sol, Jornal do Brasil, 16/11/89)

68 - Mais do que nunca, cumpre lembrar que a decisão sobre quem deve ser o futuro presidente cabe apenas ao eleitor. É dele, depois de 29 anos, a prerrogativa de escolher, como achar melhor, quem governará o país. (Plena democracia, Folha de São Paulo, 16/11/89)

69 - O eleitor sacudiu a tutela política e provou o gosto da liberdade. A demonstração foi informal mas clara. O brasileiro quer exercer o direito de escolher e não mais de ter as escolhas feitas em seu nome, em tudo que diz respeito à cidadania: candidaturas, governantes, representantes, opções econômicas. (Recado do eleitor, Jornal do Brasil, 17/11/89)

A construção de uma imagem de democracia respaldada na "participação popular" e na "consciência cívica", se faz a partir de argumentos que, segundo Perelman (1987:242), "*afirmam aquilo que é preferível: os valores, as hierarquias e os lugares do preferível*", ou seja, ao mesmo tempo que suas diferenças não são precisadas lingüisticamente, esses valores se constituem enquanto tais porque a sua simples enunciação os coloca no "lugar do preferível", são preferidos àqueles que, não sendo enunciados, são considerados menos importantes numa determinada escala de valores.

A matriz ideológica dos valores manuseados pelos editoriais encontra-se no conjunto de enunciados que constitui a formação ideológica da burguesia, e como tais circulam em diferentes formações discursivas: a política, a economia, a história, etc. É neste sentido que se considera o recurso ao discurso moralista uma das formas de materialização do mecanismo da crítica genérica. A larga

utilização do discurso moralista permite aos diferentes jornais construir par si um lugar a partir do qual "põem ordem ordem no mundo e ensinam" o mundo que constróem.

No caso da enunciação dos valores, o movimento de ambigüidade/determinação dos sentidos pode ser compreendido a partir do estabelecimento de diferenças entre o nível textual e o nível discursivo. Se, no nível textual, as noções se apresentam como substantivos que aparentemente possuem uma referência específica, ou seja, se apresentam como aparentemente determinadas, no nível discursivo, estas noções apresentam um caráter ambíguo, pois circulam pelas diferentes formações discursivas que, por sua vez, atribuirão a elas diferentes sentidos. Ora, como tais noções circulam em diferentes formações discursivas, nelas obtendo seus matizes, o leitor acaba sempre por aderir a estes valores, já que também ele não escapa às interpelações ideológicas.

3.2 CRÍTICA ESPECÍFICA/ DESAUTORIZAÇÃO DA FALA DO OUTRO

a expressão da opinião, não tomada naquele sentido de categorização das mensagens que pretendem explicitamente atribuir valor aos fatos, mas compreendida como mecanismo de direcionamento ideológico, corporifica-se nos processos jornalísticos através da seleção das incidências observadas no organismo social e que atendem às características do atual e do novo. (Marques de Melo, A Opinião no Jornalismo Brasileiro, 1985:58)

Como afirma Marques de Melo, a expressão da opinião da empresa jornalística não se dá apenas através da valoração explícita dos fatos, mas também, e principalmente, através da "seleção" dos temas de que tratam os editoriais. A principal hipótese com relação ao mecanismo da crítica específica é a de que este mecanismo se funda sobre a necessidade de o jornal impor a sua formação ideológica através do distanciamento com relação ao discurso do outro que se inscreve em uma formação ideológica antagônica à daquele que enuncia.

No entanto, ao contrário do que afirma Marques de Melo (cf. epígrafe), o objeto de um discurso editorial não se constitui apenas no que é considerado "novo e atual" pelo jornal. Os editoriais dos jornais tratam também daquilo que consideram "velho e anacrônico".

Na verdade, acredito que qualquer fato, o mais banal ou o mais importante, que diga respeito ao público em geral ou a um público mais específico, seja da esfera pública ou privada, pode se constituir em um motivo suficiente para que se exerça sobre ele a opinião do jornal. Ao enunciar a sua opinião, importaria menos para a empresa jornalística o fato em si; importaria mais utilizar o fato como pretexto para analisá-lo, enunciar uma opinião já formada, impor a sua formação ideológica ao leitor. Isto pode ser comprovado pela própria **recorrência** de diversas noções idênticas ao longo dos editoriais dos diferentes jornais, independentemente do assunto mais específico de que tratam (ver 3.1.). O relacionamento do discurso jornalístico com outras formações discursivas tais como o discurso moralista e com o discurso científico, contribui bastante para a "eficácia" desse discurso já que as remissões a outras formações discursivas criam um "efeito de evidência" para os leitores que acabam por se constituir em sujeitos deste discurso, ou seja, acabam por aderir a ele.

No entanto, ao mesmo tempo em que a "seleção" dos fatos de que tratam os editoriais parece não ter muita relevância, já que qualquer fato poderia servir como pretexto para a enunciação de um determinado ponto de vista, o mecanismo da **crítica específica** demonstra que a "seleção" é determinada pelo contexto mais amplo em que se inserem os textos e pelos objetivos mais imediatos que a argumentação pretende atingir. Como os editoriais analisados encontram-se

inseridos em um contexto bastante politizado (semana do primeiro turno das primeiras eleições diretas para presidente, em 29 anos, apontando para uma certa polarização ideológica), pode-se dizer que esse conjunto de textos se encontrará mais explicitamente marcado pela **interdiscursividade**, ou seja, por um "*trabalho sobre outros discursos*" (Maingueneau, 1989:120). No contexto acima mencionado, os editoriais revelam uma **interação** entre o discurso jornalístico e outras formações discursivas, mais especificamente com o discurso político, com o discurso moralista, o com o discurso científico (a economia, a história, a sociologia, etc..). É nesse contexto que o mecanismo da **crítica específica** se revela de grande importância: ele constitui o discurso jornalístico de uma maneira bastante peculiar, ou seja, revelando um afastamento, um distanciamento com relação ao discurso outro que incorpora. Ao mesmo tempo que se afasta, porque só são objeto de uma crítica mais pontual os sujeitos, instituições, regimes políticos, etc.. que se revelam inscritos em formações discursivas que se lhe opõem ideologicamente, este afastamento também revela o próprio movimento de constituição, de afirmação desse discurso, já que

cada uma das formações discursivas do espaço discursivo só pode traduzir como "negativas", inaceitáveis, as unidades de sentido construídas por seu Outro, pois é através desta rejeição que cada uma define sua identidade. (Maingueneau, 1989:122)

O mecanismo da crítica específica revela mais explicitamente que a relação que o discurso jornalístico realizado nos editoriais estabelece com o(s) outro(s) discurso(s) só pode se dar a partir da construção de uma compreensão própria do outro, compreendido (ou incompreendido) a partir das categorias do próprio sistema de referências do discurso jornalístico.

Este mecanismo se revela tanto pela **seleção dos assuntos de controvérsia**, como também por apresentar um grande número de **formas que marcam a presença do outro**, tais como a negação polêmica, o discurso relatado, e as aspas, formas estas que revelam como este discurso se constitui com relação ao seu "exterior". Em primeiro lugar, estarei interessada em analisar alguns temas que estiveram presentes ao longo dos diferentes editoriais nesta semana de eleições presidenciais. Em seguida, farei um levantamento das principais formas mostradas da presença do outro. Por último, discutirei como estas formas são desautorizadas, legitimando assim o conjunto de enunciados que se constrói como contrário.

Um dos assuntos presentes nos editoriais dos diferentes jornais, ora sendo objeto de editoriais inteiros, como ocorre no jornal **O Globo**, ora sendo simplesmente referido nos diferentes editoriais, é o que se refere à **dissolução do regime socialista nos países do leste europeu**. Este assunto é objeto de dois editoriais inteiros no jornal

O Globo (O que ruiu na Alemanha, 12/11/89 e O voto pela liberdade, 16/11/89) e também aparece mencionado nos editoriais "Momento da verdade" e "Dia de Sol", do **Jornal do Brasil**, 14 e 16/11/89 e nos editoriais "Lei contra a constituição" e "Escolher a modernidade", de **O Estado de São Paulo**, 12 e 14/11/89 respectivamente. Este assunto não é abordado pelos editoriais da **Folha de São Paulo** durante a semana analisada. As referências esparsas a este assunto estão expressas nos trechos abaixo:

70 - A situação internacional contribuiu, e muito, para que a eleição presidencial ficasse fora de uma temática que não diz respeito à democracia brasileira". (...) A sociedade brasileira deu sinais de que está atenta a uma visão universal que coincidiu com a sucessão presidencial. Não quer mais ser cobaia de experiências que outros povos estão repudiando. (Momento da Verdade, **Jornal do Brasil**, 14/11/89)

71 - Rompeu-se o Muro de Berlim da auto-suficiência estatal; (...) O povo brasileiro escorreu como sangue novo pelas ruas, cobrando o que lhe é devido: respeito e um mínimo de atenção. Não pichou muros, não derrubou paredes, mas até, sem o saber, vibrou um golpe devastador nos cartórios e nos privilégios. (Dia de Sol, **Jornal do Brasil**, 16/11/89)

72 - E serão (os planos de política agrícola) de fazer inveja ao Gosplan que Gorbachev pretende reduzir (...) Enquanto a perestroika quer reviver a economia de mercado, no Brasil ressucita-se o Gosplan, concentrado no Ministério da Agricultura, que vê extraordinariamente aumentado seu poder. (Lei contra a Constiuição, **O Estado de S. Paulo**, 12/11/89)

73 - ...a estrutura do mundo comunista - símbolo do atraso econômico, da opressão política e do terror do Gulag - cede terreno ao desejo de liberdade, modernidade e progresso, abrindo suas portas às novas idéias que se gestaram nos laboratórios e nas universidades do Ocidente e às experiências que se forjaram nas lutas políticas da democracia parlamentar ocidental.(...) A Europa do Leste renasce, reencontrando a unidade cultural de que a cristandade sempre foi símbolo, e renasce pelo anseio de modernidade, no imenso contexto hodierno do Japão, da nova

Ásia e dos Estados Unidos. (Escolher a Modernidade, O Estado de S. Paulo, 14/11/89)

No trecho (70), há a ocorrência de duas negações polêmicas, entendidas aqui como a colocação em cena, por parte do locutor (L) de dois enunciadores diferentes E1 e E2, sendo:

a) "... para que a eleição presidencial ficasse fora de uma temática que não diz respeito à democracia brasileira."

E1 - Há uma temática que diz respeito à democracia brasileira.

E2/L - Há uma temática que não diz respeito à democracia brasileira.

b) (A sociedade brasileira) Não quer mais ser cobaia de experiências que outros povos estão repudiando.

E1 - A sociedade queria ser cobaia de experiências que outros povos estão repudiando.

E2/L - A sociedade não quer mais ser cobaia de experiências que outros povos estão repudiando.

Segundo Ducrot (1987:201-202), geralmente na negação polêmica, ao enunciar **não-p**, o locutor assume a responsabilidade do enunciado, mas coloca também em cena um enunciador E1, que sustenta **p**, que se opõe à E2, que sustenta **não-p** ao qual L é assimilado. A mobilização de enunciados produzidos por outros enunciadores pode demonstrar o estabelecimento de diversos tipos de relações entre as formações discursivas. No caso da negação polêmica, o tipo de relação revelada pela mobilização de enunciadores

diferentes é a de antagonismo, onde ao mesmo tempo que um outro ponto de vista é incorporado ao próprio discurso, é também refutado.

No trecho (71), o recurso linguístico utilizado para revelar a relação de antagonismo entre dois pontos de vista diferenciados também é a negação polêmica, só que de um tipo diferente da descrita acima. Segundo J. Moeschler, citado por Maingueneau (1989:82), há três tipos de refutação através da negação polêmica: a retificação, a refutação proposicional e a refutação pressuposicional. O tipo de refutação do trecho (55) é a refutação proposicional, onde a negação incide sobre o conteúdo posto em seu conjunto.

No trecho (72), a retificação, que se constitui num outro tipo de refutação, incide sobre um simples constituinte do enunciado rejeitado, constituinte este que é indicado pelo encadeamento que se dá sobre a enunciação negativa. Neste trecho, o encadeamento se dá com base no estabelecimento de um "par antonímico" entre os elementos refutados ("muros" e "paredes"), e aqueles que são afirmados ("cartórios" e "privilégios"), introduzidos pela conjunção "mas", que exerce uma função opositiva.

No trecho (73), o desdobramento de "vozes" enunciando pontos de vistas diferenciados, onde normalmente um deles se opõe ao ponto de vista assumido pelo locutor, pode ser observado através da utilização da conjunção "enquanto", para encadear dois enunciados, estabelecendo um

confronto entre o enunciado por ela introduzido ("A perestroika quer reviver a economia de mercado"), e o seguinte ("no Brasil, ressucita-se o Gosplan..."), onde o primeiro expressa o ponto de vista assumido pelo locutor e o segundo, o ponto de vista que se lhe opõe ideologicamente, atribuído a um outro enunciador.

No trecho (73), a polêmica se estabelece quando o outro discurso, no caso, o discurso socialista, é compreendido nos editoriais pela atribuição ao conjunto de enunciados do discurso socialista de certas categorias semânticas que são, nos termos de Maingueneau, "recusadas" pelos editoriais. Essa atribuição de certas categorias semânticas ao outro e a sua posterior negação constitui a construção discursiva do "simulacro" do outro, que é sempre compreendido através deste movimento de negação das categorias que lhe são "exteriores" e da consequente afirmação das categorias que lhes são próprias. Assim, as categorias semânticas atribuídas ao "discurso socialista" são "opressão política", "atraso econômico", "terror", que se opõem as categorias "liberdade", "modernidade" e "progresso", afirmadas pelo discurso jornalístico. As análises mais pontuais dos trechos de diferentes editoriais mostram que a presença de outras formações discursivas que se opõem ideologicamente à formação discursiva dos editoriais se revela não só pela "tradução" do outro a partir de categorias semânticas próprias, mas também pela forma de estruturação dos enunciados, que colocando em

evidência o fenômeno da polifonia através da negação polêmica e do uso de conectivos como "mas" e "enquanto", revela o estabelecimento de uma relação de oposição entre o discurso socialista, que se constitui em um discurso político inscrito em uma determinada formação ideológica, e o discurso jornalístico revelado pelos editoriais, inscrito em uma formação ideológica contrária à do discurso socialista.

Nesse sentido, é possível afirmar que o estabelecimento de controvérsias com certos discursos (no caso, com o discurso político socialista) e a consequente "seleção" dos temas a serem objeto de discussões são determinadas pelo contexto mais amplo em que se insere o discurso analisado e pelos objetivos mais imediatos que a argumentação tenta atingir. Ora, se o contexto em que se insere o conjunto de editoriais analisados é o de eleições presidenciais, onde se delineia uma certa polarização ideológica entre um candidato mais à direita e um outro mais à esquerda, os editoriais dos jornais tendem, nesse contexto, ao enunciarem a sua opinião sobre os temas selecionados, a mostrar o seu afastamento de determinados discursos e/ou a sua aproximação de outros. Isto não significa que estas aproximações ou distanciamentos revelados pela escolha dos temas a serem tratados pelos editoriais possam ser de qualquer ordem. Estes movimentos serão sempre determinados pelo lugar de onde são enunciadas tais opiniões, o que reforça a minha hipótese de que

qualquer fato ou acontecimento pode se constituir em um tema sobre o qual é possível ser enunciada uma opinião, desde que devidamente "filtrados" ou "traduzidos" pelas categorias semânticas próprias do discurso revelado pelos editoriais. Aqui, estou tratando apenas do afastamento dos editoriais com relação a determinados discursos e a conseqüente desautorização deste outro. O estabelecimento de relações de aproximação e identificação entre os editoriais e outros discursos será tratado no próximo ponto.

No entanto, apesar de os quatro jornais compartilharem basicamente da mesma formação ideológica, eles se diferenciam na forma como estabelecem os distanciamentos e/ou as aproximações. O **Jornal do Brasil**, por exemplo, apesar de assim como os outros também estabelecer uma relação de oposição com o discurso socialista, o faz de uma forma bastante genérica, se referindo ao assunto da dissolução do regime socialista através de expressões como "situação internacional" ou "temática que não diz respeito à democracia brasileira", ou ainda "experiências que outros povos estão repudiando". Como os efeitos de sentido produzidos pela utilização do mecanismo da crítica genérica já foram analisados anteriormente, é suficiente dizer que este jornal, sempre tentará construir, através da articulação de diferentes mecanismos discursivos e textuais, a imagem de uma imprensa "imparcial" e "crítica". Tentarei demonstrar, a partir da análise de um editorial do **Jornal do Brasil** que trata de um

outro tema, que a crítica específica a um fato que revele um posicionamento ideológico contrário aquele da empresa jornalística se encontra, quase sempre, articulada com o mecanismo da crítica genérica, para produzir essa imagem de constante criticidade a todos na tentativa de apagamento do lugar de onde se enuncia a opinião.

O editorial "Luz e Sombra", do **Jornal do Brasil**, do dia 19/11/89, trata das manobras políticas que estavam sendo articuladas logo depois do resultado do primeiro turno das eleições presidenciais com o objetivo de antecipar a discussão sobre o Parlamentarismo. O editorial inicia a sua argumentação referindo-se genericamente aos sujeitos desta articulação como podem mostrar os trechos abaixo:

74 - Aproveitando-se da atenção dos eleitores concentrada na apuração, políticos escorraçados pelo resultado e os que vivem das sombras esgueiram-se em meio à poeira para tirar proveito do que não lhes pertence.

75 - Essa gente que se reúne às escondidas perdeu a condição mínima de se apresentar publicamente.

76 - Políticos, em regimes democráticos, são credenciados pelo voto. No caso de uma sucessão presidencial, com a envergadura desta que passa ao segundo turno, podem ser arrolados como desautorizados todos os que embarcaram em candidaturas repudiadas pelos eleitores."

No início da argumentação, o editorial se refere aos políticos genericamente, para logo depois começar um movimento no sentido da determinação do sentido do referente através de qualificações lexicalizadas ("escorraçados") ou oracionais ("que embarcaram em candidaturas repudiadas pelos eleitores"). Em seguida, deixa-se de falar em sujeitos e

passa-se a falar das siglas partidárias como exemplifica o trecho abaixo:

77 - Não são apenas os candidatos que pagam a conta política do insucesso nas urnas: a legenda partidária está no mesmo caso e, com ela, todos os dirigentes do partido e da campanha.

A partir daí, o editorial apresenta comentários sobre o desempenho dos diferentes partidos nas eleições presidenciais, começando pelos que o editorial considera como os que "têm o que dizer em nome dos votos que obtiveram em confiança do eleitorado": o PSDB, o PT e o PDT. Ao PRN o editorial se limita a dizer que "ainda não é um partido". Em seguida, começa a falar dos dois grandes partidos, PFL e PMDB que, sob a ótica do editorial, se constituíram no "grande malogro eleitoral". Depois de construir justificativas para o mau desempenho eleitoral dos dois partidos ("Sob a reverberação do cruzado o PMDB e o PFL se sentiram autorizados a usufruir o poder sem prestar contas à sociedade", "O PMDB exerceu o poder com soberba inconcebível num partido gerado na oposição", "os equivocados liberais (PFL) que não demonstram confiança na liberdade, acreditaram demais no malabarismo para perpetuar-se nas vantagens do poder. Pagaram agora"), o editorial volta a apresentar suas críticas através de expressões genéricas como exemplificam os textos abaixo:

78 - A eleição do próximo ano é um bom motivo para que os derrotados se debrucem sobre os seus erros de origem ética e saibam repará-los em tempo.

79 - A nação se fartou do egoísmo dos políticos.

80 - É da natureza do oportunismo político a perda do pudor que resguarda os derrotados. O oportunista acredita na salvação quando se refugia nas dobras do poder e à sombra do anonimato, para fingir de morto.

81 - As manobras elaboradas no velho estilo político são o primeiro golpe tramado pelos derrotados para deter a renovação que se acelera a cada eleição.

A determinação do sentido da expressão genérica "derrotados" pode ser obtida através do mecanismo textual da correferência, bastando ao leitor fazer o movimento para trás no texto (anáfora) para conseguir determinar quem são "os derrotados" de que o texto fala. Afirmei anteriormente que a crítica específica revela um movimento de afastamento com relação a determinados discursos através da elaboração de uma compreensão do outro a partir das categorias semânticas próprias do discurso jornalístico. Esse movimento de afastamento seria necessário para que o discurso jornalístico realizado nos editoriais se constitui-se enquanto tal, ou seja, para que pudesse afirmar certas categorias semânticas. Entretanto, pode-se dizer que os sentidos explicitamente afirmados nos editoriais, em sua grande maioria, são afirmados genericamente e/ou caminham na direção de uma aparente universalização. Dessa forma, a responsabilidade do estabelecimento das relações discursivas (jogo de imagens, por exemplo) e textuais (correferência, por exemplo) que possibilitem o "preenchimento das lacunas" cabe ao leitor. A articulação dos mecanismos crítica genérica/crítica específica possibilita ao locutor dos editoriais não se responsabilizar diretamente pelos sentidos

afirmados, já que mesmo partindo de um fato determinado ou particular, a direção da crítica caminha sempre no sentido de uma certa ambigüidade ou de uma universalização, o que garante a legitimação da sua própria fala como uma de autoridade e isenção.

Um outro exemplo de crítica que parte de um fato particular e tenta construir um efeito de universalização é o editorial "O efeito Erundina", de *O Estado de São Paulo*, do dia 17/11/89, que se propõe a fazer a análise do fato de o Partido dos Trabalhadores, segundo o locutor deste editorial, não ter conseguido uma votação mais expressiva no estado de São Paulo, considerando que detinha a Prefeitura da Capital e de outras cidades importantes como Santos e Campinas. Vejamos um trecho do início do editorial que resume o fato a ser analisado:

82 - Queiram ou não os que pretendem falar em nome do povo, mas não aceitam seu veredicto, o sr Luis Inácio Lula da Silva não obteve no Estado e muito menos na Capital, o número de sufrágios que muitos dos seus partidários esperavam...

Em seguida, o editorial dá algumas razões pelo fato de estranhar a votação recebida pelo PT (Lula falava a linguagem que se supunha ser dos trabalhadores; foi um candidato apoiado pela Igreja Católica em sua ala vinculada aos movimentos populares; Lula pretendia ser o candidato da mudança e da chegada dos humildes ao poder) e diz em que região e porque o candidato foi vencedor (no ABC paulista por lá ter "pregado" durante dez anos e por um certo

"regionalismo", ou seja, por Lula ter projetado esta região no país). A partir dessas observações, o editorial começa a enumerar "fatos" que comprovariam um suposto fracasso eleitoral do PT no estado de São Paulo. O principal deles está expresso no trecho que se segue:

83 - ... no ano passado, ao dar seu voto seu voto à sra. Luiza Erundina, (o eleitorado) manifestou seu descontentamento com o descaso com que os poderes públicos o tratavam, e não sua aprovação à mensagem subversiva do PT. Reconhecido esse fato, o povo votou de novo contra quem simbolizava o Poder Público.

A construção do sentido do voto como o de "voto de protesto", tanto nas eleições municipais ocorridas um ano antes, quanto as presidenciais que estavam em processo, é o que o editorial chama de "efeito Erundina", ou seja, o povo votando contra aqueles que se encontram no Poder. No entanto, o editorial não faz esta generalização. Ao contrário, especifica mais a sua crítica e, utilizando-se do exemplo deste tipo de fenômeno eleitoral tantas e tantas vezes ocorridos nesta e em outras eleições, passa a atribuir às administrações municipais petistas incapacidade e incompetência. Se as condições em que este texto foi produzido forem consideradas, isto é, o fato de ser enunciado após o primeiro turno das eleições presidenciais, onde já se sabia que os dois candidatos que iriam para o segundo turno seriam Collor e Lula, pode-se dizer que a escolha da administração petista da capital paulista para exemplificar um fenômeno eleitoral bastante comum como o "voto de protesto" só se justifica na medida em que se tenha

a necessidade de construir uma imagem negativa de uma administração municipal que se insere num quadro ideológico diferente daquele à que pertence a instituição jornalística. Isto mostra que este gênero jornalístico preocupa-se com a eficácia do seu discurso, ou seja, com a capacidade de provocar a adesão de seus leitores ao seu "ponto de vista". Em outras palavras, por que não se exemplificou o "voto de protesto", também dado em outras capitais e em todo o país contra outros partidos, com uma outra administração qualquer, por exemplo, como as do PMDB ou do PFL, que tinham numericamente muito mais prefeituras e também sofreram o mesmo tipo de protesto? E por que, ao invés de caminhar na direção de uma universalização (o editorial pretende este efeito quando o seu último enunciado é "O efeito Erundina deve servir de servir de lição para os políticos de todo o Brasil") o editorial se contenta em criticar as administrações petistas especificamente? Este movimento de expressão de uma crítica mais específica que aparentemente se encaminha na direção de uma universalização, se constitui em um movimento, contrário do que demonstramos na nossa análise do mecanismo da crítica genérica: aqui, ao invés do movimento de aparente indeterminação para a direção da crítica que acaba por determinar-se através do jogo de imagens entre os interlocutores, o movimento parte de uma particularização para a direção da crítica que acaba por aparentemente se mostrar universalizada. Este efeito de sentido é produzido com o objetivo de apagar o lugar de onde

é enunciada a crítica, ou seja, de esconder a formação ideológica em que se inscreve o discurso jornalístico realizado nos editoriais, criando assim o "efeito de evidência" já citado anteriormente. Continuando a análise do editorial "O efeito Erundina", apesar de, ao final, tentar produzir um efeito de aparente universalização ao dirigir o sentido da "lição" construída pelo editorial para "os políticos" em geral, a "lição" construída pelo editorial a partir de um determinado fato fala sobre o PT e sobre nada mais como exemplificam os trechos abaixo:

84 - ... o povo votou de novo contra quem simbolizava o Poder Público. Ora, em São Paulo, Campinas e Santos é o PT quem encarna o Poder. Não só encarna como é a prova palpável do malogro administrativo de um partido imaturo, da falta de quadros para administrar uma cidade, do desinteresse soberbo pela solução dos problemas que não passe pelo receituário, morto e apesar disso insepulto, de um socialismo fora de moda.

85 - Não tendo conseguido classificar-se em segundo lugar na Capital de São Paulo e no Estado, nem sendo vitorioso nas capitais que diz administrar, o PT demonstrou que ainda necessita fazer uma longa peregrinação, despendo-se do orgulho e da empáfia, que caracterizam seus quadros dirigentes e governativos se pretende disputar cargos nacionais de relevo.

Pode-se dizer que as **qualificações** expressas ao longo do editorial tais como "imaturo", "sem quadros para administrar", "desinteressados pela solução de problemas", "orgulhosos" etc., não podem ser atribuídas a quaisquer sujeitos ou grupos que não sejam vinculados ao Partido dos Trabalhadores não só porque o referente a que se atribuem tais qualificações ("PT", "membros da facção do sr. Luis Inácio Lula da Silva", etc.) se encontra explicitado

textualmente, mas também por ser uma "tradução" de um outro discurso específico que não se inscreve em qualquer formação ideológica e sim em uma determinada. Como nem todos os partidos ou sujeitos enunciam seus discursos desta outra posição enunciativa, afirmo que a universalização da crítica presente no final do texto se constitui numa "dissimulação", pela "transparência do sentido que nela se constitui", da sua "dependência com respeito ao "todo complexo dominante" das formações discursivas intrincado no complexo das formações ideológicas" (Pechêux, 1988:162).

Em outras palavras, o discurso jornalístico realizado nos editoriais tenta, através da articulação dos diferentes mecanismos discursivos, no caso a articulação crítica genérica/crítica específica, "esconder" não só o lugar de onde enuncia a sua opinião, mas também aquilo que o constitui, ou seja, as relações de contradição e de subordinação com as outras formações discursivas, fornecendo "'a cada sujeito" sua "realidade", enquanto sistema de evidências percebidas/aceitas/experimentadas" (Pechêux, 1988:162). No caso dos editoriais, o principal efeito de sentido produzido pela universalização do particular é a apresentação desse movimento enquanto um "sistema de evidências", enquanto uma "verdade" que deve ser aceita pelos interlocutores.

Ainda com relação à seleção dos temas presentes ao longo dos editoriais, há um dado que não foi possível deixar

de analisar: três editoriais do jornal **O Globo** discorrem sobre temas internacionais nesta semana do primeiro turno das primeiras eleições diretas para Presidente da República em 29 anos. Dois editoriais tratam sobre a dissolução do regime socialista e um discorre sobre a guerra civil em El Salvador. O jornal **O Globo** é o único jornal que só apresenta um editorial por dia⁹ e me causou estranheza o fato de num momento tão importante para a sociedade brasileira, o jornal destinar um espaço tão relevante para as questões internacionais que normalmente ocupam um espaço bastante pequeno na imprensa brasileira. Além do número relevante de editoriais na semana reservado para as questões internacionais, um deles é enunciado em um momento bastante significativo: no dia 16/11/89, um dia depois das eleições presidenciais. O editorial "O voto pela liberdade" se propõe a compreender, no dia depois das primeiras eleições diretas para presidente em 29 anos, o sentido do cartaz "Até à vista, na liberdade" com que os alemães ocidentais se despediam naqueles dias dos alemães orientais.

Cabe aqui uma pergunta: Por que um jornal, que só apresenta um editorial por dia falaria, no dia seguinte das eleições presidenciais, no único espaço reservado para a expressão da sua opinião, de um outro tema que não o acontecimento mais importante para a sociedade brasileira naquele momento? Segundo Norberto (1969:380-381, apud Marques de Melo 1985:81), em seus estudos sobre os esquemas de elaboração dos editoriais do **Jornal do Brasil**,

tendo em geral a notícia como fator determinante, os editoriais ou são baseados em fatos atuais ou em assuntos de interesse permanente - o tráfego, por exemplo. Para sua elaboração, os editorialistas (...) se reúnem com a Diretoria do Jornal para debaterem os assuntos em pauta e selecionarem os itens que vão ser abordados no dia.

Marques de Melo ainda acrescenta que a decisão sobre quais assuntos merecem ser abordados pelos editoriais "é tomada pela diretoria, funcionando o editorialista, que se imagina alguém integrado na linha da instituição, como intérprete dos pontos de vista que se convencionam devam ser divulgados". Apesar de esta não ser uma descrição de como acontece o processo de seleção dos temas dos editoriais no jornal **O Globo**, pode-se dizer que ainda é uma descrição representativa, já que as estruturas das redações de jornal (diretores/editores/repórteres) se mantêm hierarquicamente organizadas da mesma maneira. Sendo assim, pode-se afirmar que a seleção dos temas a serem abordados apresenta um caráter institucional.

Uma análise mais pontual do editorial "O voto pela liberdade" mostraria que o jornal **O Globo** se diferencia dos outros jornais porque ao fazer uma crítica específica a uma prática discursiva mais distanciada espacial e culturalmente, "traduzindo" esta outra prática em suas próprias categorias semânticas, o locutor do editorial produz um efeito de aparente distanciamento com relação ao contexto nacional e, ao mesmo tempo, uma aproximação na

direção da crítica, já que esta se pode se dirigir ao discurso socialista enunciado tanto na Alemanha, quanto no Brasil. No entanto, esta aproximação, ou seja, a responsabilidade de possíveis analogias entre as duas situações cabe apenas ao leitor, que novamente "preencherá as lacunas" no nível discursivo, através do jogo de imagens e através da compreensão das condições de produção deste discurso. Apesar de mostrar que estabelece uma trajetória de controvérsias com as mesmas formações discursivas (no caso, com o discurso socialista) com as quais se embatem mais explicitamente os editoriais do **Jornal do Brasil** e de **O Estado de São Paulo**, os editoriais do jornal **O Globo** não tematizam explicitamente a polarização ideológica na campanha, como o fazem os editoriais dos outros jornais ao longo desta semana. Os editoriais de **O Globo** legitimam sua própria fala, ou seja, são normativos, já que a sua posição enunciativa os autoriza para tal, através de críticas a temas específicos tais como a dissolução do regime socialista, a guerra civil em El Salvador, a proposição de um novo modelo econômico para o Brasil, que só podem ser relacionados com a campanha presidencial indireta e implicitamente.

Passarei agora a apresentação de algumas formas mostradas de heterogeneidade nos editoriais e de como estes outros discursos são desqualificados. Já foi dito anteriormente que certos tipos de estrututuração de enunciados tais como a negação polêmica ou o uso de

determinados conectivos revelam não só a presença de diferentes enunciadores, mas também o tipo de relação que se estabelece entre as formações discursivas expressas através destes enunciadores. Apresentarei agora outras formas de manifestação de heterogeneidades enunciativas. O discurso direto é um recurso que aparece com bastante frequência ao longo dos editoriais. Estarei interessada em mostrar aqui a relação de distanciamento que os editoriais estabelecem com relação a estas falas citadas. Vejamos o trecho abaixo:

86 - Porque as estruturas que valia a pena destruir já estão irremediavelmente abaladas: O Partido Socialista Unificado (SED) e o próprio socialismo de Estado. Quem o afirma, com toda a candidez, é o porta-voz de Egon Krenz, Gunther Schabowski: "A existência do partido, do país, do socialismo e até de um socialismo renovado está em crise. (O que ruiu na Alemanha, O Globo, 12/11/89)

O que mais me interessa analisar neste trecho não é o recurso à autoridade da fala do outro, expressa por L1 para confirmar o que foi enunciado anteriormente por L2, pois isto se constitui em um movimento de aproximação de um discurso com relação a outro, que será mais apropriadamente analisado no próximo ponto, mas a utilização da **ironia** como uma forma de desqualificação desta fala. Este trecho é bastante significativo porque apresenta um duplo afastamento com relação à fala do outro: se o recurso à citação já se constitui, por um lado, num distanciamento porque "*aparece como um não-eu em relação ao qual o locutor se delimita*" (Maingueneau, 1989:86), (quem afirma o que estou dizendo não sou eu, mas o porta-voz...), o recurso à **ironia**, expressa pelo trecho sublinhado, opera uma rejeição não ao que é dito

(pois, afinal o editorial também concorda que no "no mínimo" deve acontecer uma reforma no sistema socialista), mas sim uma rejeição ao sujeito que enuncia esta opinião sem, no entanto, marcar esta rejeição através de um operador, como ocorre na negação. Esta operação de reforço ao distanciamento já constitutivo do recurso à citação através da ironia só pode ser explicado:

- a) pelas restrições que o lugar de onde é enunciado este discurso impõe ao locutor, que se encontra impossibilitado, pela sua inscrição em uma outra formação ideológica, de apresentar um maior grau de adesão a este enunciado;
- b) pela necessidade de desautorizar a fala do sujeito desta enunciação que não pode ser considerado "confiável" por ainda representar, de alguma maneira, o regime que o editorial critica.

Um outro recurso bastante presente nos editoriais é a **palavra entre aspas**. Várias são as funções que podem ser atribuídas a esta operação de distanciamento. No Manual de Redação e Estilo do Estado de S. Paulo, encontra-se a seguinte instrução para o uso de palavras entre aspas:

Nunca deixe de colocar entre aspas as palavras e expressões contundentes, redundantes ou óbvias que, pela estrutura da frase, possam ser atribuídas pelo leitor ao jornal, quando na verdade são do entrevistado. (1990:26)

Como se pode perceber pela instrução acima, os manuais de redação determinam explicitamente esta operação de distanciamento da fala do outro através do uso das aspas. Não só isso. Para Mainqueneau (1989:90), "colocar entre aspas não significa dizer explicitamente que certos termos são mantidos à distância, é mantê-los à distância e,

realizando este ato, simular que é legítimo fazê-lo" (grifo meu). Vejamos alguns trechos onde as palavras ou expressões aspeadas revelam este efeito de sentido:

87 - E se passou a admitir que que a igualdade fosse a paga pela abdicação da liberdade nas mãos do Estado; que a igualdade pudesse nascer da submissão contrafeita e até imposta brutalmente - pela "violência revolucionária"... (O voto pela liberdade, O Globo, 16/11/89)

88 - As perspectivas de um "socialismo renovado", abjurado o "socialismo real" que foi a herança do Estado marxista ortodoxo, passam pois inevitavelmente, por uma recuperação ética. (O voto pela liberdade, O Globo, 16/11/89)

89 - Recuperação ética da liberdade, que se perdeu, quando se instituiu o Estado como seu mediador - a liberdade outorga e concessão - e até como autoridade suprema para defini-la - isolando a "liberdade socialista" das "liberdades burguesas" ... (O voto pela liberdade, O Globo, 16/11/89)

90 - Dificilmente o aluno terá possibilidade de sentir o sabor daquela linguagem arcaica, redonda, perfeita. e continuará achando Machado "um chato de galocha"..." (Tupi or not tupi, Jornal do Brasil, 13/11/89)

91 - E ainda fica no ar a impressão de que o terminal abriu uma "porta serial" para facilitar o trabalho de um meio de comunicação em detrimento de outros, embora sem a mesma intenção com que criou um "diferencial delta" em detrimento de um candidato. (Ruídos do Passado, Jornal do Brasil, 18/11/89)

92 - Essa relação entre política agrícola, questões agrárias e do meio ambiente é distinta do fato de a reforma agrária ser "essencial, necessária" (fundamental) para o processo de desenvolvimento do País. (Lei contra a constituição, O Estado de S. Paulo, 12/11/89)

93 - Decorre daí, e as eleições provam isso, que o eleitorado não aceita a pregação contra os "burgueses", nem contra a Justiça "deles".(...) Nesse sentido, o eleitorado paulista "aburguesou-se". (O efeito Erundina, O Estado de S. Paulo, 17/11/89)

94 - É importante notar que embora haja uma visível tendência de polarização entre "direita" e "esquerda" ou entre "conservadores" e "progressistas", a crise brasileira terá de ser resolvida de forma negociada e

consensual. (Hora de definições, Folha de São Paulo, 12/11/89)

95 - ...não só a herança e as personagens do regime autoritário foram condenadas pela população, mas também os protagonistas daquilo que se convencionou chamar de "Nova República".... (Plena Democracia, Folha de S. Paulo, 16/11/89)

Segundo Maingueneau (1989:91), a utilização das aspas "*constitui, antes de mais nada, um sinal a ser decifrado por um destinatário*", ou seja, a sua utilização está condicionada pelo jogo de imagens produzido entre os interlocutores. Para o autor, o locutor de um texto colocará aspas em uma determinada palavra ou expressão "*para oferecer uma certa imagem de si mesmo*", ou para "*proteger-se antecipadamente de uma crítica do leitor*". Sem dúvida, expressões como "violência revolucionária" ou "liberdade socialista" não fazem parte do saber de uma formação ideológica liberal (na qual se inscrevem todos os jornais analisados), por exemplo, não são categorias semânticas que possam ser afirmadas por um discurso inscrito em tal formação ideológica. Assim, a utilização das aspas sobre expressões que sejam afirmadas por outras formações discursivas tanto serve para, ao se distanciar de tais expressões, constituir, pela negação, a própria identidade do discurso, quanto serve para fazer com que o leitor partilhe deste mesmo movimento de distanciamento com relação a uma determinada formação discursiva e concorde com ele. No caso da Folha de S. Paulo, as expressões aspeadas "direita", "esquerda", "conservador", "progressista", se constituem num

reforço à construção de uma imagem de imprensa "apartidária" e "isenta", já que o locutor produz um movimento de afastamento tanto com relação à uma formação ideológica liberal, quanto com relação à uma formação ideológica socialista. Os editoriais da **Folha de S. Paulo** apresentam as expressões ideologicamente marcadas aspeadas porque seus leitores, tendo em vista a imagem de instituição jornalística produzida por seu discurso, esperam que a instituição se distancie de determinadas palavras que revelem mais explicitamente aproximações com certos discursos.

C O N C L U S A O

A elaboração de um trabalho acadêmico é o resultado de um exercício de reflexão sobre um objeto que me propus a interpretar. Estaria caindo na ilusão da objetividade criada pelo discurso científico, criticada no interior deste trabalho, se afirmasse que a análise feita dos editoriais determinou completamente suas características mais gerais. Sendo assim, muitos aspectos restam para serem abordados, discutidos, tematizados. Um exemplo de um dos aspectos que gostaria de ter incorporado ao trabalho, seria a forma de constituição dos diferentes estilos dos jornais. Ao longo deste trabalho, algumas diferenças foram apontadas, sem, no entanto, terem sido tematizadas mais especificamente. Um outro aspecto a ser explorado pode ser a comparação entre os diferentes gêneros do discurso jornalístico.

Apesar de provisórias, as conclusões a que cheguei apontam para algumas regularidades que podem ser resumidas nos seguintes pontos:

1. Os editoriais se constituem pelo trabalho que operam sobre basicamente dois grandes tipos de discurso: o discurso moralista e o discurso científico. O trabalho sobre o

discurso moralista revela o caráter normativo dos editoriais e o trabalho sobre o discurso científico reveste esta normatização exercida pelos editoriais sobre os diferentes planos (temporal e atemporal) de um valor de verdade inquestionável.

2. A crítica genérica e a crítica específica se constituem em mecanismos discursivos porque revelam os tipos de interação que podem ser estabelecidas entre as diferentes formações discursivas. Se por um lado, a crítica genérica revela o estabelecimento de uma relação de identificação com o discurso moralista e com o discurso científico, por outro lado, a crítica específica mostra o estabelecimento de um distanciamento com relação a certos discursos e a consequente desautorização dessas outras falas.

3. Os editoriais apresentam uma estrutura textual que pode ser resumida em três momentos: a) apresentação de um fato; b) construção do sentido do fato; c) conclusão (opinião normativa ou ensinamento).

4. Os editoriais dos diferentes jornais se revelam pertencendo todos a uma mesma formação ideológica porque os distanciamentos que estabelecem são os mesmos com relação a um único discurso, o discurso "socialista". Os graus de distanciamento são variáveis, mas não alteram fundamentalmente a posição das instituições jornalísticas.

Finalmente, se faz necessário dizer que este foi o resultado possível de um trabalho que se reconhece provisório e que aponta para o desejo de um novo recomeço, que necessariamente passará por um aprofundamento das teorias do discurso e do texto, com o objetivo de melhor apreender a constituição do discurso jornalístico.

N O T A S

1. Neste trabalho, admitir-se-á que toda a vez que mencionarmos "Análise do Discurso" ou AD, estaremos nos referindo ao que se convencionou chamar Escola Francesa de Análise do Discurso.
2. Ver Authier-Revuz (1982).
3. Ver Henry (1990), Pechêux (1990a), (1990b), Maingueneau (1990).
4. Ver Pechêux (1969) apud. Osakabe (1979) p. 49.
5. Ver Revista Imprensa, ano III, nº 26, pp. 28-30 e nº 28, pp. 64-70.
6. A tradução para o português de textos citados na bibliografia em língua estrangeira é de minha responsabilidade.
7. O corpus desta semana não exemplifica nenhuma fala endereçada diretamente a um determinado destinatário. Mas no conjunto de editoriais observados durante três meses, há a ocorrência de um editorial com o título "Tenha coragem, presidente", do dia 08/10/89, que comprova a minha postulação de que apesar de não estarem se endereçando diretamente ao Estado, ou a qualquer outro ator social de grande relevância, o locutor do editorial sabe que pode fazê-lo.
8. Ver Pechêux (1975).
9. É interessante ressaltar que o jornal O Globo é o único a apresentar uma política editorial diferente dos outros jornais analisados: além de trazer a página de opinião no seu lugar institucionalizado, distribui, ao longo do jornal, mini-textos em "boxes", na maioria da vezes situados acima da dobra do jornal, que funcionam como mini-editoriais. Isto poderia se configurar numa tentativa de "popularizar" o editorial, já que há uma postulação de que número de leitores dos editoriais é muito pequeno. Ver Marques de Melo (1985).

BIBLIOGRAFIA

AUTHIER-REVUZ, J. (1978) "Les formes du discours rapporté". Remarque syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés", in *DRLAV*. Université de Paris - VIII, nº 17.

_____. (1981) "Paroles tenues à distance" in *Materialités discursives*. Presses Universitaires de Lille.

_____. (1982) "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours", *DRLAV - Revue de Linguistique*, 26:91-151

_____. (1984) "Hétérogénéité(s) énonciative(s)" in *Langages*, no. 73.

_____. (1990) "Heterogeneidade(s) enunciativa(s)". Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi in *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19:25-42.

BAKHTIN, M. (1977) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, São Paulo, Hucitec, 3ª ed., 1986 (original de 1929)

BENVENISTE, E. (1966) "Da subjetividade na linguagem" in *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum, Campinas, Pontes, 1988.

_____. (1974) "O aparelho formal da enunciação" in *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al., Campinas, Pontes Editores, 1989.

CHAUÍ, M. (1989) "O discurso competente" in *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Cortez, pp. 3-13.

_____. (1989) "Crítica e ideologia" in *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Cortez, pp. 15-38

DARNTON, R. (1990) "Jornalismo: toda a notícia que couber a gente publica" in *O Beijo de Lamourett: mídia, cultura e revolução*. Tradução de Denise Bottman, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 70-97.

DIJK, T.A. van (1977) *Text and Context: explorations in the semantics and pragmatics of discourse*. London, New York, Longman.

_____. (1981) *Studies in the Pragmatics of Discourse*. The Hague, New York, Mouton.

_____ (1987) *News analysis: case studies of international and national news in the press*. Hillsdale, NJ: L. Erlbaum Associates.

_____ (1988) *News as Discourse*. Hillsdale, NJ: L. Erlbaum Associates.

_____ (1990) "Racism and Argumentation: 'Race Riot' rethoric in tabloid editorials". University of Amsterdam, mimeo.

DUCROT, O. (1984) *O Dizer e o Dito*. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães, Campinas, Pontes Editores, 1987.

FOUCAULT, M. (1969) *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1986.

FOWLER, R.G., KRESS, G.R., TREW, A.A., HODGE, R.I.V. (1979) *Language and Control*. London, Routledge & Kegan Paul LTD.

FOWLER, R. (1991) *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. London, New York, Routledge.

GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER D. (1989) "Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise do discurso" in *História e Sentido na Linguagem*. Org. Eduardo Guimarães, Campinas, Pontes Editores, pp. 61-70.

GUIMARAES, E. (1987) *Texto e Argumentação*. Campinas, Pontes Editores.

GERALDI, J.W. (1991) *Portos de Passagem*. São Paulo, Martins Fontes.

HENRY, P. (1990) "Os Fundamentos Teóricos da 'Análise Automática do Discurso' de Michel Pêcheux" in *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pechêux*. Org. Françoise Gadet; Tony Hak; tradutores Bethania S. Mariani...et al., Campinas, Editora da Unicamp.

KRESS, G.R. & HODGE, R. (1979) *Language as Ideology*. London, Routledge & Kegan Paul LTD.

KRESS, G. (1985) "Ideological Structures in Discourse" in *Handbook of Discourse Analysis*, vol. 4, editado por Teun A. van Dijk, London, Academic Press.

KOCH, I.G.V. (1987) *Argumentação e Linguagem*. São Paulo, Cortez.

MAINGUENEAU, D. (1983) *Sémantique de la polémique - Discours religieux et ruptures idéologiques au XVII siècle*. Lausanne, l'âge d'Homme.

_____. (1984) *Genèses du discours*. Liège, P. Mardaga, 1984.

_____. (1989) *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Tradução de Freda Indursky; revisão técnica da tradução Solange Maria Leda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes, Campinas, Pontes Editores, 1989.

_____. (1991) *L'Analyse du Discours: Introduction aux lectures de l'archive*. Paris, Hachette.

MANUAL Geral da Redação da Folha de S. Paulo. (1987) 2ª edição. S. Paulo, Folha de S. Paulo.

MANUAL de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo. (1990) Org. Eduardo Martins. São Paulo, O Estado de S. Paulo.

MARQUES DE MELO, J. (1985) *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes.

ORLANDI, E. P. (1987) *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, Pontes.

_____. (1988) *Discurso e Leitura*. São Paulo, Cortez; Campinas, Editora da Unicamp.

OSAKABE, H. (1979) *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo, Kairós.

PECHEUX, M. (1969) *Analyse automatique du discours*. Paris, Dunod.

_____. (1975) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al., Campinas, Editora da Unicamp, 1988.

_____. (1990a) "Delimitações, Inversões, Deslocamentos" in *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19:7-24

_____. (1990b) *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, Pontes Editores.

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. (1969) *The New Rhetoric: a treatise on argumentation*. Tradução de John Wilkinson e Purcell Weaver, Notre Dame, University of Notre Dame Press.

PERELMAN, C. (1987) "Argumentação" in *Enciclopédia Einaudi*, vol.11, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 234-265.

POSSENTI, S. (1988) *Discurso, Estilo e Subjetividade*. São Paulo, Martins Fontes.

SANT'ANNA, A.R. (1985) *Paródia, Paráfrase & CIA*. São Paulo, Ática.

A N E X O S

O que ruiu na Alemanha

FISICAMENTE, quase todo o Muro de Berlim ainda está lá, como nos últimos 20 anos. Mas a ruptura que ele pretendia materializar se acabou. Porque desde quinta-feira os habitantes de Berlim Oriental "passam" o Muro como crianças que brincam de amarelinha: comprovando pessoalmente o faz-de-conta do obstáculo e com isso zombando, afinal, dos mitos ideológicos e interditos políticos.

O MURO de Berlim não foi destruído e é até provável que ninguém tenha agora pressa em fazer de todo aquele cimento um entulho só; e daquelas luminárias e cercas de arame farpado, uma sucata. Porque as estruturas que valia a pena destruir já estão irremediavelmente abaladas: o Partido Socialista Unificado (SED) e o próprio socialismo de Estado. Quem o afirma, com toda a candidez, é o porta-voz de Egon Krenz, Günther Schabowski: "A existência do partido, do país, do socialismo e até de um socialismo renovado está em crise."

PARTIDO e socialismo de Estado foram entretanto os pilares sobre que se ergueu e sobre que se sustentava

ainda, faz apenas algumas semanas, a República Democrática Alemã (RDA). Juntos e bem articulados, eles eram o aval de uma sociedade bastante satisfeita em suas necessidades básicas e de uma economia dinâmica: sem desemprego, sem inflação preocupante e sem endividamento externo. Juntos e bem articulados, eles opunham esse êxito às pressões por qualquer perestroika.

DE REPENTE, tudo muda: se não faz mais fé o anticapitalismo virulento do socialismo de Estado, que na RDA substituiu o antifascismo alardeado do imediato pós-guerra, faz ainda algum sentido a divisão política de uma única nação? Por que persiste aquela descontinuidade entre a avenida Unter den Linden e a Porta de Brandenburgo, por que o alemão de Egon Krenz não pode ser o alemão de Helmut Kohl? É o problema novo que está a colocar a moda de transitar pelo Muro, a pretexto de ir tomar uma cerveja um pouco adiante, ou de mostrar aos filhos as vitrines do Kurfürstendamm.

MAS esse problema mostra a ponta da questão fundamental, que os novos diri-

gentes do SED claramente percebem: a falta de lógica de um partido político hegemônico e resguardado de qualquer confronto real; e o absurdo total de um socialismo construído sem a sociedade — sem a sociedade das nações e sem a própria sociedade interna.

O QUE está a ruir não é a materialidade do Muro de Berlim: é o socialismo de incubadeira — o socialismo que mantém a uma distância profilática outros regimes, povos e nações; o socialismo do confinamento a instâncias burocráticas, pretensamente unidas de pureza ideológica. O que está a ruir é o socialismo que limita os passos, que nega a comunicação, que policia a expressão e que inibe as escolhas. Que, mais que uma falácia, é sobretudo uma contradição.

AS fronteiras geográficas franquias não são a vontade de drenar uma Alemanha na outra. São a repercussão da mudança interna na Alemanha Oriental: a mudança que a sociedade está a exigir do regime que ergueu o Muro e fez um cordão sanitário às avessas — contra os demais.

O imperativo do novo modelo

PELAS estimativas do IBGE, a economia brasileira deve apresentar um crescimento da ordem de 2,2% este ano. Ressalte-se que essa expansão vem sendo toda ela calçada no setor privado. Por força da crise financeira do setor público, todas as obras de grande envergadura na área de infra-estrutura estão sendo tocadas a um ritmo muito lento. As empresas do setor elétrico, por exemplo, que já responderam por um quarto da taxa de investimento do País, hoje estão com seus projetos muito limitados, por falta de recursos próprios e de financiamentos.

OUTRO fato também indica a perda de importância do setor público no contexto econômico e social do País: as sucessivas greves em órgãos públicos e empresas estatais não chegaram a paralisar a produção. Todos esses movimentos vêm gerando, sem dúvida, transtornos e prejuízos para a sociedade — mas, apesar das greves, a economia tem funcionado.

A CIBRAZEM está parada há quase um mês. Nem por isso a comercialização de produtos agropecuários e pescados foi interrompida. Os servidores públicos federais pararam em Brasília e pouco gente se deu conta disso.

NÃO se quer dizer que o setor público deixou de ter importância. É evidente que tem, pois no Brasil a maioria dos serviços ainda está sob sua responsabilidade. O que se deve ressaltar é que o pólo dinâmico da economia há algum tempo está fora da área estatal, transferido para o setor privado.

E É através desse prisma que será necessário traçar a política econômica do novo Governo. Até meados da década de 70, o setor público poupava mais do que 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Com esses recursos, podia ainda alavancar muitos financiamentos, externos e internos, realizar investimentos e fazer novos gastos. Dessa for-

ma, ele acabou por assumir compromissos muito além de sua capacidade de pagamento. Os investimentos não deram o retorno desejado ou compatível com o elevado custo de endividamento.

O RESULTADO é que, nos anos 80, a poupança do setor público desapareceu. E o pior, tornou-se negativa, na proporção de 2% do PIB. Para se reequilibrar essas contas, será preciso um enorme esforço do Governo e de toda a sociedade brasileira. E, para que a economia brasileira continue a crescer, será preciso que o setor privado seja estimulado a investir ainda mais.

O BRASIL não vai se libertar da crise econômica enquanto Governo e sociedade não fizerem uma revisão profunda do papel que os setores público e privado devem passar a desempenhar. Tentar manter o atual modelo inalterado, como aconteceu nos últimos anos, é condenar a economia à crise permanente.

O bom uso da liberdade

A MAIORIA dos brasileiros não tem na lembrança uma eleição direta para a Presidência da República, ou guarda da última recordações imprecisas. Com ou sem ajuda da memória, o exercício do voto amanhã tem de qualquer maneira um gosto de primeira vez.

SEJAM quem forem os mais votados, um ganhador já pode ser identificado e colher o reconhecimento de seus méritos incontestáveis. É esse eleitor de primeira viagem. Ele mostrou, com eloquência que não poderia ser maior, entusiasmo e esperança; e mostrou um empenho na manifestação de sua vontade que dá ao pleito uma forma de legitimidade que tem peso igual ao da lisura inequívoca do processo.

NUM regime de voto obrigatório, a participação popular na campanha dá a medida certa do real compromisso que associa eleitores e candidatos: é o funcionamento da democracia que se põe à prova. Por esse critério necessário, esta foi uma campanha democrática.

NÃO foi pequena a façanha. A crise costuma ser fator de desencanto e apatia; ou, em consequência oposta da mesma causa, de cega rebeldia. Mas nada disso se viu nos últimos seis meses. O povo brasileiro soube — talvez mais por decisão própria, intuitiva, do que por exemplo de lideranças — tirar das imensas dificuldades razões de crença na possibilidade de recuperação pelo voto. Só tem essa atitude quem aprendeu que democracia não se faz num dia. É talvez a lição de mais difícil assimilação no amadurecimento político de uma nação.

DE fato, impaciência e desinteresse poderiam ter tido um efeito sabotador das primeiras eleições diretas para a Presidência da República em 29 anos. Não afetariam, certamente, a legalidade do resultado, fosse qual fosse. Mas o futuro Presidente sofreria uma imponderável perda de autoridade política, de respaldo popular para medidas de sacrifício — e há consenso de que elas serão indispensáveis.

O ELEITOR que foi aos comícios e a todas as imaginosas ma-

nifestações de rua que atravessaram o País nos últimos meses; que agitou bandeiras, usou distintivos, afixou dísticos em carros; que manteve surpreendentemente altos os níveis de audiência da propaganda pela TV — ele fez mais que marcar com vida e alegria a campanha; completou, de maneira admirável, o conjunto de circunstâncias que dão ao pleito um significado especial e histórico.

NADA disso deve induzir a que se ignore a quota de excessos e erros cometidos. Há ainda muito a ser aprimorado no sistema político e legal que rege entre nós o rodízio no Poder, e esta campanha merecerá recapitulação autocrítica por praticamente todos os que nela se envolveram.

MAS o saldo, deve-se repetir, com justa vaidade, é altamente positivo e se resume numa constatação: a liberdade reclamada existiu, em plenitude sem precedentes.

E O povo está fazendo dela bom uso.

15/11/89

O GLOBO.

4 • O PAÍS

Lições do centenário

O QUE está a completar cem anos entre nós é mais uma idéia que sua realização. Temos, sem dúvida, desde 1889, uma forma de governo em que o poder não mais se reporta a um direito de herança, para se apresentar como expressão da vontade da maioria, colhida através do voto. Mas é preciso reconhecer que a realidade muitas vezes frustrou a destinação e o sentido de república — a realização do bem comum, alcançada por uma coletividade reunida pela adesão a um mesmo Direito.

COM EFEITO, houve presidentes que não se distinguiram por fé inabalável no poder soberano do povo e no consenso do Direito que este criou — a Constituição. Houve presidentes que só se apresentaram resguardados por uma Carta constitucional outorgada, imposta imperialmente à vontade nacional. Outros, mesmo mantida formalmente a Constituição, arrogaram-se um poder paralelo e concorrente, quer confesso, quer disfarçado: intervieram na organização federativa, a título de "salvação nacional", ou denunciaram a obra da Constituinte como uma camisa-de-força, empecilho maior a "reformas de base".

A ORDEM republicana, que repousa sobre a igualdade e sobre a participação no poder, nem sempre se impôs na história de nossa República centenária. O que nos falta, para conciliar o Estado moderno num país com as dimensões territoriais do Brasil e a ordem republicana, instituída por uma socieda-

de a comungar dos mesmos valores cívicos e políticos?

A FRUSTRAÇÃO com uma realidade republicana ainda irrealizada, com um espaço da cidadania sem ganhos substanciais sobre o que lhe era reservado na ordem monárquica, tem levado alguns a uma proposta desastrosa: esconjuram os políticos e repudiar a própria política. Deveriam recordar que a idéia de república, em sua etimologia latina, encerra absolutamente o mesmo que a de política, em sua etimologia grega: o bem comum. Sem política e sem políticos, não haverá jamais concepção sequer do bem comum — para nada dizer de sua realização.

OUTROS, sobretudo agora, às vésperas da primeira eleição presidencial direta em 29 anos, reincidem em propostas messiânicas. Teimam em fazer depender de um só indivíduo o que se liga a todos na origem e na destinação — a res publica. A legitimidade do Presidente da República será por acaso algo de especial e de distinto da legitimidade do poder republicano?

A REPÚBLICA, como forma de governo, é indissociável da existência efetiva de um estatuto da cidadania: os dois compõem a ordem republicana. Não há realidade republicana sem participação, sem ampliação dos espaços da cidadania.

A PRIMEIRA República dos tempos modernos — os Estados Unidos — soube conciliar a idéia

republicana com a extensão territorial através do federalismo, isto é, da pluralidade de centros de poder. Isto vai em direção oposta às pretensões de um presidencialismo imperial e permite o discernimento do bem comum, pelas relações de proximidade entre governantes e governados.

FOI também o que pretendeu o Manifesto Republicano de 1870, pouco importando, hoje, se então limitado por uma visão oligárquica do poder e por um exercício incontido de mandonismo local: o instrumento de participação — a pluralidade dos centros de poder, repartidos em União, Estados e Municípios — ficaria.

É AO desenvolvimento desse instrumento de participação que nos cabe agora apegar-nos: para uma pedagogia política, de que a própria política resulte como virtude; para conciliar o tamanho territorial de nossa República e o volume de sua população com a imediatez da ação e do controle sobre o poder; para aprimorar a convivência coletiva, pautada pelo bem comum; e para exorcizar, de vez, o desrespeito à ordem republicana — pela violência ou pelas veleidades de arbitrio escondidas sob pretensões carismáticas.

AS ELEIÇÕES com que comemoramos o centenário da República não podem ser a consagração de indivíduos. Devem ser a consagração da ordem republicana, coisa da partilha do poder pela coletividade.

O voto pela liberdade

MAIS do que o sangue ou a língua, é a liberdade que faz a unidade dos povos e nações. Eis o sentido do cartaz com que alemães ocidentais se despediam nesses dias de seus irmãos orientais: "Até à vista, na liberdade". Os alemães não querem apenas se ver. Porque ver-se é muito pouco para a satisfação de pessoas, vocacionadas para a comunicação: comunicar-se é estabelecer o diálogo das consciências; e consciência importa em domínio de si, autodeterminação, liberdade, enfim.

O EQUÍVOCO mais funesto de Marx foi aceitar o Estado como instrumento de dominação. Aceitar, não apenas advertir. Identificar no Estado um instrumento de dominação já fora feito muito antes dele: pelo menos desde que Aristóteles denunciou a ambigüidade inerente a todas as formas possíveis de governo, cada uma delas podendo ser boa ou má — a monarquia, podendo degenerar em tirania; a aristocracia, em oligarquia; a democracia, em demagogia. Marx admitiu a forma degenerada do Estado centralizado — a tirania — como determinação histórica. E a perfilhou.

TRANSTORNOU-SE, então, no Ocidente, um processo multissecular de elaboração da consciência coletiva de liberda-

de: aquele que começara com a reivindicação dos direitos individuais, para passar ao estabelecimento de direitos civis e políticos e que se achava às vésperas de alcançar os direitos sociais. Sustou-se o processo que situaria as conquistas sociais na seqüência lógica do liberalismo e da democracia. E se passou a admitir que a igualdade fosse a paga pela abdicação da liberdade nas mãos do Estado; que a igualdade pudesse nascer da submissão contrafeita e até imposta brutalmente — pela "violência revolucionária".

E ISSO não apenas reduziu a eficiência do Estado coletivista, como se percebe pela grita geral por sua reforma, na União Soviética e nos países do Leste europeu. Muito pior, tirou-lhe a recomendação ética: não pode haver satisfação coletiva de necessidades humanas, por mais apreciadas que estas sejam, quando se suprime, na própria constituição da coletividade, a interação; quando se baixa o nível das relações de uma coletividade ao de um rebanho tangido pelo Estado.

AS perspectivas de um "socialismo renovado", abjurado o "socialismo real" que foi a herança do Estado marxista ortodoxo, passam, pois, inevitavelmente, por uma recuperação ética.

RECUPERAÇÃO ética da liberdade, que se perdeu, quando se instituiu o Estado como seu mediador — a liberdade outorga e concessão — e até como autoridade suprema para defini-la — isolando a "liberdade socialista" das "liberdades burguesas". Daí estar falando Günther Maleuda, o novo Presidente do Parlamento alemão-oriental, na tarefa urgente de "restabelecer o contato próximo com o povo e a confiança perdida". E recuperação ética de tudo aquilo que a nação alemã soube criar como sua identidade e patrimônio comum, do avassalamento ideológico. Pela mesma razão, Hans Modrow, o recém-eleito Chanceler (Primeiro-Ministro), convoca todos para o trabalho duro de reconstrução, sejam eles seguidores de Marx, do Papa ou de Lutero.

ASSIM, só há uma saída para que se salve pelo menos a expressão "socialismo renovado". É a recriação da sociedade, com base em sua forma genuína de constituição — a adesão na liberdade. De uma sociedade, portanto, eticamente superior ao Estado, assim como eticamente superior. É o sentido maior dos votos dos alemães ocidentais a seus irmãos orientais.

17/11/89.

4 • O PAÍS

OC

O jogo e a festa

A INDAGAÇÃO sobre os ônus financeiros para o Estado de eleições como as que se realizaram anteontem, um juiz eleitoral respondeu de maneira indireta, mas cabal: "E quanto custa uma ditadura?"

DE FATO, uma ditadura custará sempre demais, já que são nulos seus benefícios sociais. E incalculáveis seus prejuízos: as ditaduras embotam as mentes e aviltam as vontades. Embotam as mentes, inibindo-lhes o que têm de melhor: o caráter ativo, que se traduz em discernimento e organização do real, e em senso crítico. E aviltam as vontades, rebaixando a aspiração à realização pessoal em expectativa passiva de satisfação.

ANTE os custos sociais de uma ditadura, não há como se deter nos custos financeiros de uma democracia: eis o sentido da resposta do juiz. E também o sentido do clima que se respirou anteontem no

Brasil, de Norte a Sul. O bem-estar social não tem preço; ele é o objetivo maior e a própria razão de ser dos Estados.

O POVO brasileiro saiu anteontem às ruas, como quem vai para os estádios de futebol, nos dias de grandes decisões: bandeiras, camisetas, torcidas. Saiu certamente para a luta, para a prova de força. Mas uma prova de força que a civilização soube domar, transformando-a em jogo, através de regras definidas e pactuadas. As aparências não enganam: o povo brasileiro estava, efetivamente, jogando, competindo. Jogo eleitoral é mais que uma metáfora.

UM turista americano colhido por essas eleições em alguma de nossas grandes cidades terá certamente evocado a semelhança de clima com o das convenções partidárias de seu país. Nossa convenção, porém, não é partidária: empolga a coletividade. E isso certamente faz hon-

ra a um espírito cívico, de que nos julgamos às vezes, por pessimismo ou por ligeireza, distantes.

CONVENÇÃO coletiva, total; e festa, pois, como é adequado. A festa é sempre encontro: ninguém conhece festa solitária, individual. Mas a festa é sobretudo atualização, emergência, periódica e regular — atualização do sentimento nacional quanto ao significado essencial do processo eleitoral: ele é a busca constante e igual da democracia, por caminhos embora diferentes e até diametralmente opostos.

TEREMOS eleições a cada ano, salvo um, no próximo quadriênio: o calendário está fixado; e a festa de anteontem se repetirá. Com uma participação que se pode inferir do percentual desprezível, previsto para estas eleições, de votos nulos ou em branco: a indecisão de antes, do eleitor, era apenas a vontade aguçada de participar.

18111/89

06080.

OC

4 • O PAÍS

Civismo em alta

O QUE é quantitativamente desprezível é, ao mesmo tempo, qualitativamente significativo: o percentual baixíssimo de votos nulos ou em branco apurados nesta eleição é a contraprova da consciência cívica e do amadurecimento político dos brasileiros. E é justiça agora apreciá-los, em cotejo sobretudo com os obstáculos que tiveram que superar.

A TÍTULO apenas de exemplo, tome-se dois Estados brasileiros que pouco têm em comum, o Pará e o Rio de Janeiro: eles apresentam, nas apurações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 0,48% e 0,35% de votos em branco, respectivamente; e 2,87% e 1,63% de votos nulos. É uma evolução tão generalizada e de tal monta que se constitui sem dúvida em fato novo, na história eleitoral do Brasil.

E DIZER que tínhamos a primeira eleição presidencial

direta, em 29 anos. Que tivemos que marcar o voto sobre uma cédula longa, com um rol de mais de 20 candidatos, dispostos em sucessão aleatória, decidida em sorteio; e sem relação alguma com os respectivos números. Que tivemos, a cerca de dez dias do pleito, o sobressalto do processo que foi o lançamento da candidatura Silvio Santos, em troca de um candidato de nome já inscrito na cédula e por uma legenda inexistente — pelo menos de direito.

SE NADA disso redundou em prejuízo do voto, foi porque também nada disso se ergueu como obstáculo insuperável, perante o eleitor. O civismo soube ser maior.

MAIOR, em eleitores que trazem a carga negativa de seu baixo perfil de instrução, amplamente divulgado: eles representam, entre analfabetos, eleitores capazes de ler e escrever e eleitores com Primeiro Grau incompleto, cerca

de 67% do total de nosso eleitorado.

MAIOR ainda no novo contingente de eleitores que a Constituição de 1988 admitiu: os jovens de 16 e 17 anos — 1.562.307 e 1.781.566 alistados, respectivamente — contra quem pesava o preconceito de não terem o discernimento ou a responsabilidade para o exercício do direito do voto.

SOBRE as últimas eleições presidenciais diretas, em que votaram cinco vezes menos eleitores que agora, não se registrou, portanto, apenas um aumento numérico do eleitorado. Houve um ganho notório de consciência e da vontade de participar. E sagrou-se a vitória destas sobre todo gênero de dificuldades, que teve como placar o baixo índice de votos nulos e em branco. O voto do próprio iletrado revelou-se lúcido; e o do jovem, consciente.

19/11/89.

Um país em agonia

A POPULAÇÃO civil de El Salvador está à mercê do conflito armado que ali recrudescer nos últimos dias. De um conflito que parece não visar a outro desenlace que a vitória pelo extermínio, já que abate os que abnegadamente se oferecem como mediadores: faz nove anos, foi o Arcebispo da capital San Salvador, Oscar Dias Romero, assassinado durante uma missa; agora foi o Reitor da Universidade Centro-Americana, o jesuíta Ignacio Ellacuría, morto com cinco de seus irmãos de Ordem, com requintes de bestialidade — arrancaram-lhes os cérebros dos cadáveres.

A UNIVERSIDADE vem sendo um dos poucos foros abertos ao diálogo político que é a alternativa à barbárie da luta armada em El Salvador. Foi o próprio Reitor Ellacuría quem conseguiu a libertação da filha do ex-Presidente salvadorenho Napoleão Duarte, seqüestrada pelas forças da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN). E foi na Universidade Centro-Americana que se instalou, faz bem tempo, um centro democrático de reflexão sobre a problemática do país; mesmo às custas de se ver caluniada, pelo notório ex-Major Robert D'Aubuisson, como uma das fachadas da guerrilha.

CALADAS, assim, uma a uma, as vozes do bom senso e da paz, o que restará à população civil de El Salvador, fora o desespero pela sobrevivência? Já se notam sinais desse desespero, na população de alguns subúrbios da Capital, a optar, nesta semana, pelo enfrentar o toque de recolher, a permanecer em suas casas, colhida entre as investidas da FMLN e os vôos rasantes da Força Aérea. Fugir, porém, para onde, se qualquer área do país pode virar cenário de luta armada sob essa guerra de movimento?

É EM socorro dessa população que precisa se organizar a mobilização de outras nações, especialmente nas Américas. Porque não há sociedade que não entre em desagregação, quando é ódio o que se respira em torno. O ódio que tragicamente não é mais novidade em El Salvador, na palavra do Arcebispo Artur Rivera y Damas, diante desses últimos assassinatos: "O ódio lhes arrancou a vida. O mesmo ódio que matou Oscar Romero, em 1980."

NÃO É apenas ingovernável um país exposto a uma guerra civil infundável, a manifestar destarte a crise de contar com dois poderes paralelos e

contrários — o Governo titular e a FMLN — embora isso já seja mais que bastante para sensibilizar os meios internacionais que lhe são mais próximos. Além de ser ingovernável, o país está em vias de desaparecer politicamente, com mais rapidez que a de seu desaparecimento sob o extermínio físico. Porque um país é sobretudo sua população civil.

NA quinta-feira, também quinto dia de confronto entre a FMLN e as Forças Armadas salvadorenhas, o número de mortos já ultrapassava a casa dos 600. Mas não é sequer nesse número que se há de encontrar o indicador principal da rudeza do conflito sob que pena a população da Capital de El Salvador. Ele está na situação dos feridos, recolhidos a hospitais sem o indispensável como plasma, ataduras e pessoal; e na situação dos cadáveres amontoados em necrotérios sem refrigeração e entregues à decomposição.

DESASTRES e catástrofes naturais a produzirem tais efeitos costumam receber logo a solidariedade internacional. Por que, então, tarda a recebê-la El Salvador com seu drama humano?

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente
 MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora
 VICTORIO BHERING CABRAL — Coordenador

MARCOS SA CORREIA — Editor

FLÁVIO PENHEIRO — Editor Executivo

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — Editor Executivo

Casa da Sogra

Na véspera da votação do Tribunal Eleitoral que extinguiu o PMB e decretou a inelegibilidade de seu candidato à presidência, um ministro do atual governo, prevendo a hipótese da derrota na batalha mas não da guerra, telefonou para o candidato de outro partido pequeno, o PPB, e propôs a compra de sua legenda para servir de novo abrigo ao candidato que então teimava em permanecer no páreo. Em outras palavras, há um pressuposto de que existe partido pequeno à disposição para qualquer eventualidade, o que é uma aberração eleitoral, jurídica, moral e até mesmo comercial.

A proliferação de partidos pequenos, sem convicções políticas, mas com talento comercial ou religioso, é o rebento mais evidente da atual legislação eleitoral que, a pretexto de abertura política, escancarou as portas de uma maneira tal que por elas entraram sem cerimônia alhos e bugalhos. O papel desempenhado pelo PMB e seu líder, o pastor evangélico Armando Corrêa, é um dos mais vergonhosos da história republicana brasileira. Não é por falta de tamanho que um partido dito pequeno pode deixar de criar os enormes embaraços que quase tumultuaram o processo eleitoral.

Partido político, segundo uma definição já clássica, é a associação duradoura de cidadãos de um Estado que tem por objetivo atuar sobre a opinião pública para influenciar a composição e a orientação dos órgãos centrais e locais de autoridade, e eventualmente obter o exercício e os benefícios do poder. Mas, de acordo com o esclarecimento do jurista espanhol Temistocle Martinez, o partido político é uma força institucional porque sua finalidade é política e não pode ser outra. Sua influência se orienta para exercer influência e predominio na esfera política, para dirigir e orientar, condicionar ou impulsionar os atos políticos de seu interesse.

Difícilmente os partidecos que entraram na política brasileira pela porta escancarada da permissividade eleitoral poderão se enquadrar nos cânones da política séria, porque o que neles predomina é o aventureirismo e o oportunismo das facilidades obtidas. Uma destas facilidades é o acesso obrigatório a horário na televisão; outra é a entrega da legenda, a qualquer momento, a quem pagar melhor. A bancada evangélica, da mesma guisa do pastor Corrêa, deu um exemplo na Constituinte de como obter vantagens votando unida, passando por cima dos partidos. A formação de blocos extrapartidários, tipo *Centrão* ou *bancada evangélica*, deixou um rastro destrutivo no sistema político que continua a produzir efeitos colaterais imprevisíveis.

O próprio Corrêa já concorreu e perdeu tantas

vezes que sua insistência se deve a algum fator inexplicável. Quanto mais perdia, mais exibia uma insistência que desabrochou no dia em que se ofereceu com legenda e tudo a uma aventura que terminou mal porque começou mal, isto é, baseava-se em fraudes eleitorais escondidas sob a capa de partido insignificante. O PMB se alimenta da seiva evangélica, mas do ponto de vista político significa o quê? Segundo um de seus dirigentes, "não é de esquerda, nem é de direita, nem de centro". Em outras palavras, não é nada.

Outro eterno candidato, destes que afugentam espectadores na televisão, Antônio Pedreira, admitiu ter oferecido sua sigla por alguns milhões de dólares, alegando que gostaria de ser ressarcido dos custos da campanha que no entanto jamais passou de um traço nas pesquisas de intenção de voto. "Faço uma campanha muito cara, alugo aviões, tenho comitês no país todo e só uso papel de primeira", esclareceu o candidato, que concorre para perder mas não perde oportunidade de "pedir alto" quando se trata de vender a sigla e o espaço gratuito.

No código de ética do PMB está escrito que será considerada falta grave "receber ou aceitar promessa de dinheiro ou recompensa, patrocinando ou favorecendo interesses ilegítimos". Que estão esperando seus membros para aplicar a si próprios, a título de penitência, as leis que eles mesmos formularam? Para explicar o hábito das seitas evangélicas americanas de se reproduzirem com facilidade espantosa, alguém explicou que "cada um abre seu ponto para vender seu peixe". Isto é uma lógica mais adequada a mercado público do que a partidos políticos, que os membros de tais seitas impulsionam de maneira destremelhada, mas aproveitando todas as brechas.

A grande brecha por onde partidos sem bússola e políticos sem responsabilidade moral penetram é a que ficou escancarada pela legislação eleitoral cevada de casuísticas e pequenos favores. Nos sistemas eleitorais de países avançados é normal a distinção entre os que têm ou não representação parlamentar, ou contem com a adesão de percentagem mínima de eleitorado; nas campanhas eleitorais se definem os partidos que ganham acesso privilegiado aos meios de comunicação ou recebem subsídios ou se mostram capazes de participar de coligações.

Tudo o que sair da norma é expelido da dinâmica eleitoral. Quantos partidecos brasileiros podem provar que estão em condições de participar do processo eleitoral? Por falta de um mínimo de vigilância e também por excesso de liberalidade eles entram no processo como se estivessem entrando na "casa da sogra".

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1801

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora

VICTORIO BHERING CABRAL — Coordenador

MARCOS SÁ COBELE — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — Editor Executivo

Tupi or not Tupi

Uma pesquisa feita há um ano com alunos da 3ª série do 2º grau em escolas do Rio (zonas Norte, Sul, Centro e Suburbana) constatou que sete em cada dez não conseguem distinguir tem (singular) de têm (plural), 60% usam aleatoriamente *a, há e â*; 20% escrevem Brasil com *z* e outros 10% com *b* minúsculo. Apareceram erros cabeludos como *cais* (em lugar de caos), *assesso*, *campionato*, *disvantagem*, *pirula* e tantos outros com uma insistência de causar preocupação, provando que os estudantes, a começar pelos da faixa de dezesseis aos dezoito anos, objetos da pesquisa, não lêem ou lêem pouco e, por isso, guiam-se pelo som das palavras na hora de escrever. Além disso, observa-se um completo desconhecimento das normas gramaticais, o que é uma deficiência deles mas aponta também para a responsabilidade dos professores.

Se os estudantes, que vivem por obrigação do ofício em contato compulsório com os livros, não estão lendo, imagine-se o que acontece por este Brasil a fora, onde o hábito de leitura e o hábito de falar corretamente são luxos a que poucos se dão. A maioria do povo brasileiro nem frequenta a escola, apesar das tentativas teóricas de universalização do ensino de primeiro grau. Às vésperas de um novo vestibular, o país põe de novo a mão na consciência para sentir como são grandes os descaminhos na educação e na cultura.

No caso do ensino da língua portuguesa, começa-se pela verificação de que os estudantes escrevem mal e os professores saem despreparados das faculdades. Os candidatos ao vestibular exercitam uma pseudo competência baseada apenas na memorização de algumas regras, de alguns macetês. Fazendo o jogo da comédia do ensino brasileiro, ingressam nas universidades e são questionados durante todo o curso por sua incapacidade de estruturar uma frase. Entre os que ensinam há poucos também capazes de redigir um texto.

O fracasso do ensino da língua portuguesa é fenomenal, apesar da evolução das técnicas de ensino e das teorias linguísticas. Como se explica que as crianças aprendam com facilidade e prazer a linguagem do computador, progredindo rapidamente nesse campo, mas bocejam nas aulas de português? Há uma impossibilidade de romper a barreira do ensino, um desencontro entre os brasileiros e seu idioma, uma incompatibilidade entre os leitores e os livros, que precisam ser atacados antes que seja tarde.

Dos poucos que lêem, a maioria consome *best-seller*, para "ver o que o pessoal anda lendo". Para os adolescentes, *Jer e Careia*, e pior do que ler é estudar. Entre os adultos se observa uma resistência ao autor nacional. Nas escolas a obrigação de ler um autor clássico brasileiro é sofrida como um suplício de Tântalo. Os alunos de 1º grau não costumam ler um livro inteiro, e a eles são dados a

ler apenas textos pequenos, crônicas, contos simples. Já nem se cogita de apresentar-lhes Fernando Pessoa ou Camões, até porque tal iniciativa exigiria dos professores um conhecimento literário que não têm.

Um diretor de colégio acaba de observar que se um professor pedir a leitura de *Helena*, de Machado de Assis, para efeito de prova (mesmo considerando que *Helena* é um livro pequeno, açucarado, de leitura fácil), com certeza receberá abaixo-assinado de protesto dos alunos. Com o *Dom Casmurro*, livro mais complexo, a reação será mais forte. Difícilmente o aluno terá possibilidade de sentir o sabor daquela linguagem arcaica, redonda, perfeita, e continuará achando Machado "um chato de galocha".

A indústria editorial brasileira, tirando os livros didáticos, de venda sazonal e compulsória, sequer tem importância econômica. Buenos Aires, uma única capital, tem mais livrarias (quinhentas) do que todas as cidades brasileiras somadas (talvez quatrocentos e cinquenta). O consumo de livros no Brasil não chega a dois volumes anuais *per capita*, o que vem a ser uma quantidade irrisória comparando aos Estados Unidos, França ou Alemanha Ocidental, onde são consumidos de dez a doze livros por habitante a cada ano. Tal comparação dá a justa medida da tragédia da ignorância, da falta de leitura e das consequências que estas coisas provocam no imaginário brasileiro.

As poucas livrarias existentes, onde se vendem livros que apesar de não serem necessariamente caros se comparados aos padrões internacionais, estão de qualquer forma longe do alcance das bolsas da maioria dos brasileiros, estão concentradas nos bairros de maior poder aquisitivo das principais cidades, correspondendo a um imenso vazio na maioria dos municípios. Há cidades, portanto, onde Machado ainda nem assumiu a condição de "chato de galocha"; simplesmente não é conhecido.

As bibliotecas, que deveriam preencher o vazio, são quase inexistentes. A falta de bibliotecas é o espelho do vácuo cultural de Norte a Sul, projetando negativamente a carência de livros, de ensino, de cultivo de um idioma que se cola ao nosso corpo como uma roupa maltrapilha. As bibliotecas existentes mal consomem 2% das tiragens, contra 10% ou 20% nos países desenvolvidos.

É o falar errado, capenga, tortuoso que se desprende de tudo isso, repercutindo, com algum ruído, mas sem nenhum conteúdo, idéias sedições em todos os campos, da ciência à política, do jornalismo à filosofia. A escola acabou sendo o estuário de toda esta imensa pobreza de conceitos que em última análise diz respeito à questão da identidade nacional. Oswald de Andrade resumiu com um trocadilho, *tupi or not tupi*, o dilema de ser ou não ser brasileiro, do ponto de vista cultural.

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1931

 R. S. DO MANHÃ DO RIO BRANCO - 20.º andar - Presidente
 BRASIL - CEP 20.030-000 - RIO DE JANEIRO - RJ

V. R. LUIZ DE BRAGA LARANJEIRA - Diretor

MARACÁ DE LARANJEIRA - Editor

PLÁZEA FERREIRA - Editor Executivo

MARCELO POMPEU DE FOLGOSA - Editor

Momento da Verdade

O sentido de apoteose a céu aberto deu à campanha eleitoral a importância que não conseguiu no seu lançamento, mas não elimina as falhas de um padrão político obsoleto. Boa parte do acervo tradicional da política brasileira ficou para trás. Os partidos políticos pouco tiveram a ver com o espetáculo final: os candidatos é que movimentaram massas de eleitores por onde há cidadãos. Ou seja, por todo o país. Certos candidatos e partidos que não correspondem às novas necessidades políticas habitam-se a ser varridos da cena, ou a passar por uma reeducação regeneradora.

O intervalo entre a campanha e o dia da eleição é o tempo de reflexão que a lei reserva aos candidatos e aos eleitores para que a razão tenha a palavra final. O voto não é o produto de uma emoção pessoal; mas de uma responsabilidade cívica. O êxito da sucessão presidencial só se materializou quando a disputa permeou toda a vida brasileira. Das escolas ao recesso dos lares, do trabalho aos clubes de lazer, o final da campanha acelerou nos eleitores uma definição que cada um procurará tomar um ato de consciência política. A intensidade cívica tardou, porque o curso da campanha também não explicitou a definição dos candidatos sobre o que é essencial para uma sociedade estenuada por uma interminável corrida de obstáculos. A nação, que havia feito nas ruas a opção pelo pleito presidencial direto, esperou seis anos para ser chamada às urnas.

O JORNAL DO BRASIL absteve-se de exercer qualquer preferência política por um dos candidatos ou de graduar o espaço no noticiário. A igualdade dependeu, no entanto, da capacidade de cada um para criar fatos eleitorais. Entende que a sua isenção ao curso da campanha o desobriga de recomendar qualquer dos nomes habilitados. A eleição presidencial em dois turnos é uma inovação que, depois de longa resistência oligárquica, foi reconhecida como fator de estabilidade política. Sendo a primeira vez, era natural que, depois de vinte e nove anos de presidentes eleitos indiretamente, a sucessão presidencial oferecesse um leque de candidaturas que supera a variedade de tendências políticas na sociedade brasileira.

O fato político de significação histórica é, portanto, a eleição presidencial. O clima da campanha não foi propício aos fantasmas que habitam os porões da República. Desta vez não se ouviram ameaças veladas de que a vontade das urnas pudesse ser violentada. A única insinuação não partiu da campanha, e foi repelida por toda a sociedade.

A campanha chegou ao seu final como uma festa de participação, sem excluir o desejo de transformações que a sociedade não tem deixado de manifestar desde que o sentimento democrático se reencontrou nas ruas na campanha pela eleição direta. A partir daquele episódio, a nação não cometeu nenhum ato de contradição. Os políticos, sim. Os partidos e os políticos não entenderam que a opinião pública não é uma figura de retórica, e que os grandes problemas nacionais não podem esperar indefinidamente.

A sociedade plantou-se na sua disposição democrática, e esperou a sucessão presidencial para exprimir o seu descontentamento. Não é por acaso que as candidaturas que se habilitam, efetivamente, identificaram-se com as aspirações de moralidade pública. Os candidatos que negligenciaram o compromisso com a moralidade acabaram falando sozinhos.

O final da campanha não deixou no ar o rastilho do esquerdismo, que é a mais infanútil das armas antidemocráticas utilizadas nas eleições. A antieleição presidencial sempre manipulou o medo da esquerda como um risco inerente à desigualdade social e às situações de dificuldades econômicas. A liberdade política era incumbida de pagar o preço do retrocesso. Desta vez ficou demonstrado o oposto: a ampla liberdade não acarretou qualquer etarização ideológica. Nem a esquerda tirou proveito da eleição presidencial, embora se tenha apresentado sem qualquer constrangimento, nem a direita precisou assumir formas arcaicas. A esquerda precisou assumir formas arcaicas. A direita precisou assumir formas arcaicas.

A situação internacional contribuiu, e

mucho, para que a eleição presidencial ficasse fora de uma temática que não diz respeito à democracia brasileira. A campanha, sem descer às raízes, entendeu as grandes questões em torno da inflação e do envelhecimento da máquina de governo. O Estado não consegue enganar a mais ninguém. De alguma forma, todos concordaram no diagnóstico de que há excesso de controle estatal sobre a economia e a sociedade no Brasil. A divergência se restringe a quantificação do que excede as necessidades e as formas de corrigir a ineficiência na administração pública.

A liberdade de imprensa é parte de um conceito que implica a liberdade de iniciativa sem a qual não há economia de mercado. Um regime de produção que se funda sobre favores do Estado e lege dos riscos da competição nega o princípio da liberdade individual. A reserva de mercado, tão bem protegida pelo Estado desde o regime autoritário, é o disfarce para a incompetência.

Os candidatos que se identificam com um diagnóstico geral divergem menos sobre as causas do que calam sobre a correção dos males. O mais citado é a dívida externa; ficam entre renegociar a dívida ou suspender o pagamento. São argumentos de campanha. Antes, a dívida se prestava a bravatas que, desta vez, ninguém ousou repetir como compromisso. Do que se disse é falta a certeza de que a dívida externa não será mais um assunto conduzido sem a audiência da opinião nacional. O Congresso e, portanto, a sociedade, terão participação e responsabilidade na condução dos entendimentos.

A ausência de poluição ideológica permitiu também que os candidatos fossem vistos no perfil que têm fora das temporadas eleitorais. A sociedade deu sinais de que está atenta a uma visão universal que coincidiu com a sucessão presidencial. Não quer mais ser cobaia de experiências que outros povos estão repudiando, nem oferecer pretextos anacrônicos a uma disputa ideológica retardatária. A campanha tocou o seu âmago no final, quando os vinte anos de mistificação tecnocrática e os cinco de clientelismo com fumaças de social foram reunidos no mesmo repúdio pelos cidadãos. Os eleitores demonstraram não acreditar que o nacionalismo econômico possa produzir mais do que fantasmas que ajudam a reserva de mercado e a manter áreas de privilégio.

Não é apenas a economia estatal que entrou em crise; também o capitalismo com reserva de mercado é responsável por essa crise que sacrifica a sociedade, escraviza os consumidores e confina os produtores às decisões do Estado e, em consequência, ao tráfico político que é, comprovadamente, a matriz de larga corrupção.

Transformação modernizadora e participação democrática são coordenadas que localizam os eleitores na perspectiva de uma visão em que o Brasil aparece liberado da tutela econômica do Estado, dos privilégios acintosos e da retórica para vestir velhos conceitos com palavras novas. Foram sepultados nesta campanha, sem grande acompanhamento, alguns estilos antiquados de definir responsabilidades.

É preciso dizer aos brasileiros, quando voltam a eleger o presidente da República, que a eleição não terá o efeito mágico e instantâneo de disparar soluções para problemas que geraram hábitos viciosos de administrar e fazer política. A legitimidade do presidente a ser eleito não inverte a curva das dificuldades econômicas e administrativas: ela permitirá, no entanto, que o eleito possa dispor da confiança para a redistribuição de sacrifícios proporcional aos benefícios fulferidos ao longo dos tempos de privilégio.

O governo que emergir do mar de votos no segundo turno não poderá pretender qualquer vantagem política senão da franqueza com que se dirigir aos eleitores que são cidadãos animados pela esperança, contribuintes ao alcançe da crise e consumidores punidos pela inflação.

Os brasileiros chegaram ao fim da campanha aspirando alento, mas não querem ser enganados por promessas vãs. Preferem a verdade, só a verdade, nada mais que a verdade. A hora da verdade não aceita qualquer forma de mentira.

Contradições Republicanas

A República brasileira nasceu há 100 anos sob o signo de contradições até agora não resolvidas. Sua própria personalidade era ambígua demais para poder gerar certezas, indispensáveis para a caracterização do regime que se iniciava. Começa pelo imperador derrubado. De D. Pedro II se dizia que simpatizava com a causa republicana. Chegou mesmo a afirmar, com senso de humor: "Eu sou republicano... Todos o sabem. Se fosse egoísta, proclamava a república para ter as glórias de Washington..."

Já o marechal Deodoro, o proclamador da república, se dizia monarquista. Um ano antes do 15 de novembro, reafirmou sua convicção: "República no Brasil é coisa impossível. O único sustentáculo do nosso Brasil é a monarquia. Se mal com ela, pior sem ela." O bonde da história brasileira, portanto, correu na contramão de algumas de suas principais figuras: E a república, proclamada após uma simples passeata militar, diante de uma população que a recebeu entre surpresa e indiferença, sem nenhuma emoção forte ante o desaparecimento do império mas também sem nenhum entusiasmo especial pelo surgimento do novo regime, carregou consigo durante um século as mesmas indecisões.

Exatamente quando se completam os cem anos da república os eleitores retornam às urnas para buscar dentro delas o nome de um dirigente que possa concretizar algumas das promessas que ainda estão no ar. Muita coisa aconteceu durante este longo período, mas muita coisa ainda precisa acontecer para que os horizontes nacionais se tornem mais nitidos. Muitos dos vícios do regime que desapareceu permanecem no primeiro plano. Ainda vivemos com a sensação de que a república fracassou, talvez por ter ela sido fruto de um golpe que viciou o novo regime desde o início. Tal situação levou um cientista político a constatar recentemente que ainda não proclamamos a república, e que chegou o momento de proclamá-la. Muito antes disso, José Bonifácio, desenvolvendo raciocínio semelhante, afirmara com premonição que não se pode construir o Estado brasileiro sem a construção concomitante da nação, sem a incorporação de todos os brasileiros na vida social e política do país.

Os últimos dez anos do império foram de completa decomposição. A abolição da escravatura alienara do trono as últimas simpatias com que contava. Do esclerosamento das instituições imperiais, inadaptadas às transformações trazidas pelo tempo, nasceu o descompasso entre poder político e econômico que até hoje é marca registrada da vida brasileira. O manifesto republicano de 70 afirmou: "Somos da América e queremos ser republicanos." Mas o Brasil entregue aos brasileiros por D. Pedro II era um país com escassos 12 milhões de habitantes, dos quais um milhão de escravos, um imenso semideserto com uma economia patriarcal que sofria o impacto de sua passagem para uma economia de exportação.

O 15 de novembro, golpe de aparência fácil em suas premissas, tinha, como tantos outros golpes destinados a transformar bruscamente as instituições políticas, uma parte grande de aventura, de jogo no escuro. Menos de setenta anos antes, o gesto da Independência, sob a exteriorização de uma revolução, demonstrara que era tarefa quase impossível varrer o velho quadro, inoperante e rançoso. A proclamação da república seguiu-lhe alguns dos passos. Mas, no primeiro momento, o império era visualizado como reação e atraso, e a república como abertura de novas perspectivas, isto é, o seu contrário. A república permitiu a entrada em cena da classe média, representada pelos militares. Mas herdou um aparelho de Estado obsoleto, verdadeiramente amolgado, que, sob certos aspectos, subsistiu com alguns retoques até hoje.

A idéia republicana esteve presente em to-

dos os movimentos históricos brasileiros: na Inconfidência Mineira, na Inconfidência Bahiana, na Revolução de 1817, na Confederação do Equador, na Revolução Farroupilha. Ao se materializar no 15 de novembro, a antiga classe dominante se libertou da monarquia como de um fardo e se preparou para encarar com flexibilidade o novo regime; recebeu-se momentaneamente para voltar aos poucos a segurar as rédeas do poder.

Liquidado o império, que já acenava com algumas premissas republicanas, entre elas a existência de partidos políticos com tendências definidas, o período republicano augeu alguns dos problemas monárquicos e outros: a começar pela destruição dos partidos. Num primeiro balanço do século republicano, constata-se que os grandes problemas nacionais continuaram intocados. Não se fez a reforma agrária mais do que necessária com a libertação dos escravos. A cidadania continuou restrita a poucos. As velhas oligarquias reassumiram seu lugar nos primeiros governos civis. Permanecem as mesmas resistências a mudanças. A ordem, no seu todo, não foi substancialmente alterada, sofrendo sobressaltos constantes. Apesar de tudo, o país cresceu, apesar dos governantes que o travaram e ainda o travam.

Mas, desde que os militares assumiram as rédeas, no 15 de novembro, conscientes de que eram a única organização com estrutura e coesão para garantir o êxito da mudança e assegurar-lhe continuidade, criando assim um círculo vicioso que não cessou de se reproduzir, muitas vezes com efeitos desastrosos, a república passou por muitas crises que a abalaram na base. O encilhamento, avô da atual inflação, transformou-se em pesadelo recorrente. O bacharelismo e o empreguismo resistiram incólumes. A classe senhorial foi suficientemente sábia para não forçar um retorno às instituições derrocadas, mas para usar as novas instituições com fins idênticos. A "política dos governadores" implantada para domar crises do meio do caminho continua a produzir efeitos nefastos. (Rui Barbosa disse: "Um dos flagelos que desgraçam hoje este país são as chamadas oligarquias estaduais".) Canudos e o Contestado mostraram o avesso do novo regime. Seguiram-se os motins da presidência Rodrigues Alves, a campanha civilista, a revolta da chibata, o tenentismo, a revolução de 30 (primeiro exemplo de movimentos revolucionários da periferia para o centro), os descaminhos econômicos de que é um grande exemplo a queima do café, o Estado Novo, o golpe de 45, o retorno de Vargas em 1950, a revolução de 64 e a chamada Nova República de 1985.

De tudo isto ficaram algum malogro e muitas frustrações. A impopularidade dos presidentes atingiu o auge na via a Campos Sales do trajeto do palácio à estação ferroviária. O tenentismo, fenômeno típico da classe média, introduziu a suposição ingénua de que tudo dependia dos homens que estavam no poder e que a simples substituição deles levaria a resultados significativos... Joaquim Nabuco já advertia, no seu livro *Um estudista do império*, para "o erro das reformas sempre negadas ou sempre tardias".

Talvez por isto permaneça dentro de todos nós a sensação de que a república ainda não nasceu de todo, por não ter ido ao fundo de suas próprias proposições. De qualquer forma, num dia como hoje, quando voltamos às urnas, sempre existe a esperança de que a escolha pacífica de um novo governante possa trazer alguma das mudanças prometidas há 100 anos. E que tudo deixe de ser como na descrição melancólica de Rui logo depois da proclamação da república: "O Brasil acaba de passar por uma transformação política radical e, entretanto, tudo continua como estava, setenamente, sem haver a mínima perturbação da ordem."

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora

VICTORIO SHERING CABRAL — Conselho

MARCOS SA CORREIA — Editor

FLÁVIO PENHEIRO — Editor Executivo

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — Editor Executivo

Dia de Sol

O charme do Rio de Janeiro transparecia, ontem, na qualidade do dia, numa sábia mistura de sol e nuvens que valoriza a natureza. Mas a "alma encantadora das ruas" que veio à tona, exuberante, foi sobretudo o encontro das pessoas com a sua cidadania plena, escamoteada durante 29 anos.

O Rio é alegre, gosta de comemorações; mas na grande festa da eleição havia também um toque especial de gravidade. Os jovens e adolescentes pareciam tão conscientes disso quanto os adultos. Afinal, puderam acompanhar um longo processo político sabendo que, desta vez, também eles seriam chamados a dizer uma palavra sobre o futuro do país.

O civismo autêntico foi visto, ontem, em toda a sua beleza. Os períodos ditatoriais manipulam o civismo, inventam aulas destinadas à doutrinação. Nessa vestimenta artificial, ele adocece e morre. O brasileiro carregou esse defunto durante longos anos. Só podia fazer uma idéia do que ele fosse (e idéia incompleta) nos fugazes momentos em que se toca o hino nacional antes de jogos internacionais. Era um *ersatz*: futebolístico para as verdadeiras emoções coletivas.

Ontem, o civismo reapareceu como ele deve ser — espontâneo, emocionado, temperado de gravidade. Não foi um simples carnaval o que levou as pessoas a saírem pelas ruas com bandeiras, a infringir inofensivamente a proibição da propaganda política. O brasileiro teve de guardar consigo, durante tempo demais, as suas preferências e convicções para que, nesse reencontro com o voto, calasse totalmente a caminho das urnas. Os nomes dos candidatos foram gritados, desfraldados, distribuídos em panfletos; mas a alegria era tão autêntica que não houve agressividade em nada disso.

Nesse entusiasmo controlado, é bom que se reconheça o papel insubstituível desempenhado pela Justiça eleitoral. A ela coube garantir a dignidade e a seriedade do pleito, quando, na reta de chegada, houve quem pretendesse tumultuá-lo de forma solerte. A Justiça eleitoral soube fazer-se presente, conversou com o eleitor na figura do seu presidente, ministro Francisco Rezek; e depois dessa demonstração de firmeza e sensatez é que o brasileiro adquiriu a convicção definitiva de que chegara a hora de expressar com plena validade as suas convicções políticas.

É bom morar num país assim, que reencontra os seus melhores instintos de decisão e reflexão. Esse reencontro é tão significativo que sepulta, de uma hora para a outra, as supostas verdades de ontem, amareladas e escleróticas. O Estado, esse organismo inchado pela orgia de autoritarismo e pela escassez de oxigênio, fica intimado a voltar às suas verdadeiras proporções. Deixa de ser o pai-patrão, o *benefactor*, para definir-se como a concretização de uma vontade coletiva, como o intérprete de um recado que lhe é passado pelos muitos milhões de eleitores que ontem foram às urnas — a imensa maioria, pela primeira vez.

Rompeu-se o Muro de Berlim da auto-suficiência estatal; e não aconteceu nada do que se previa nas retortas viciadas da velha ordem. O povo brasileiro escoorreu como sangue novo pelas ruas, cobrando afinal o que lhe é devido: respeito, e um mínimo de atenção. Não pichou muros, não derrubou paredes; mas, até sem o saber, vibrou um golpe devastador nos cartórios e nos privilégios.

O sol magnífico deste 15 de novembro iluminou uma festa que é feita para a política, mas também para acabar com os políticos que se consideravam intérpretes privilegiados e perpétuos da vontade popular. Nestes, deve estar doendo a pacífica e majestosa revolução de ontem. Afinal, eles se consideravam senhores da lei, escolhiam quem prosperava e quem não prosperava, quem merece mordomia e quem não merece, quem pode ter super-salário e quem não pode.

Devem dar passagem, agora, ao Brasil que está saindo das urnas, passado a limpo, posto de pé por uma multidão anônima que, no ato simplicíssimo de votar, revelou uma dignidade insuspeitada, uma consciência perfeita do que estava fazendo. Pessoas pobres pediram dinheiro emprestado para irem votar em lugares distantes. Podiam ter-se explicado com a Justiça eleitoral. Não quiseram. Assumiram a obrigação do voto, sabendo que, desta vez, uma página estava sendo virada.

Vamos ter, a partir de agora, um retrato novo do Brasil. Um retrato expurgado das biografias oficiais, das carreiras artificiais construídas a poder de influências, das bênçãos palacianas, dos conchavos paroquiais.

A força desta eleição reside, também, na sábia previsão dos dois turnos. O segundo turno vai ser uma nova eleição. E, por tudo o que aconteceu até agora, já se sabe que não há vencedor absoluto, que vai ser preciso passar por diferentes etapas de negociação política. O Brasil novo mostra-se suficientemente representado em suas diversas tendências.

Assim se exclui, mais uma vez, a possibilidade dos dogmatismos embrutecedores. Não há um Brasil só; e o presidente ungido por duas votações precisará levar em conta verdades muitas vezes contraditórias. A negociação política que integra esses contrários é legítima; nada tem a ver com a negociação que se alimenta da sombra. É parte da lição de política que começou a ser dada ontem. A política substantiva que será necessária para romper os impasses nacionais sendo o maior de todos a distância que separa o Brasil desenvolvido do Brasil atrasado.

Este processo levará diversas eleições para completar-se. Mas, a julgar pelo que aconteceu ontem, o brasileiro encontrou o caminho. Para esse povo inumerável e pacífico foi feita a grande festa de ontem. Ele a mereceu.

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora

VICTORIO BHERING CABRAL — Chefe

MARCOS SA COBEA — Editor

FLÁVIO PENHEIRO — Editor Executivo

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — Editor Executivo

Recado do Eleitor

Sobre os números ainda quentes das urnas, a primeira conclusão é a de que o brasileiro votou contra tudo que atravancava o seu caminho. Não há outra coerência que não seja esse sentido de protesto generalizado. Não é nada pessoal, mas inequivocamente política a explicação para o que sai das urnas. A coerência está na própria contradição aparente, porque o voto contra explica o que não se exprimiu em palavras por parte dos candidatos.

Desta vez, ficou definitivamente claro que a depreciação política não poupou alianças eleitorais: o eleitor conquistou uma independência saudável. Votou a partir de observações que não ressalvam qualquer partido, legenda ou tendência política envolvida em combinações que terminam nas urnas. Não se percebe mais vestígio desse padrão que o eleitor entende como uma escamoteação para enganá-lo. Todos esses expedientes feitos em nome da política não passaram de tapeação. O poder nunca mudou de mãos porque, por trás das aparências, tudo continuava a ser manipulado como sempre foi, pelos mesmos beneficiários. Tudo nunca passou de um revezamento.

O voto para mudar assumiu, agora, o sentido predatório que abateu os dois maiores partidos que simulavam um compromisso de mudanças: o PMDB e o PFL saem arrasados da sucessão presidencial. O condomínio do poder, denominado Nova República, nada mais foi do que a escamoteação do compromisso de mudanças. O PMDB passou quatro anos no governo e ainda pretendeu apresentar-se como oposição. Não conseguiu retirar ministros que continuam a figurar no governo em nome do partido, que não conseguiu ao menos expulsá-los. Nunca se viu igual.

O voto foi demonstração de protesto contra tudo que está errado, para que os políticos entendam o desejo de mudança. Privilégios de grupos ou de qualquer parcela da sociedade são inaceitáveis. As urnas passaram a exprimir o sentimento de repulsa à prática de vantagens e ao exercício da desigualdade de direitos e deveres. Foi tudo de cambulhada no protesto que não tem endereço

único: o destinatário não declarado são os políticos e governantes.

O recado das urnas foi claro: uma sociedade que beneficia 30 milhões de cidadãos, ao ser submetida ao voto de 82 milhões de eleitores, teria fatalmente de oferecer o resultado que se desenha nos números. O que há de errado não é, entretanto, o alto número de eleitores mas a baixa quantidade de consumidores. O país marginalizado não quer fornecer mão de obra para edificar um regime com duas categorias de cidadãos. Por via das urnas, começa a demolição dos privilégios sociais e econômicos. O protesto tanto é contra a falta de escolas e de hospitais para os que não podem pagar para ter educação e saúde, como dirigido à escandalosa reserva de mercado para algumas atividades produtivas, ao protecionismo fiscal e aos subsídios que revertem em vantagens anti-sociais.

O eleitor sacudiu a tutela política e provou o gosto da liberdade. A demonstração foi informal mas clara. O brasileiro quer exercer o direito de escolher e não mais de ter as escolhas feitas em seu nome, em tudo que diz respeito à cidadania: candidaturas, governantes, representantes, opções econômicas. A sociedade tem que reduzir as taxas de privilégios que são socialmente injustos. Tudo que a política se propôs a garantir falhou. O primeiro uso da liberdade foi a demonstração através do voto na eleição presidencial. Começou a ruptura com a herança de incompetência.

Começou, apenas. Os políticos ainda não viram tudo que os espera. Nas eleições do próximo ano os eleitores terão mais a dizer à outra leva que também repetiu a incompetência, e não cumpriu a palavra empenhada. Nada mudou, nem mesmo a indiferença pelos cidadãos. Ainda há muito a resgatar. O segundo turno vai decifrar mais claramente o sentido do protesto, que engloba os burocratas, os pedantes e presunçosos tecnocratas, que esvoaçam em torno do poder como um enxame de moscas sobre restos de comida. Os mesmos 82 milhões de eleitores vão dizer que não admitem a reserva de mercado para 30 milhões de consumidores. Ninguém deve se meter numa questão que está para ser decidida entre os candidatos e os eleitores, que falam pelo voto.

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Directora*VICTORIO BHERING CABRAL — *Consultor*MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo***Ruídos do Passado**

Ao invés de ressaca eleitoral, o Brasil passa por instantes de nervosismo e até de desconfiança em função do atraso na apuração do pleito de 15 de novembro. Como havia um compromisso formal do TSE de realizar a apuração na velocidade compatível com a expectativa gerada pela primeira eleição presidencial depois de um jejum de 29 anos, brasileiros de todos os pontos do país começam a amargar uma frustração que não estava no calendário eleitoral.

As campanhas por sua natureza são longas e desgastantes; a apuração deveria ser o seu anticlimax. Parece incrível que é mais fácil encaminhar 82 milhões de pessoas às zonas eleitorais do que dizer como se expressou a vontade política de tanta gente. Nesta eleição, solteira, portanto mais fácil de apurar do que todas as anteriores, a população brasileira pensava resgatar cem anos de frustrações ao longo de uma república que nem sempre primou pela retidão eleitoral.

Antigamente se fraudava eleição no bico de pena. Esperava-se que a era da informatização tivesse sepultado para sempre a desconfiança de que eventuais perdedores pudessem desembocar na linha de chegada pelo atalho. Só há uma maneira de cortar pela raiz a desconfiança: é apurar com rapidez. No entanto, neste primeiro turno de eleição presidencial nunca se gastou tanto para se obter resultados tão lentos. Um sofisticado sistema de apuração em Brasília consumiu 80 milhões de cruzados novos mas contou votos com a lentidão das velhas eleições.

Basta ao eleitor ficar em casa e se postar à frente de um aparelho de televisão para saber que um canal particular se dá ao luxo de somar votos quatro vezes mais depressa do que toda a parafernália do TSE. E ainda fica no ar a impressão de que o Tribunal abriu uma "porta serial" para facilitar o trabalho de um meio de comunicação em detrimento de outros, embora sem a mesma intenção com que numa eleição não muito longínqua se criou um "diferencial delta" em detrimento de um candidato. Claro que isto não passa de uma suposição extemporânea, mas a ineficiência da apuração dá margem a qualquer tipo de suposição.

Quando o TSE prometeu a apuração rápida criou uma expectativa que se beneficiava do clima favorável criado por ele próprio ao eliminar do

pleito uma candidatura eivada de irregularidades. O ar ficou de súbito rarefeito. Pois agora o clima se toldou, com o Serpro acusando os TREs pelo atraso e os TREs devolvendo as acusações ao Serpro. É governo contra governo gastando pólvora para disfarçar a confusão desenhada sobre o mapa da incompetência. O que espera o Brasil para afinal modernizar seu sistema de apuração eleitoral?

Num outro país onde o pleito se realiza também em dois turnos, a França, dá gosto ler o calendário eleitoral. Em 34 dias tudo se resolve: desde o prazo final para apresentação das candidaturas, o início da campanha, o final da campanha do primeiro turno, o segundo turno, a derradeira votação e a definição do vencedor, no dia mesmo da votação, às 20 horas. No dia seguinte, o 34º, faz-se o anúncio oficial do resultado e a proclamação do novo presidente, já exorcizada a ressaca da campanha e ainda sob o ruído da festa da vitória.

Nos Estados Unidos, de onde o Brasil copiou o sistema eleitoral mas deixou para trás o sistema de apuração, as primeiras máquinas de votar começaram a ser usadas na eleição de 1892, em Lockport, no estado de Nova Iorque — portanto há 97 anos. Há estados que votam apertando uma alavanca, outros que usam cartão perfurado e outros ainda, mais adiantados, onde o eleitor registra seu voto diretamente num computador. Tanto as máquinas (antigo sistema mecânico) quanto os computadores são à prova de fraude. Em suma: para o sistema eleitoral americano, o uso de cédulas de papel é coisa do passado.

Portanto, o Brasil continua no passado, enredando-se nas mesmas malhas que perturbaram tantas eleições no decorrer de sua história republicana. Quando se pergunta ao presidente do TSE porque se adia a adoção do voto informatizado, a resposta é que o Brasil não dispõe de recursos. Parte-se do pressuposto de que o sistema é sofisticado e de alto custo, e que a angústia pós-eleitoral se instalou no Brasil para ficar. Que remédio?

Democracia sem recursos é uma poção difícil de engolir neste país, necessitado mais de remédios regulamentares do que de água milagrosa. A medicina é um remédio na mão dos sábios, mas é um veneno na mão dos incautos.

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora

VICTORIO BILRING CARRAL — Consultor

MARCOS SÁ CORREIA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Líder Editorial

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — Líder Editorial

Luz e Sombra

Começou uma grande movimentação de interesses políticos sob a poeira levantada pelas urnas. Aproveitando-se da atenção dos eleitores concentrada na apuração, políticos escorraçados pelos resultados e os que vivem das sobras esgueiraram-se em meio à poeira para tirar proveito do que não lhes pertence. A eleição presidencial mostrou com grande destaque que os cidadãos querem novas fisionomias, novas palavras, sinceridade, coerência e o mínimo de qualificação, sem o que a vida pública é uma trapaça.

Essa gente que se reúne às escondidas perdeu a condição mínima de se apresentar publicamente. Ora, a vida pública é para ser desempenhada às claras. Políticos, em regimes democráticos, são credenciados pelo voto. No caso de uma sucessão presidencial, com a convergência desta que passa ao segundo turno, podem ser arrolados como desautorizados todos os que embarcaram em candidaturas repudiadas pelos eleitores. Não são apenas os candidatos que pagam a conta política do insucesso nas urnas: a legenda partidária está no mesmo caso e, com ela, todos os dirigentes do partido e da campanha.

Emergiram da campanha, através das urnas, os partidos que apresentaram um conteúdo de divergência geral a tudo que predomina na vida política brasileira. O PSDB, o mais novo, o PT e o PDT, presenças mais antigas, justificaram nas urnas a sua existência política, aproveitando o vácuo aberto pelas legendas que caducaram. Esses têm o que dizer em nome dos votos que obtiveram em confiança do eleitorado. O PRN, embora contemplado com o primeiro lugar, ainda não é partido: funcionou como legenda criada para atender à exigência legal. O candidato entrou com os votos, e a legenda o habilitou. Outros candidatos foram bem votados pessoalmente, nenhum entretanto ficou devendo ao partido o desempenho político. Os comunistas fizeram uma campanha modesta nos resultados, mas qualificada pelo candidato.

O grande malogro eleitoral foi o resultado apresentado pelos dois partidos que usufruíram o título de maiores desde a eleição de 1986. Sob a reverberação do cruzado, o PMDB e o PFL se sentiram autorizados a usufruir o poder sem prestar contas à sociedade. Antes de terminar o mandato dos governadores que elegeu (muitos dos quais debandaram), o PMDB saiu desvalorizado da eleição presidencial direta, que foi a própria razão de ser da legenda como frente de tendências heterogêneas. Morreu, por sinal, de contradição e incoerência.

Partidos políticos podem renascer das próprias cinzas. Mas não é uma reparação que constitui direito: é preciso merecer do eleitor a confiança. O PMDB exerceu o poder com soberba inconcebível num partido gerado na oposição. O

PFL, ao contrário, não passou por nenhuma provação política, pois o seu merecimento foi abrir a dissidência que o criou para favorecer a solução política que seria impossível sem esse ato. Mantendo-se no poder, os equivocados liberais que não demonstram confiança na liberdade acreditaram demais no malabarismo para perpetuar-se nas vantagens do poder. Pagaram agora.

A eleição do próximo ano é um bom motivo para que os derrotados se debrucem sobre os seus erros de origem ética e saibam repará-los em tempo. De outra forma, condenam-se a desaparecer pelo voto, ou, com mais propriedade, pela falta de voto. A responsabilidade dos que foram os condôminos da Nova República ainda não está devidamente apurada. Foram partícipes de uma degradação sistemática do poder e incapazes de propor ou defender a correção dos equívocos econômicos e políticos que levaram o país à crise e o impedem de livrar-se dos erros. Os privilégios de grupos e as reservas de mercado são boas para os beneficiados, mas prejudiciais aos consumidores.

A nação se fartou do egoísmo dos políticos. O Congresso foi insensível às afrontas que fazia ao remunerar-se com uma largueza que gerava no cidadão, que pensa em termos de salário mínimo, o ressentimento que dispõe do voto. O voto abateu tudo que o eleitor identificou com a responsabilidade pelo que aí está e que dispôs de tempo de governo para ser removido. Nada autoriza, entretanto, a movimentação dos interesses políticos mais personalizados a encaminhar um debate que tem o insuportável mau cheiro dos casuismos. Não cabe esse procedimento escuso de tramarmos pelas costas da apuração eleitoral um parlamentarismo que está previsto na Constituição, tem prazo e é sujeito à consulta popular que o liberte de qualquer suspeita.

É da natureza do oportunismo político a perda do pudor que resguarda os derrotados. O oportunista acredita na salvação quando se refugia nas dobras do poder e à sombra do anonimato, para fingir de morto. Passou o tempo em que o comportamento esquivo evitava o acerto de contas. A transparência é a mais moderna dimensão da liberdade. A democracia deixou de ser o regime que jogava com luz e sombra desde que permitiu a substituição da liberdade pelo autoritarismo, a pretexto de defendê-la, e da legitimidade em nome da ordem imposta.

Tudo que sirva para desacreditar a confiança dos cidadãos deve ser denunciado com franqueza. As manobras elaboradas no velho estilo político são o primeiro golpe tramado pelos derrotados para deter a renovação que se acelera a cada eleição. Estamos a apenas um ano da renovação dos governos estaduais, da Câmara dos Deputados, de parte do Senado e das assembleias legislativas. O futuro tem pressa.

Aqui tem a ideia de que o PFL é o partido da mudança e da abertura política.

Lei contra a Constituição

Aprovada pelo Senado, desceu à Câmara dos Deputados a lei sobre política agrícola, um dos mais importantes instrumentos legais regulamentadores da Constituição. O texto não prima pela boa técnica jurídico-legislativa, como eventualmente demonstraremos; além disso, avança em terrenos nos quais a Constituição foi tímida, obrigando, uma e outra dessas falhas, a que a Câmara dos Deputados faça o papel de revisora do texto aprovado pelo Senado.

Cabe ver, inicialmente, que o projeto aprovado pela Câmara Alta do Congresso pode inaugurar uma novidade (mal) no Direito Brasileiro, que é a lei declaratória, por tal entendendo-se aquela que, ao invés de fixar normas, estabelece princípios gerais, em torno de cuja interpretação se disputará administrativamente e nos tribunais quando se tratar da aplicação do texto legal.

O defeito técnico a que aludimos atrás não vem de agora; diríamos mesmo que é herança direta do autoritarismo pós-64, quando a necessidade de transformar em lei uma certa doutrina (para não dizer ideologia), denominada de "segurança nacional", levou a que se elaborasse o Decreto-Lei 314 — e os outros que se lhe seguiram —, definindo o que fosse "segurança nacional". Nesse texto estabelecia-se que na aplicação do decreto-lei o juiz se inspiraria nos conceitos básicos inscritos no capítulo I dele. A consciência jurídica nacional, à época, protestou contra essa aberração quase totalitária do Direito. Agora, quando se está vivendo na ditadura das lideranças e das comissões, mascarada de "Constituição cidadã", pouco se ouve falar sobre esse tipo de formulação técnico-legislativa, que permite à lei ordinária avançar sobre a Constituição, jungindo o juiz a conceitos e não a normas definidas com precisão.

Essa introdução tem sua razão de ser, pois é no Capítulo I do projeto aprovado pelo Senado que se estabelecem os "princípios fundamentais" da política agrícola, definindo-se o que seja atividade agrícola e estabelecendo-se os pressupostos dela. A latitude a que se permitiu o legislador é de causar espanto, se a imprecisão de linguagem não tivesse, antes, deixado o leitor (destinatário direto ou indireto da lei) de cabelos em pé. Para que não pense que exageramos na crítica, ou que ela tem algum viés ideológico, leia-se o que está escrito no inciso V do art. 2º: "As condições edafoclimáticas (solo e clima)

exercem fundamental importância no transcorrer e nos resultados da atividade agrícola, devendo o Poder Público dispor de instrumentos flexíveis, ágeis e eficientes, objetivando a normalidade da produção e do abastecimento". Frases como essas encontram-se às dezenas no longo texto.

Entre uma pérola e outra desse estilo, o projeto passa por cima da Constituição, ainda nos itens relativos aos pressupostos da política agrícola. Trata-se da reforma agrária. Possivelmente absorvidos pelas disputas eleitorais e cansados das batalhas que se travaram na Assembleia Nacional Constituinte em torno do assunto, os senadores não tenham atentado para a discrepância que há entre o texto da Carta Magna e o do projeto que aprovaram. Com efeito, diz a Constituição no seu art. 187, § 2º, que "serão compatibilizadas as ações da política agrícola e da reforma agrária". Em outros termos, a Lei Maior diz que a política agrícola e a reforma agrária coexistem, são conciliáveis e harmonizáveis. No texto do projeto afirma-se diferentemente: "Art. 2º — A política agrícola fundamenta-se nos seguintes pressupostos: (...) VIII — A reforma agrária é fundamental ao processo de desenvolvimento do país, sendo a política agrícola indissociável das questões agrárias e do meio ambiente". Observe-se, antes de mais nada, que a última parte da sentença não tem relação lógica com a primeira. Não é porque a reforma agrária é fundamental ao desenvolvimento que a política agrícola tem que ver com as questões agrárias e do meio ambiente. Essa relação entre política agrícola, questões agrárias e meio ambiente é distinta do fato de a reforma agrária ser "essencial, necessária" (fundamental) para o processo de desenvolvimento do país. Entre a compatibilidade de duas políticas (pois a reforma agrária é uma política) e a afirmação de uma delas ser necessária para o desenvolvimento do país (coisa que não consta da Constituição, mas apenas da mente doutrinária dos senadores) há uma enorme distância — fissura que se observa ser cada dia maior entre os textos votados pela Assembleia Nacional Constituinte e aqueles discutidos e aprovados pelo Congresso. Não é assim, por exemplo, entre o Regimento da Câmara dos Deputados e a Constituição no que tange ao poder das comissões?

O projeto de política agrícola avança mais sobre a Constituição, sem que ninguém se tenha detido a examinar esses fatos. No art. 170, a Constituição estatui que

a ordem econômica se fundamenta na livre iniciativa; no art. 3º, o projeto de lei aprovado pelo Senado diz que os objetivos da política agrícola são "estabelecer e normalizar as ações e instrumentos do governo destinados a promover, regular, fiscalizar, controlar, analisar atividades e suprir as necessidades do setor, visando a assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícola, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, a rentabilidade dos empreendimentos, a estabilidade de preços e de mercado; a proteção do consumidor, a redução das disparidades regionais e de renda e a melhoria das condições de vida da família rural". Se os objetivos da política agrícola acima definidos são compatíveis com a livre iniciativa, então os planos quinquenais de Stalin eram a quintessência do capitalismo manchesteriano. Na verdade, o projeto esbarra mais uma vez na Constituição, que estabelece claramente, em seu artigo 174, que exercendo as funções de "agente normativo e regulador da atividade econômica", o Estado exercerá funções de planejamento, que será "indicativo para o setor privado". No projeto de lei não se trata de indicar ao setor privado o que fazer, cuidar-se de normalizar as ações do governo para entre outras coisas assegurar a rentabilidade dos empreendimentos (vide a das estatais) e a intervenção do Estado no mercado via preços.

Planificação, aliás, é o que não falta na política agrícola aprovada pelo Senado. Não se negara que haja necessidade de algum planejamento econômico, dada a complexidade da economia brasileira — mais ainda se se pretende que ela se entrose para sempre com a economia mundial. Planificação indicativa, porém, nunca determinante. Ora, o plano previsto no art. 6º do projeto não se sabe se é indicativo ou determinante; sabe-se apenas que será feito "de forma democrática e participativa". E serão vários: o de safras, os de desenvolvimento plurianuais e os operativos anuais. E serão de fazer inveja ao Gosplan que Gorbachev pretende reduzir; o § 4º desse art. 8º estabelece que os planos "deverão prever a integração das atividades de produção e de transformação do setor agrícola, e deste com os demais setores da economia". Enquanto a *prevostika* quer reviver a economia de mercado, no Brasil ressuscita-se o Gosplan, concentrado no Ministério da Agricultura, que vê extraordinariamente aumentado seu poder.

Voltaremos ao assunto, dada sua importância.

Escolher a modernidade

No dia em que se comemorará o centenário da proclamação da República, os brasileiros selarão para sempre a sorte do País. O destino do Brasil não é mais decorrência de sua posição geográfica — até certo ponto, o desaparecimento político do Muro de Berlim tornou sem importância a posição geoestratégica brasileira no grande confronto Leste-Oeste. O destino do Brasil está na dependência, como sempre esteve para os que sabem ler o livro da História, da decisão política: ou engrossar a fileira dos que desejam penetrar os portais do século XXI valendo-se da tecnologia e a universalização da educação ou conformar-se em ser o "país do futuro", tendo como guia e farol Cuba, Nicarágua, Albânia, China — para não falar em Angola e Moçambique, duramente sacrificadas por uma longa e ruiventa guerra civil.

Amanhã, os brasileiros farão sua opção pela modernidade ou pelo atraso. Não são as pessoas que estão em causa; o fundamental nesta eleição é votar na idéia do amanhã ou no sonho utópico e retrógrado do antontem. Os candidatos — falamos daqueles que se apresentaram em nome de aspirações difusas, ou de partidos estruturados, não dos que não sabem por que motivo ainda tomam o tempo e a atenção dos eleitores — tiveram tempo de exprimir suas idéias, tomar posição diante dos problemas do Brasil e do mundo. Alguns tiveram a percepção do que representa este pleito; outros preferiram usar a linguagem do passado, revestindo-a de cores de progresso social. Houve, também, aqueles que não perceberam, por imaturidade ou por não ter assimilado as lições da experiência, o que está em jogo. Hoje, a rigor, só merecem o voto dos 82 milhões de brasileiros os que sabem que o Brasil é maior do que seus Estados natais, e que este país necessita de um governo que esteja à altura do desafio que 142 milhões de pessoas antepõem todos os dias às autoridades, reclamando instituições estáveis, uma economia saneada (que por si se tornará então pujante), um governo austero, imbuído do sentido de grandeza e comprometido com o progresso. A escolha far-se-á em torno desse ideal e não de pessoas.

Nestas poucas horas que nos separam do momento cívico supremo, é indispensável que todos os brasileiros meditem sobre as mensagens que durante dias lhes foram transmitidas

pelos meios de comunicação, ou nos comícios. Apesar da imensidão daquilo que está em jogo, pode dizer-se com orgulho que esta foi uma das campanhas presidenciais mais ordeiras de que se tem notícia. Os incidentes provocados aqui e ali, à esquerda e à direita, ou o grotesco episódio eleitoral com que se tentou desviar a atenção do eleitorado dos reais problemas em jogo, não chegaram a empanar o brilho da jornada. Ao longo dela, cada qual disse ao que veio. Amanhã, na cabine indezessável — cujo segredo será guardado pelos cidadãos que no anonimato das juntas receptoras respondem pela lisura do pleito —, os brasileiros poderão votar naquele que, em seu entender, levará o Brasil para os umbrais de um mundo novo.

Este mundo não é mais sonho. Nasce, com as agruras da dor própria do parto, na Europa, eterno berço de nossa civilização. Num movimento telúrico, como que tornando real o sonho desse grande visionário, de Gaulle, que via a Europa estender-se uma do Atlântico aos Urais, a estrutura do mundo comunista — símbolo do atraso econômico, da opressão política e do terror do Gulag — cede terreno ao desejo de liberdade, modernidade e progresso, abrindo suas portas às novas idéias que se gestaram nos laboratórios e nas universidades do Ocidente, e às experiências que se forjaram nas lutas políticas da democracia parlamentar ocidental. Este é o mundo novo, que na Europa se vê, para não dizer que se sente, como se sente o vento que acaricia a pele. No Brasil, este mundo novo, os horizontes que se rasgam à imaginação criadora, ainda não é palpável; vê-se, no entanto, no noticiário das televisões, lê-se nos jornais e nas revistas, intui-se que existe porque todos sabem que a aventura humana não cessa nunca. Não é só na Europa que o vento da modernidade traz a sensação do novo acolhedor; na América Latina, vencendo preconceitos e arrostando dificuldades, o desejo de afirmar o futuro destrói as barreiras do reacionarismo social e econômico no México, na Argentina, na Bolívia, na Venezuela e agora, de maneira fulgurante, superando o medo, no Peru, sob a condução de Vargas Llosa. A América Latina não está condenada a permanecer estagnada; como no passado, sua vocação é democrática, é lançar-se à grande aventura humana do progresso e da modernidade — desde que haja vontade a animá-la e liderança políti-

ca capaz de conduzir as aspirações ao bom porto.

Durante a campanha política, o eleitor brasileiro teve oportunidade de formar a sua vontade, tomar posição diante do desafio da modernidade, pesar as qualidades, virtudes, defeitos e preconceitos de quantos amanhã reclamarão seu voto. O Brasil saberá no dia 15 qual será seu destino: a vontade de cada um dirá para onde queremos ir: para este mundo novo em que as oportunidades oferecidas pela tecnologia se multiplicarão como os pács e peixes do Evangelho, ou então, desgraçadamente, para um mundo que é velho, sem esperança. A Europa do Leste renasce, reencontrando a unidade cultural de que a Cristandade sempre foi símbolo, e renasce pelo anseio de modernidade, no imenso contexto hodierno do Japão, da nova Ásia e dos Estados Unidos. No dia 15 de novembro, cada um de nós deverá saber escolher entre colocar o Brasil no grupo dos vanguardeiros do progresso, ou neste velho mundo carcomido pela opressão e pela falta de sentido profundo da vida: o mundo do Gulag que ainda resiste ao reclamo de liberdade, e que tem em Cuba, na Albânia, na Nicarágua e na China os seus pontos de referência.

Perfilhamos desde o primeiro momento a tese dos dois turnos porque sabíamos que era necessário que a escolha do presidente fosse feita pela maioria da população. A evolução dos fatos no Brasil e no mundo deu-nos razão: por mais plebiscitária que possa parecer a escolha de dezembro, o certo é que os rumos que a Nação quer seguir já estarão indicados no pleito de amanhã. Depois de dezembro, quando a Nação tiver feito sua definitiva escolha entre a modernidade e o atraso, será a longa espera até março — a menos que, em sua sabedoria insondável, a Providência ilumine o presidente José Sarney para que antecipe o fim dessa dolorosa espera entre a inação e o futuro. Depois virão os poucos dias de estado de graça, e em seguida cada um de nós cobrará do presidente que elegeu, o atendimento das promessas feitas, o compromisso com as idéias que justificaram sua escolha.

O compromisso de cada um de nós, neste 15 de novembro, deve ser com idéias, não com indivíduos. A escolha, entre a modernidade e o atraso. O Brasil do futuro confia no discernimento do País do presente!

República, ato e fato civil

Nosso diretor-responsável resumiu em poucas palavras as tarefas que a todos nós esperamos nos próximos meses, possivelmente anos: "Temos sido espectadores e, frequentemente, protagonistas da História do Brasil. A Província de S. Paulo contribuiu para que a República democrática fosse proclamada. O Estado de S. Paulo está decidido a defendê-la pelos próximos séculos". É precisamente essa a missão que se impõe, neste 15 de novembro, quando depois de 29 anos os cidadãos são chamados a escolher o novo presidente do Brasil: defender a República contra seus inimigos!

Os que se recolherem hoje nas cabanas indevassáveis para assinalar o nome da sua preferência deverão saber que sua decisão será inegável influência no futuro do País, além de tornar mais fácil ou mais difícil a defesa das liberdades. Se a Razão às vezes prega suas peças aos homens — como lembrava com primor Raymond Aron —, nesta oportunidade ela está a apontar de maneira clara os caminhos a ser percorridos. Se porventura deles nos desviarmos, será difícil retornar ao ponto de partida e encetar de novo a marcha.

Tendo estampado em sua primeira página a frase simples e definitiva "Viva a República!", para saudar o futuro da Nação, os homens da Província de S. Paulo logo perceberam que a Razão lhes havia feito uma das suas. Na verdade, qualquer que fosse o juízo (sereno e imparcial, não o partisano do estilo de Ruy, o editoralista conspirador) que se fizesse sobre o gabinete Ouro Preto, sob seu governo as liberdades possíveis — as que existiam para aqueles que compunham o pequeno escol dos homens cultos que dirigi-ram o País (a elite que se fundara sobre a escravidão e que nas terras fluminenses, primeiro, na imensidão paulista, depois, sobre o trabalho livre) — sempre foram respeitadas pelo Poder. Com efeito, ao proclamar "Viva a República!", os homens da Província não eram capazes de antever, como de resto ninguém, que à queda do Império seguir-se-ia a ditadura militar, que se prolongou em meio a entreveros e guerra civil até 1894, quando um paulista, Prudente de Moraes, assumiu a Presidência e abriu os caminhos da conciliação que permitiriam à República de fato se consolidar — malgrado o interregno Hermes da Fonseca, quando de novo os seguidores do Florianismo tentaram transformar em algo irreconhecível o País republicano e civil. Batido nas urnas, apesar do apoio dos homens de O Estado, Ruy pôde marcar as profundas consequências da irrupção dos militares, já em 1887, na cena política do Brasil.

A ditadura de Deodoro e depois a de Floriano, cercada essa última pelo jacobinismo até hoje vivo em largos setores das Forças Armadas e do mundo civil, esse período difícil da nossa História não foi a República dos sonhos daquele punhado de brasileiros que imaginavam que a sucessão no trono, num Terceiro Reinado dirigido por uma mulher (esclarecida e patriota) casada com um príncipe estrangeiro (que se distinguira na Guerra do Paraguai), apenas reafirmaria o isolamento do Brasil no mundo latino-americano e em todo o Continente.

A República foi paulista, e só com Prudente de Moraes — e depois com Campos Salles e Rodrigues Alves — é que ela se afirmou. Não foi um regime popular (ou seria melhor dizer: ao gosto do povo), e muitas vezes afastou-se do cunho democrático que doutrinariamente a deveria ter marcado. Foi o produto possível, à época, do sonho de alguns poucos, que no grande debate nacional em torno da Abolição não souberam pôr-se de acordo, mas tiveram a sabedoria de unir-se em torno dos ideais políticos maiores. A esse punhado de civis separados pela questão escravagista — até que a Princesa Isabel cortasse o nó górdio da questão, precipitando o fim do Império — somaram-se alguns militares, "profissionais" e "políticos" (como depois sempre se dividiram). Sendo o partido mais forte e mais coeso (até pela disciplina profissional) os militares souberam impor-se no primeiro momento e bater os civis. Essa foi a peça da Razão. Sucede, porém, que por suas origens, e por sua essência, a República foi e é um compromisso, como a Política é a arte dos compromissos em torno das grandes idéias. Por isso, tendo perdido o poder para Deodoro e Floriano, os republicanos conseguiram impor ao Exército pelo menos a Federação. Quando a República se instalou com Prudente, ela continuou sendo o compromisso — e assim sempre foi, sendo parte dele o lento, mas progressivo avanço das conquistas sociais e políticas, alargando sempre e cada vez mais a participação popular na decisão sobre os destinos da Nação. Compromisso sempre difícil, porque às forças federativas, contrapunha-se o princípio centralizador e unitário das Forças Armadas; às correntes democráticas, o caudilhismo que a Federação necessariamente respeitara no Sul; ao escol culto, que pretendia continuar dirigindo os destinos do País, a brinde-se sempre mais àqueles que pela Escola tinham acesso à Cultura, opunha-se a imensa massa dos deserdados da fortuna e dos excluídos das luzes.

Cem anos depois da deposição do Imperador, a necessidade do compromisso impõe-se mais do que nunca sob pena de a Federação desaparecer e as conquistas democráticas duramente alcançadas não poderem ser consolidadas. Não é, esta, uma eleição como as outras: num certo sentido, era tão decisiva quanto o foi a de Júlio Prestes em 1930, ou a de 1950, entre Getúlio Vargas e o brigadeiro Eduardo Gomes, a qual deu o triunfo ao caudilho. Como no passado, São Paulo deverá dizer que tipo de República quer ver implantada no Brasil — e não vai bairrismo ou saudosismo em reconhecer que neste imenso *melting pot* de etnias e culturas, neste grande cadinho em que se fundem raças e projetos de vida, será jogado o destino do País. E a partir daqui que se deverá dizer que o Brasil quer a modernidade e deseja manter viva a chama da Federação, ou pretende optar pelo atraso e ceder ao unitarismo dos totalitários travestidos de democratas e populistas. E em São Paulo que se escolherá entre assegurar a permanência do estilo de vida herdado do escol culto, que fez a República depois da ditadura militar, ou ver o País submergir na aventura dos salvadores das massas, que foram criminosamente excluídas da Cultura não pelas elites paulistas, que fizeram a República, mas pelo populismo e pelo caudilhismo que empalmaram o Poder depois de 1930 e fecharam a economia ao influxo da tecnologia moderna.

Cem anos passados, são alguns poucos que se recordam de que a República foi ato e fato civil, com Prudente de Moraes. São igualmente poucos os que sabem que a República é compromisso e não imposição de uma visão do mundo à sociedade; é um Estado laico, pairando acima das igrejas, mesmo quando elas, ou parte delas, destruídas pelas forças do Averno, Intrometem-se na política porque perderam o contato com o mundo espiritual em que deveriam buscar a palavra de Deus para orientar as potências. Os que têm presentes essas verdades são poucos; mas é de seu trabalho catequético que se construirá, a partir do voto de hoje, 15 de novembro, o centenário da Proclamação da República, a consciência de que a República é civil e só sobreviverá se continuar civil, democrática, e paulista, neste sentido de que São Paulo é a modernidade, que deve tratar-se pelo Brasil para que possamos adentrar os portais do mundo novo que se abre lá fora aos ousados, aos audazes e aos que não renegaram a aventura humana da civilização ocidental, que é a Razão feita História da Liberdade!

Região de São Paulo - Faculdade de Direito

Primeiras lições do pleito

É ainda cedo para retirar conclusões de grande fôlego sobre o pleito de ontem. Esse fato não impede registrar que a assim chamada "abstinência eleitoral" destes 29 anos não encontrou o povo brasileiro despreparado para o exercício do voto. Seria o caso de dizer que a ordem que se constatou ao longo do dia, mesmo naquelas seções eleitorais em que as filhas foram maiores e inesperadas, resulta do fato de o processo eleitoral não ter sido totalmente interrompido nestas três décadas, e sobretudo a circunstância de o povo, desde as memoráveis eleições para senador, em 1974, ter aprendido que a sua arma é o voto. Empunhou-a e soube depositá-la nas urnas, consagrando a sua vontade.

A segunda lição que se pode tirar do pleito, enquanto os primeiros resultados alimentam ilusões, é que as pesquisas de "boca-de-urna" apenas confirmam um quadro eleitoral que se vinha registrando com frequência até certo ponto cansativa: um preferido distanciando-se dos demais e dois outros candidatos disputando o segundo lugar. Desse ponto de vista, pode afirmar-se que a eleição foi importante não para saber se as urnas confirmavam a escolha preferencial do sr. Fernando Collor de Mello, mas para definir quem o acompanhará no segundo turno, o sr. Leonel Brizola, ou o sr. Luís Inácio Lula da Silva. Até certo ponto, e apesar de todos sabemos que o PT se constituiu de fato num partido — ainda que abrangendo diversos setores dentro de sua organização —, o pleito confirmou o que as pesquisas feitas até o dia 14 permitiam ver: não se votava em partidos, mas em líderes políticos. Essa observação é importante, tendo-se em vista a experiência nova do segundo turno,

em que possivelmente as alianças políticas possam funcionar no âmbito de cúpula, de distribuição de ministérios e cargos, mas com certeza não em termos de transferência de votos.

Consequência dessas observações, a terceira lição é que o eleitor médio — se é que existe esse tipo de cidadão — não se deixou influenciar pela propaganda a ponto de mudar seu voto. O que se pôde observar das pesquisas de "boca-de-urna" é que o processo eleitoral serviu para confirmar eleitores em escolhas previamente feitas, para fazer que os que se desiludiam desse ou daquele candidato voltassem a preferi-lo, e para que poucos, muito poucos, mudassem radicalmente de posição. Este é fenômeno que se deveria analisar com atenção, à vista do segundo turno: apesar do que digam as pesquisas de intenção de voto, a escolha do eleitor-cidadão é feita com boa antecedência, por critérios nem sempre apreensíveis por uma parafernália estatística refinadíssima. A alma do cidadão-eleitor, se esse raciocínio é correto, ainda é imperscrutável, embora se possa dizer que ele vota *racionalmente*, o difícil sendo estabelecer quais os valores políticos, éticos e econômicos a que refere sua ação de votar.

Se foi assim, os debates influíram pouco, ainda que tenham, em certos momentos, dado a impressão de que serviam para mudar as posições relativas de uns e outros. Na verdade, as escolhas estavam feitas com antecedência — e a disputa do segundo lugar, à primeira vista entre os srs. Brizola e Lula, assinala para o fato de que a ascensão do sr. Mário Covas pode ter sido fenômeno limitado. Logo se saberá.

Os comícios, por outro lado, voltaram a ter importância — tanto assim que, nos programas gratuitos, muitos candidatos fizeram questão de exibi-los como prova de apoio popular. Que de fato foram, como de resto sempre tinham sido; apoio dos que já se tinham definido e julgavam necessário comunicar aos demais, pelo ato de presença, que seu candidato tinha presépio.

É cedo para tirar as lições políticas do pleito, mesmo porque os resultados ainda não permitem reflexões mais aprofundadas, especialmente estando indefinido, neste momento, o segundo lugar. A partir de amanhã, com certeza, clareado o quadro eleitoral, será possível refletir sobre o que se passou e o que virá. A experiência do segundo turno é nova no Brasil; os partidos não existem e os líderes ainda têm real importância política. Esses dados objetivos deverão inspirar raciocínios, análises, tomadas de posição. Fundamentalmente, porém, eles deverão ter por base aquilo que já dissemos em outro editorial, quando houve receio do que pudesse resultar das eleições: a Constituição, por defelto que tenha, impede que o presidente governe sem o apoio do Congresso e sem o respaldo do Judiciário. Isso por um lado. Por outro, dá aos Poderes do Estado, independentemente, uma autoridade sobre as Forças Armadas que nenhuma Constituição lhes havia conferido.

O importante, pois, é ter presente que o futuro está balizado pela Constituição. O resto é buscar descobrir como o eleito vai se posicionar a partir do momento em que as opções puderem ser feitas, de fato.

O "efeito Erundina"

O resultado oficial e final das eleições em São Paulo não alterará um fato, da maior relevância política para quantos se preocupam em compor o quadro de alianças para o segundo turno. Queiram ou não — as que pretendem falar em nome do povo, mas não aceitam seu veredicto, o sr. Luiz Inácio Lula da Silva não obteve no Estado, e muito menos na Capital, o número de sufrágios que muitos dos seus partidários esperavam tendo em vista sua postura contra os "burgueses", contra a Justiça "deles" e contra as Forças Armadas. Sua votação será expressiva, sem dúvida alguma; nunca chegará, porém, aos números com que o partido deve ter sonhado.

São várias as razões que justificam a estranheza por essa pequena votação do PT em São Paulo (porcentualmente falando): uma, é que Lula era candidato que falava a linguagem que se supõe ser de agrado dos trabalhadores, no Estado mais industrializado da Federação; outra, é que foi candidato que contou com o apoio ostensivo de alguns bispos católicos e de inúmeros sacerdotes ligados às Comunidades Eclesiais de Base; a terceira, finalmente, é que sempre pretendeu ser o candidato da mudança, da participação, da chegada dos humildes ao poder. Quando essas condições coexistem o produzem resultado aquém do esperado, é sinal de que há algo errado na estratégia do candidato — jamais no mundo que o cerca, como alguns intelectuais poderiam imaginar.

A votação do candidato petista foi significativa no ABC; nada mais natural, considerando que desde 1978/79 a região vem sendo palco de ação concertada do PT, da CUT, da Igreja e das CEBs. Depois de 10 anos de pregação, agitação, propaganda e

contrapropaganda, é normal que o candidato que projetou a região no Brasil e no mundo tenha tido expressiva votação na área. — O regionalismo, em certo sentido, funcionou ali também. A estratégia do partido provou ser errada no resto do Estado e na Capital — isso porque sua direção desconheceu alguns fatores que influem no comportamento eleitoral, ainda que demorem a manifestar-se.

Em primeiro lugar, por ser o Estado mais industrializado da Federação, São Paulo é também o mais rico, aquele em que a primeira vista se pode dizer que a renda está mais bem distribuída. Decorre daí, e as eleições provam isso, que o eleitorado não aceita a pregação contra os "burgueses"; nem contra a Justiça "deles". O eleitorado paulista, falando genericamente, já se incorporou à sociedade moderna e sabe distinguir o discurso radical de uma esquerda defunta daquilo que cada cidadão, individualmente, sabe que pode alcançar numa sociedade em que prevaleça a livre iniciativa e a empresa privada. Nesse sentido, o eleitorado paulista "aburguesou-se".

Cabe ver, depois, que estando integrado no sistema conduzido pela livre empresa, o eleitorado teve discernimento suficiente para reconhecer que, no ano passado, ao dar seu voto à sra. Luiza Erundina, manifestou seu descontentamento com o descaço com que os poderes públicos o tratavam, e não sua aprovação à mensagem subversiva do PT. Reconhecido esse fato, o povo votou de novo contra quem simbolizava o Poder Público. Ora, em São Paulo, Campinas e Santos, é o PT quem encarna o Poder. Não só encarna como é a prova palpável do malogro administrativo de

um partido imaturo, da falta de quadros para administrar uma cidade, do destemeresse soberbo pela solução dos problemas que não passe pelo receituário, morto e apesar disso insepuído, de um socialismo fora de moda.

Aquilo que os membros da facção do sr. Luiz Inácio Lula da Silva temiam acontecesse, deu-se: a administração petista em São Paulo, Campinas, Santos e Porto Alegre demonstrou que o PT, por suas facções mais radicalizadas, não sabe governar. O raciocínio do eleitorado foi simples: se o PT não sabe governar uma capital, por que sufragar seu chefe? O povo é sábio, apesar do que digam os membros da "Articulação" e de quantos grupos anticonstitucionais existam no PT. O "efeito Erundina" — se assim se pode dizer — associado ao discernimento do eleitorado, provou suficientemente que o PT, num regime democrático em que suas administrações estejam sob o controle da Imprensa e da opinião pública, mostra a verdadeira face de sua incapacidade. Quem se recorda de que esse partido chegou a governar Fortaleza? Só os habitantes da cidade, que sofreram com a administração da sra. Maria Luiza Fontenelle. Mais ninguém.

Não tendo conseguido classificar-se em segundo lugar na Capital de São Paulo e no Estado, nem sendo vitorioso nas capitais que diz administrar, o PT demonstrou que ainda necessita fazer uma longa peregrinação, despidendo-se do orgulho e da empáfia, que caracterizam seus quadros dirigentes e governativos, se pretende disputar cargos nacionais de relevo. O "efeito Erundina" deve servir de lição para os políticos de todo o Brasil.

A legitimação popular do TSE

A Nação necessita mais do que nunca precaver-se contra aqueles que não crêem na vontade popular e na isenção com que as instituições da Justiça Eleitoral processam os resultados das urnas. Os que chegaram recentemente à condição de eleitor devem saber que a Justiça Eleitoral é criação de uma revolução popular; foi instituída depois da Revolução de 1930 para garantir a lisura dos pleitos e evitar que as oligarquias regionais, ou os presidentes da República, que dominavam o Congresso, impedissem que as oposições chegassem à Câmara ou ao Senado. Antes de 1930, não era a Justiça Eleitoral que proclamava os resultados: era a Câmara que conferia aos que convinha ao poder de turno o diploma para ascender ao Congresso.

A vontade popular impôs-se depois de 1930 — e foi a Justiça Eleitoral, é conveniente lembrar, que proclamou a vitória de Getúlio Vargas, em 1950, a de Juscelino Kubitschek, em 1955, e a de Jânio Quadros, em 1960. Criada pelo impulso de uma revolução popular, como foi a de 30, a Justiça Eleitoral não tem por que razão submeter-se a interesses menores. E mais: a composição dos Tribunais Regionais e do Tribunal Superior Eleitoral, por si só, afastaria a possibilidade de articulação conspirativa de que a acusam os que não se conformam com o resultado da vontade popular expressa nas urnas.

Esse é o fato histórico. Para não dizer a verdade política e histórica. Outra coisa é a realidade administrativa. Na verdade, são as exigências de ordem administrativa que explicam o fato de a morosidade com que o Tribunal Superior Eleitoral comunica os resultados oficiais ao público não corresponder à expectativa ou espera, nem acompanhar a velocidade com que os meios de comunicação, especialmente a mídia eletrônica, informam o público. Desse ponto de vista, também, é conveniente lembrar que em todas as eleições, desde 1945, sempre houve essa defasagem entre os resultados comunicados pelos meios de comunicação e aqueles consagrados pelo TSE.

Sempre, sem que houvesse uma eleição para desmentir a afirmação, os meios de comunicação transmitiram ao público

os resultados finais de qualquer pleito antes da Justiça Eleitoral. Houve mesmo o caso de o resultado do plebiscito de 1963, o que decidiu a volta ao Presidencialismo, só ter sido divulgado pelo Tribunal muitos e muitos dias depois de a imprensa haver revelado a decisão das urnas. À época, ninguém imaginou dizer que o atraso na divulgação dos resultados oficiais fosse resultado de conjura sinistra contra o sr. João Goulart, ou que um ou outro meio de comunicação tivesse obtido favores especiais da Justiça Eleitoral para acompanhar as apurações. Jamais, desde 1945, pôs-se em dúvida a lisura dos resultados proclamados pela Justiça Eleitoral — e não é porque em 1982, uma conjura de elementos ligados à tristemente célebre Comunidade de Informações levou a que se tentasse fraudar o resultado da eleição para governador no Rio de Janeiro, que se atribuirá um atraso técnico do TSE a manobras políticas mal intencionadas.

O Tribunal Superior Eleitoral coloca-se acima de qualquer suspeita antes de mais nada pelo fato de haver demonstrado não aceitar, contra a lei, uma brincadeira de mau gosto contra a democracia e, especialmente, contra os candidatos em campanha. Todos os candidatos louvaram a isenção com que se houve a Justiça Eleitoral ao rejeitar o registro da candidatura do sr. Silyto Santos. Por que, agora, tentar envolvê-la em conspirações, pela demora em divulgar os resultados? Os que militamos na profissão há anos, sabemos que a imprensa sempre leva vantagem técnica sobre a Justiça Eleitoral nas apurações. É uma questão aritmética, por um lado, e jurídico-política, por outro.

Enquanto cada juiz responsável por uma Junta Apuradora deve, por dever de ofício, inspecionar a transcrição do resultado de cada urna nos mapas, antes de enviá-los ao TRE que se encarregará de encaminhar os totais a Brasília, a única preocupação do repórter que apanha a cópia do mapa feito pela Junta Apuradora é transmitir os dados para sua central de apuração. Se houver erro na transmissão, se tiver havido engano numa anotação feita pela Junta, não existe responsabilidade jurídico-política de quem divulga a informação. No caso da Justiça Eleitoral

é o contrário — urnas mal apuradas ensejam recursos, que podem sustar a proclamação do resultado de uma eleição. A opinião pública necessita estar informada desses meandros para não se deixar enleiar pelos pescadores de águas turvas.

Não queremos dizer com isso que o TSE não tenha frustrado a opinião pública pela morosidade dos trabalhos. Frustrou, por motivos técnicos, ou então de organização interna. O que não se deve esquecer, porém, quando se faz esse juízo severo — e o fazemos — é que é a primeira vez em 29 anos que a Justiça Eleitoral se defronta com desafio dessa natureza. Pelo desejo de não fornecer motivos a contestações maliciosas, preferiu demorar a informar errado. Informando certo, o TSE deu margem a que contra ele se voltassem as iras de quantos não sabem, ou fazem por não saber, que os meios de comunicação, pela própria estrutura de sua organização privada, são mais ágeis que a burocracia oficial.

Ora, essa ira tem intenções políticas e poderíamos dizer subversivas. Ao colocar em dúvida a lisura do processo de apuração, contesta-se o resultado final das eleições. Ao assim proceder, cria-se o clima para investir contra a Constituição, as leis e a democracia. Nesse jogo, de cartas marcadas, bancado por quem não se conforma em ser derrotado, o povo não pode entrar. O ideal, dado o clima que se está criando, seria que o segundo colocado no primeiro turno tivesse mais de um milhão de votos sobre o terceiro para que não parrassem dúvidas de espécie alguma. Na verdade, porém, qualquer que seja o resultado, deve ser acatado pelos que foram derrotados — ou por acaso a democracia só existe quando os nossos candidatos ganham por grande margem de votos?

Defender a Justiça Eleitoral nesta quadra é defender o processo democrático e colocar de lado os provocadores e os pescadores de águas turvas. A democracia paira altaneira acima de nossas intenções de votos, e de nossas preferências ideológicas. A democracia se espelha, neste difícil momento histórico, no respeito à Justiça Eleitoral, que tem a legitimidade a manifestação popular revolucionária desde 1930.

Recados nas urnas

O terceiro maior eleitorado do mundo depositou nas urnas, juntamente com 80 milhões de votos e suas mais caras esperanças, uma série de recados à elite política dirigente brasileira e tais mensagens já podem ser úteis na campanha para o segundo turno, que se iniciará brevemente. O melhor que os dois disputantes da eleição de 17 de dezembro, que estão emergindo agora das urnas de 15 de novembro, e os outros, soterrados por uma espetacular avalanche de votos, devem fazer é, em primeiro lugar, respeitar a vontade popular e, depois, levar em conta cada um desses recados.

A principal mensagem da mais importante eleição da História da centenária República brasileira já se prenunciava desde maio, mas renitentes analistas políticos pareciam surdos aos ruídos de sua evidência. A sociedade brasileira soterrou sob sua vontade, livre e soberanamente expressa nas urnas, o quadro partidário frágil e artificial com que os políticos profissionais tentaram, durante quase uma década, escamotear a crise de representação que tem assolado a vida institucional brasileira. O PMDB e o PFL, signatários da Aliança Democrática Instauradora da Nova República, viram suas máquinas, inchadas, enferrujadas e viciadas, ser paralisadas pela força majoritária do desejo mudancista da sociedade.

Esse recado já tinha sido dado nas eleições municipais de 1988, mas os políticos taparam os ouvidos com cera e se imobilizaram em suas posições, como os marinheiros de Ulisses tentaram evitar a audição do canto das sereias, em seu périplo mitológico. A mensagem, nas grandes cidades (caso específico de São Paulo, para dar um exemplo), emitiu sons fortes e não deixou dúvidas, mas, ainda assim, os políticos tentaram se iludir e enganar seus eleitores apresentando evidências estatísticas de votações naquelas regiões que Tancredo Neves batizava de grotões, nas quais os grandes partidos ainda davam tímidos sinais de vida. Este ano, até os grotões abandonaram os dois partidos à sua própria sorte e resolveram entrar na onda da mudança, tornando a lição mais

barulhenta e acachapante, e a prova da cera mais eficiente. Do PMDB e do PFL não restaram, nestas eleições, nem sequer ruínas.

Ao consagrar, com uma votação espetacular, o candidato do PRN, um partido praticamente fictício, Fernando Collor de Mello, cuja única qualificação notória na administração é ter governado um dos menores e mais pobres Estados do Brasil, Alagoas, a população mandou outro ruidoso sinal aos políticos: deixou claro não se dispôr a permitir a sedução das propostas apresentadas por intermediários, que prometem paraísos e terminam atendendo apenas a interesses específicos de grupos ou indivíduos. Durante sete meses, o eleitorado brasileiro ignorou, altivamente, todas as tentativas de transformar o candidato por ele escolhido para virar o quadro de pernas para o ar, numa espécie de anjo decaído. Exposto à chuva e à tempestade, o favorito do eleitor humilde e anônimo mostrou fôlego impressionante e enorme capacidade de reduzir a pó inúmeros argumentos falsamente brilhantes.

Isso quer dizer que esse mesmo cidadão, indignado com a forma como a elite política administra seus interesses coletivos, não está disposto a engolir conchavos de última hora, no segundo turno. A lógica prevalecente na apuração dos votos do primeiro turno indica que de muito pouco adiantará o apoio de candidatos derrotados, teoricamente líderes de correntes políticas significativas, a um ou outro concorrente. O eleitor brasileiro tomou em suas próprias mãos o destino da eleição e vai ser muito difícil devolvê-lo à chamada classe política, até por ele não ter abandonado a convicção de que as mãos dela nunca foram limpas.

A mesma evidência, que pode ser lida na soma dos resultados das 250 mil urnas abertas em todo o Brasil, esclarece, definitivamente, que, seja qual for o adversário de Fernando Collor no segundo turno, Lula ou Brizola, não haverá a tão propalada radicalização da campanha por causa de uma bipolarização entre esquerda e direita. Os arautos dessa

profecia apocalíptica se encontram entre os mesmos que previam a derrocada da candidatura do PRN, acusada de ser apenas um balão de ensaio inflado pelos gases da mídia eletrônica e desprovido de conteúdo político. Trata-se de apenas uma bobagem a mais que adquiriu a falsa aparência de saber científico indiscutível pela repetição pertinaz e dirigida.

Os resultados parciais da apuração do primeiro turno apontam para rumos que esses analistas, construtores de altares de verdade definitiva, usando a pedra de suas idiosincrasias mesquinhas, jamais seriam capazes de imaginar. A dianteira de Brizola no Rio Grande do Sul e no Rio, e de Lula em Pernambuco, e a boa votação de Paulo Maluf e Mário Covas em São Paulo, não repetidas no resto do País, demonstram, certamente, o caráter mais regionalista do que ideológico do voto. Não há razão lógica para um eleitor pernambucano, que apostou em seu conterrâneo no primeiro turno, encontrar o mesmo motivo para se definir pelo ex-governador Brizola, no segundo, caso se encontre ante essa perspectiva. Da mesma forma, milhares de gaúchos se sentirão desobrigados de eleger o candidato apontado por seu patriota, uma vez que com ele certamente não terão a mesma identidade atávica, na hipótese de chegar Lula, e não o caudilho dos Pampas ao turno decisivo.

O segundo turno — conquista civilizada e civilizadora do processo de construção do regime democrático brasileiro — vai exigir dos dois finalistas novo contato direto com o eleitor, que não parece mais disposto a abrir mão de seu recém-adquirido poder de decisão em nome de fidelidades ideológicas ou suspeitas malévolas. Mais do que os apressados analistas de plantão, o cidadão brasileiro está preparado para tomar a atitude que considerar mais adequada, neste momento grave, sem exigir intolerantes atestados de fé ideológica nem levar em conta abissos assacadas pela maledicência militante. Resta aos candidatos que disputarem o turno final provar estarem à altura de tal decisão, prestando atenção aos recados dados nas urnas e sabendolhes dar respostas adequadas.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho — Conselho Editorial: Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo, Janio de Freitas e Otavio Frias Filho (secretário)

Hora de definições

Os números da pesquisa publicada hoje pela Folha parecem indicar um discreto aumento das incertezas quanto ao resultado do segundo turno: o pequeno avanço da candidatura Covas, agora com 11%, não exclui, embora esteja longe de mostrar-se decisivo a tão poucos dias do pleito, a possibilidade de que dispute o segundo lugar com Lula e Brizola. Tem-se uma situação em que o chamado "voto útil" não se revela suficiente para concentrar, por enquanto, as preferências do eleitorado numa candidatura específica.

São movimentos de todo modo muito sutis, oscilando na margem de erro estatístico. Não deixam de confirmar, entretanto, um efeito que a determinada altura da campanha parecia distanciar-se das expectativas gerais: o de que, numa eleição em dois turnos, a propensão para o voto útil fosse substituída pela manifestação imediata, não-estratégica, das preferências de cada eleitor. As diferenças entre o eleitorado de Covas, o de Brizola e o de Lula, assim como aquelas que separam o de Collor do de Afif ou de Maluf, persistem desse modo, fazendo crer que apenas no segundo turno uma composição mais ampla venha a se produzir.

É importante notar que, embora haja uma visível tendência de polarização no segundo turno entre "direita" e "esquerda", ou entre "conservadores" e "progressistas", a crise brasileira terá de ser resolvida de forma negociada e consensual. Evidentemente, podem dirigir-se para estratégias e interesses distintos; o âmbito das preferências e dos objetivos particulares não pode sobrepujar, con-

tudo, a verdadeira tarefa de recuperação econômica que se impõe, para o país em seu conjunto. Implicará sacrifícios, e concepções diferentes quanto ao modo de distribuí-los. A campanha sucessória tem se esquivado, como é notório, a tratar desta questão em profundidade. O segundo turno exacerbará uma polarização que já se esboça. As ações de governo, entretanto, exigirão espírito sereno e credibilidade não só de quem o assumir, mas de todas as forças envolvidas no processo — vitoriosas ou derrotadas; a democracia implica uma concepção de co-responsabilidade entre o Executivo e a sociedade pelos destinos do país — atitude que, depois de 30 anos de governos sem legitimidade popular, é de difícil, mas imprescindível consolidação.

Num momento em que o interesse pelo pleito e pelas pesquisas eleitorais cresce notavelmente, merece ser apontada de passagem a preocupação que recente iniciativa do TSE suscita. O risco de que as pesquisas de boca-de-urna sejam prejudicadas, pelos entraves ao contato com os eleitores, surge de maneira nítida, contrastando com a atitude de flexibilidade que a Justiça Eleitoral tem protagonizado nesta campanha. A aguda necessidade de informação, de acesso pleno aos levantamentos eleitorais, que toma parcelas sem dúvida majoritárias da população brasileira, terá de ser atendida; o fortalecimento da democracia, o interesse do eleitor, a transparência no fluxo das informações recomendam enfaticamente que a realização de pesquisas se dê sem dificuldades neste momento.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otávio Frias Filho — Conselho Editorial: Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macado, Carlos Alberto Longo, Janio de Freitas e Otávio Frias Filho (secretário)

Biblioteca Universitária
UFSC

A eleição e a economia

A inflação avança inexoravelmente para o patamar de 40% ao mês. Ultrapassou a marca de 20% em junho último e levou três meses para chegar a 30% ao mês. Novamente no prazo de três meses, o Índice de Preços ao Consumidor deverá ganhar mais dez pontos percentuais.

O governo já ajustou suas previsões para esse novo patamar ao apontar para 39% de inflação por meio da variação dos BTN's fiscais. Outros indicadores — como o IGP da Fundação Getúlio Vargas e a taxa de variação de custo de vida do paulistano computada pela Fipe — confirmam que em novembro a inflação oficial poderá se aproximar de 40% mensais — ou seja, 5.500% anuais.

Há, contudo, fatores que ameaçam precipitar uma nova e mais acelerada escalada inflacionária. O câmbio é um desses novos focos de pressões inflacionárias em potencial. As estimativas acerca da atual valorização do cruzado novo variam de 15% até 40%. Assim, no caso de se tornar inevitável uma maxidesvalorização da moeda nacional frente ao dólar, estarão criadas pressões de custos por meio da prevalente elevação nos preços dos produtos importados. Como a pauta de importações do Brasil é hoje quase que integralmente composta por produtos intermediários, equipamentos e petróleo, é certo que o impacto na taxa de aumento dos preços seria significativo.

Há que atentar ainda para o fato de que hoje a expectativa acerca da inflação futura é um dos mais importantes componentes das taxas de elevação de preços. Não se trata apenas de aumentar preços numa tentativa de acompanhar a inflação verificada em períodos anteriores. Com a aceleração inflacionária, as remarcações passaram a

ser preventivas e baseadas primordialmente na taxa de inflação esperada para os períodos seguintes.

Com isso, variáveis políticas tornaram-se importantes no sentido de permitir a reversão ou o exacerbatamento das expectativas de inflação. Os resultados eleitorais tornam-se fundamentais para determinar o comportamento dos agentes econômicos nos próximos meses. As posições que assumirem ou deixarem de assumir os candidatos a presidente, na reta final do processo sucessório, em torno de temas como a edição de um novo congelamento de preços ou do tipo de tratamento a ser dado à questão das dívidas interna e externa, poderão influenciar decisivamente a evolução das tendências da economia brasileira.

É de esperar que no período que antecede ao segundo turno das eleições presidenciais os dois correntes apresentem à população um conjunto coerente de propostas de estabilização da economia. Apenas assim se tornará possível evitar que as expectativas se precipitem e se exacerbem, causando um processo de desestabilização crescente do atual quadro econômico. Acima de tudo parece que a maior ameaça de uma crise hiperinflacionária se encontra no desencontro de informações, num pessimismo sem embasamento na realidade e em preconceitos doutrinários. O melhor caminho para uma transição não-traumática é a ampla discussão das propostas econômicas dos candidatos. O que se espera é que ela possa ser conduzida de forma madura, responsável e livre das perturbações que marcaram o primeiro turno das atuais eleições. Somente assim tornar-se-á possível aguardar a nova administração dentro de um quadro econômico minimamente sob controle.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil * * *

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Director de Redação: Otavio Frias Filho — Conselho Editorial: Luiz Alberto Eschmann, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo, Janio de Freitas e Otavio Frias Filho (secretário)

Duelo de personalidades

Marcado nitidamente por entrevistos pessoais, o último debate entre candidatos à Presidência reflete a situação de imprevisibilidade — e de consequente desespero — que cerca a disputa por uma vaga no segundo turno. Seria difícil esperar que o tom predominante na campanha — a ausência de discussões concretas sobre a crise brasileira — viesse a sofrer alteração nestes instantes finais. Teve-se, sobretudo, o entrecchoque de diferentes personalidades políticas, e não de idéias ou programas. Essa constatação não equivale a dizer, contudo, que o debate foi absolutamente vazio em termos ideológicos. Ao contrário, a divisão entre os blocos de esquerda e direita nesta campanha se mostrou mais clara do que nunca, fazendo prefigurar, no segundo turno, uma clivagem bastante reconhecível entre tendências doutrinárias opostas.

Um fenômeno interessante pode ser notado a esse respeito. É inegável que o ponto de referência básico nessa divisão, abordado aliás por diversos candidatos, se dá em torno do comportamento passado de cada postulante — se apoiou ou não o regime militar. Mais do que o diagnóstico, é nesse comprometimento que se delineiam os campos em disputa. Trata-se de uma questão de grande importância, certamente, pelo que significou para a história política do país; os erros, os abusos, a irracionalidade do sistema autoritário evidenciaram-se à sociedade para a opinião pública. Exatamente por essa razão, entretanto, caberia discutir até que ponto essa delimitação ideológica corresponde com clareza às propostas e exigências

que se colocam para o futuro da sociedade brasileira. A medida que a democracia se vai consolidando, o repúdio a formas de comportamento autoritário e a atitudes que compactuaram com o modelo anterior continua, sem dúvida, necessário do ponto de vista político e mesmo pedagógico — representa a reafirmação constante de um princípio democrático que não pode ser abandonado de forma nenhuma. Mas os problemas da economia e da sociedade brasileira vão muito além das opiniões retrospectivas que se possam ter a respeito do regime. Foi o próprio autoritarismo que consolidou, por exemplo, um modelo de intervenção estatal que seus antigos adversários agora defendem; o governo Sarney, por seu lado, diluiu em novos e particulares defeitos as distorções que se firmaram durante aqueles anos. Estratégias consistentes contra a miséria e a inflação exigem bem mais, portanto, do que a crítica às multinacionais ou ao sistema bancário, assim como, de outro ponto de vista, à corrupção ou aos "marajás". Medidas imediatas e programas de longo prazo terão de ser delineados com extremo vigor e coragem; esta discussão, contudo, não foi levada a cabo na campanha sucessória. As opções ideológicas, as simpatias e as condenações que se voltam para este ou aquele candidato têm, é claro, razão de ser; o debate de domingo mais uma vez as reavivou. Quanto ao que terão, na prática, de fazer para superar as atuais dificuldades do país, continua-se, na véspera das eleições, num estado de consternadora e angustiante incerteza.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil * * *

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redações: Otavio Frias Filho — Conselho Editorial: Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo, Janio de Freitas e Otavio Frias Filho (secretário)

Hora da decisão

Um balanço abrangente da campanha eleitoral e das propostas dos diversos candidatos permite, sem dúvida, a constatação de um paradoxo. Postulações que recobrem, de maneira mais ampla, todo o espectro ideológico da sociedade brasileira se lançaram na disputa. De Caiado e Maluf a Lula e Brizola, não há corrente de opinião que não esteja representada, através de seus nomes mais significativos. Ao mesmo tempo, uma indiferenciação, uma dissolução geral de programas e propostas se faz sentir. Ataques pessoais, algumas cenas de violência, promessas vazias de redenção nacional predominaram sobre o exame das questões econômicas e sociais que a realidade concreta da crise brasileira impõe com máxima agudeza.

O imperativo de extirpar a miséria constou do discurso de todos os candidatos; parecem inconsistentes e longínquas, entretanto, as idéias que apresentaram sobre como enfrentar esse problema. A escalada inflacionária assumiu, durante toda a campanha, um ritmo nunca antes igualado na história do país. Não houve nenhuma clareza quanto aos procedimentos necessários para enfrentá-la. A falência do poder público motivou frases altissonantes em favor da moralização administrativa, da mudança de procedimentos no que diz respeito aos gastos estatais; despertou uma polêmica, incipiente e insatisfatória, em torno da privatização. Nada de nítido, nada de profícuo, resultou de todo o entrecchoque.

O percurso da disputa eleitoral pode ter sido insuficiente, decepcionante até, no que diz respeito a uma discussão mais ampla dos problemas do país. A democracia brasileira ainda vive um estágio incipiente. O segundo turno reser-

va, provavelmente, amplas recomposições de forças, decisões ainda mais difíceis.

Sabe-se, entretanto, pelo convívio com diferentes práticas políticas, diferentes atitudes diante dos acontecimentos da história mais recente do país, o que significa cada candidatura; qual seu público preferencial, quais as bandeiras de que se cerca. Quanto a esse aspecto, não será difícil ao eleitor, apesar de todas as incertezas, de todas as desconfianças perante esta ou aquela postulação, escolher a que mais se identifica com as suas próprias tendências ideológicas. Mesmo assim, é bastante generalizada a opinião de que nunca, como agora, foi tão complexa a decisão eleitoral. Talvez seja este um fato positivo. Pois nunca, como agora, o ato de votar se revestiu de consequências tão profundas — escolhe-se o futuro presidente da República.

Esta Folha, que durante a campanha procurou exercer com máximo rigor seu dever de apartidarismo e de vigilância crítica, reitera mais uma vez seu compromisso, sem dúvida dos mais difíceis, dos mais capazes de levar a mal-entendidos e a acusações de múltipla origem, de não apoiar nenhum candidato. Seu objetivo, durante esta campanha — como durante qualquer outra —, será sempre o de oferecer ao eleitor o máximo de informações, de pontos de vista divergentes, de abordagens críticas sobre todo e qualquer candidato. Hoje, conquista-se um direito fundamental do cidadão brasileiro. É sua, enfim, a prerrogativa de decidir. E a democracia, em meio a todas as incertezas e precariedades, com os erros, os acertos, as decepções e as surpresas que venham a ocorrer, só assim se fortalece.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil * * *

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redações: Otavio Frias Filho — **Conselho Editorial:** Luiz Alberto Bahia, Rogério Cazar de Carqueira Leite, Otavido Parola, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo, Jairo de Freitas e Otavio Frias Filho (secretário)

Plena democracia

O resultado das eleições de ontem, com os candidatos Fernando Collor de Mello, do PRN, e Luis Inácio Lula da Silva, do PT, passando para o segundo turno, manifesta um repúdio intenso a todo o esquema político que deu sustentação ao governo Sarney. Vinte e nove anos depois das últimas eleições presidenciais, não só a herança e as personagens do regime autoritário foram condenadas pela população, mas também os protagonistas daquilo que se convencionou chamar de "Nova República". A expectativa de que se abra uma outra etapa na política brasileira foi claramente expressa pelo eleitorado: se Lula é uma figura que surgiu já há dez anos no cenário brasileiro, não menos claro é seu distanciamento em face a todo o "establishment" econômico e político; se Collor já participou de partidos como o PMDB e o PDS, e já foi governador de Alagoas, não menos claro é o fato de que surgiu como "uma novidade surpreendente no plano federal.

É especialmente positiva a demonstração de serenidade e de espírito de convivência democrática com que o eleitorado fez acompanhar essa condenação ao atual quadro político. O pleito desenvolveu-se num clima de calma e de satisfação; nada poderia ser mais adequado ao reencontro definitivo do país com a democracia.

Verifica-se, ademais, a sabedoria do sistema de dois turnos. Não tivesse sido adotado na Carta de 88, o primeiro colocado nestas eleições teria contra si a oposição de aproximadamente dois terços do eleitorado — e seria naturalmente difícil governar com tão reduzida margem de sustentação popular. A eleição em dois turnos acentua, por outro lado, a importância de que o ambiente de tranquilidade hoje registrado se mantenha nesta nova fase da campanha. A disputa entre os dois candidatos, e das forças políticas que vierem a arregimentar atrás de si, será certamente acirrada — trata-se de um pressuposto da democracia. Mas esta é, por excelência, a forma civilizada da resolução de qualquer conflito de opiniões; o repúdio à turbulência e o empenho pelo ingresso do país na plenitude democrática foram, mais uma vez, manifestados inequivocamente pela população.

O que significará, na prática, o governo de quem vencer no segundo turno? Será, antes de tudo, depositário da confiança, das expectativas e do apoio da maioria dos brasileiros. Eis o fato fundamental que será preciso ter em vista, acima das polarizações ideológicas e das diversidades de opi-

nião que devem compor a campanha sucessória a partir deste momento. Conquistar esse apoio, essa credibilidade, exigirá dos candidatos uma abertura de espírito, uma sensibilidade política e uma consistência programática bem maiores do que as que manifestaram até aqui. A disputa no segundo turno é, na verdade, como que um exercício prévio para as dificuldades inerentes à tarefa de governar o Brasil. Recairá sobre Fernando Collor de Mello ou sobre Luis Inácio Lula da Silva o peso deste desafio. A partir da posse do futuro presidente, opções administrativas e econômicas incontornáveis terão de ser tomadas; sacrifícios terão de ser repartidos; o governo terá de fazer-se dentro dos limites da Constituição e daqueles impostos pelo jogo das forças políticas, dentro e fora do Congresso Nacional. Será Collor ou Lula capaz de corresponder a essas exigências? Terá todo o tempo de seu mandato para elucidar a questão.

O futuro-presidente não será, entretanto, um solitário governante no Planalto. Representará a vontade democrática da maioria dos brasileiros. Será ao mesmo tempo um instrumento para realizar reformas e mudanças e o principal interlocutor político entre o Estado e as forças sociais e partidárias do país. Só as eleições diretas, ao conduzir para o governo um dos dois candidatos, são capazes de garantir a legitimidade para que assuma este papel.

Esta Folha, que durante a campanha no primeiro turno, dirigiu, tanto a Collor e a Lula como a todos os demais candidatos, o esforço permanente da crítica e da busca de informações isentas, não abdicará por um só momento de seu compromisso com o apartidarismo e com a vigilância. Mais do que nunca, cumpre lembrar que a decisão sobre quem deve ser o futuro presidente cabe apenas ao eleitor. É dele, depois de 29 anos, a prerrogativa de escolher, como achar melhor, quem governará o país. Acima das opiniões que se possam ter sobre Collor ou sobre Lula, as eleições presidenciais representam a plena confirmação da democracia brasileira. Já passou o tempo em que, depois de uma eleição, havia ainda a ser travada a luta pela posse, cercada de turbulências e ameaças. Hoje, vive-se um ambiente de confiança institucional e de vigência soberana do sistema democrático. Nesse ambiente, a Folha procurará, como sempre tem feito, cumprir o seu papel: o de uma imprensa moderna, apartidária, pluralista e incansável no dever da crítica.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil * * *

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otávio Frias Filho — **Conselheiro Editorial:** Luiz Alberto Bahia,
Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macado,
Carlos Alberto Longo, Janio de Freitas e Otávio Frias Filho (secretária)

Dimensões de um desafio

Por mais intensas que tenham sido as frustrações com a campanha eleitoral, por mais agudas que sejam as preocupações em face à situação econômica e social do país; por mais decepções e angústias que a história recente tenha acumulado para a opinião pública, a sociedade brasileira vive hoje um momento de realização democrática, de fortalecimento institucional e de serenidade cívica sem dúvida extremamente confortador. As eleições diretas para presidente exercem, com toda a clareza, um papel civilizatório para o país: chega-se, afinal, ao coroamento de todo um processo de transição democrática, difícil e lento, mas que se realizou sem traumas: nunca a população se manifestou de maneira tão ampla e tão livre sobre os seus destinos; celebra agora, em clima de tranquilidade e de respeito à lei, um acontecimento decisivo para o seu futuro, e que demonstra de maneira inequívoca como eram injustificáveis e obscurantistas os argumentos que, durante quase três décadas, voltaram-se contra o exercício de um direito fundamental dos cidadãos.

Considerações como estas se sobrepoem, a partir de uma perspectiva histórica mais ampla, ao julgamento específico que se possa fazer quanto aos resultados do pleito. No decorrer de toda a campanha, esta Folha não cessou de apontar as fragilidades programáticas, os lances de demagogia, os episódios condenáveis, a estreiteza ideológica, os preconceitos, os deslizos e desastres que marcaram as candidaturas de Collor de Mello e de Luis Inácio Lula da Silva. Só tem por que persistir, a partir de agora, no ímpeto crítico e no compromisso de rigoroso apertadismo que dirige sua atitude jornalística. Mas não se trata de reiterar as avaliações que aqui se têm feito às candidaturas do PRN e do PT. Mais importante do que isso é, de um lado, enfatizar a soberania da vontade da população; e, de outro, manifestar as expectativas que o resultado eleitoral suscita para o segundo turno.

Só se pode desejar que, como consequência do próprio ambiente de progresso institucional e de tranquilidade política que o transcorrer do pleito revelou, o próprio conteúdo das candidaturas em disputa venha a receber o influxo positivo do progresso civilizatório que a realização das eleições diretas para presidente traz consigo. A pequena distância que agora separa o instante da campanha sucessória e o momento de assumir as responsabilidades pelo governo de um país em crise profunda impõe a consideração de que é

mais do que nunca importante traçar planos concretos de solução dos problemas econômicos e sociais. Em primeiro lugar, porque o máximo de informação, de transparência e de debate será necessário para que, no segundo turno, o voto represente, sem falsas ilusões, a decisão popular sobre os caminhos que devem ser seguidos pelo país. Em segundo lugar, porque a etapa que se inaugura na sucessão presidencial é, em si, um teste para a capacidade política, para a seriedade programática e para a consistência governamental daquele que deverá assumir o cargo de presidente da República.

Podem-se esperar estas qualidades de Collor ou de Lula? A pergunta traz consigo um laço de justificado ceticismo. Mas talvez seja relevante considerar que, em função das alianças políticas que se vierem a fazer com vistas ao segundo turno e, principalmente, da legitimidade e da sustentação popular de que estará cercado o novo presidente, o resultado do pleito determina — ao menos, é o que se deseja — um incremento das dimensões das duas candidaturas; não serão mais os simples representantes de si mesmos, ou do relativamente estreito grupo de opinião ou da agremiação política a que pertencem, mas os representantes de uma vontade social mais ampla; após a eleição, o vencedor será mais ainda do que isto, terá de representar, antes de tudo, a vontade soberana da maioria da população.

Nada faz pressupor, por certo, que possa cumprir, pelo simples fato de ter sido eleito diretamente, esta exigência fundamental que cerca o cargo de presidente da República. A democracia envolve, sem dúvida, um processo constante de correção de rumos, que se manifesta com regularidade implacável em cada eleição. Mas o que se espera, de Collor e de Lula, é que este imperativo venha a manifestar-se com clareza em suas atitudes a partir de agora. Nitidez de programas não é um objetivo que necessariamente colida com a busca de uma ampliação política e de abertura para alianças; ao contrário, a solução da crise brasileira exige, antes de tudo, um esforço de consenso e de equilíbrio para que se realizem as reformas profundas que a realidade está a impor. Os desafios que se abrem para o futuro presidente são imensos; só se pode esperar que, deste espetáculo entusiasmante de democracia oferecido pelo pleito de 15 de novembro, os dois candidatos possam revelar-se, coisa que ainda está para se confirmar, à altura dessa tarefa.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ***

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otávio Frias Filho — **Conselho Editorial:** Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Mocado, Carlos Alberto Longo, Janio de Freitas e Otávio Frias Filho (secretário)

Vazio partidário

Os efeitos da eleição presidencial sobre o quadro partidário brasileiro confirmam com clareza um fenômeno já reconhecível há algum tempo: a desagregação do esquema político que deu sustentação à "Nova República", com o PMDB e o PFL obtendo resultados inexpressivos nas urnas. O mais difícil, a partir de agora, será saber até que ponto a disputa entre Collor e Lula abre condições para uma reorganização mais autêntica do sistema partidário.

Sem dúvida, o PT apresenta um grau de organização que o distancia das demais agremiações; beneficiou-se, por outro lado, de uma intransigência e de um oposicionismo que de certo modo esmaeceu suas indefinições internas — o resultado das eleições pode conduzir, naturalmente, a um esforço ainda maior de unidade em torno de seus objetivos táticos, mas cabe indagar se, com o peso de novas responsabilidades, a imagem unívoca do partido poderá manter-se com a mesma facilidade que a registrada até aqui.

As principais alterações na estrutura partidária não se localizam, entretanto, nessa área do espectro político. É o PRN, de Fernando Collor de Mello, que reserva as maiores incógnitas. Praticamente inexistente, serviu como legenda a um fenômeno eleitoral inusitado. As possibilidades de que se constitua como uma organização permanente são extremamente reduzidas; tende a atrair forças parlamentares ligadas ao PFL e a setores do PMDB, sem que isso resulte; contudo, numa estruturação de militância partidária organizada.

O PSDB, por sua vez, passa por

instantes decisivos quanto ao seu futuro; tem nas mãos a possibilidade de consolidar-se como alternativa de centro-esquerda, mas também conhece o risco de sofrer numa indefinição fatal no que diz respeito ao seu comportamento no segundo turno. O PL conseguiu, com a candidatura Afif Domingos, estabelecer as bases para uma organização de tendências liberais; suas perspectivas de consolidação só se manifestam, todavia, a médio e longo prazos. O PDS conseguiu sobreviver; fora do poder, com uma atuação bastante discreta, centrada apenas na presença de algumas personagens de destaque. Maluf sai fortalecido desta eleição, mas a abrangência do PDS como alternativa de poder continua a ser duvidosa. O PDT, sem conseguir que seu candidato passe ao segundo turno, apresenta escassas possibilidades de sobrevivência para além da figura de Leonel Brizola. O PMDB se divide e desagrega; o PFL define.

Vive-se um momento, assim, de desestruturação geral de um sistema que, em si mesmo, já era frágil. As possibilidades de uma recomposição autêntica de campos e de organizações são muito difíceis de vislumbrar para além das alianças táticas para o segundo turno; as eleições do ano que vem e o comportamento do próximo governo são outros fatores a determinar muitas dúvidas e variações conjunturais sobre o sistema partidário. Que este terá de passar por uma reformulação completa, é fato indiscutível; que isto se dê com a rapidez necessária, entretanto, é uma expectativa que nada garante que irá concretizar-se.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil e de

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor da Redação: Otávio Frias Filho — Conselho Editorial: Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Perolha, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo, Janio de Freitas e Otávio Frias Filho (secretário)

Rumo ao centro

É um fato positivo, e que vem confirmar o ambiente de serenidade democrática que acompanha o processo eleitoral, a tendência dos dois candidatos vencedores no primeiro turno, Collor de Mello e Lula, no sentido de evitar os riscos do *extremismo ideológico*. Por certo, será difícil esperar que, na próxima etapa da campanha, não se venha a produzir uma demarcação nítida de campos políticos; ao mesmo tempo em que a favorece, o sistema de dois turnos pressupõe, entretanto, uma busca de alianças e composições partidárias que tende neste caso a propiciar uma convergência, ou pelo menos uma inclinação considerável, em direção ao centro do espectro político.

Sabe-se de que modo o PT se tem beneficiado de uma intransigência doutrinária, de um espírito de militância irrefreado, em toda a sua história política. Foi essa atitude que lhe garantiu, de fato, a visibilidade e a imagem de coerência de que desfruta; mas este é, sem dúvida, um ponto difícil de ser conciliado com a ótica das responsabilidades governamentais que se exigem de uma candidatura no segundo turno. A gestão do PT nas prefeituras o tem colocado, com efeito, diante de dilemas que o simplismo de um apelo automático a reivindicação de toda natureza não é capaz de resolver. É curioso notar, entretanto, que a própria ambiguidade do partido no que diz respeito a uma profissão de fé socialista tende a afastá-lo de constrições doutrinárias incontestáveis, o que é positivo para as alianças que pretende fazer e as estratégias de governo que possa delinear.

Sem dúvida, idéias estatizantes, desconflanças extremas quanto aos mecanismos de mercado, táticas de confronto no que se refere ao sistema financeiro internacional, resistências a propostas de modernização e de desburocratização da economia constituem um centro de gravidade para a ideologia do PT que só com extremo esforço de responsabilidade e moderação poderão ser matizados em favor de um compromisso com a governabilidade do país. O teste da realidade política está diante da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva; as declarações que já têm sido feitas pelo PT indicam, ao menos no plano retórico, uma preocupação com esses fatos. Sejam quais forem as consequências práticas e concretas desse comportamento, não deixa de ser importante registrá-lo.

Quanto ao PRN de Collor de Mello, tem-se uma situação de certo modo inversa; sua campanha no primeiro turno, apesar de alguns excessos ideológicos, não se configurou — tampouco suas prioridades de governo indicam isso claramente — como tipicamente direitista; o espaço ocupado por Paulo

Maluf, do PDS, e por Ronaldo Calado, assim como as postulações liberais de Afif Domingos, diluíram bastante as possibilidades de uma identificação automática de Collor com um dos extremos do espectro político. Mas a própria indefinição de sua candidatura, fundamentada acima de tudo na bandeira do combate aos marajás, na recuperação da credibilidade do governo e no oposicionismo virulento ao governo Sarney, projetou do mesmo modo uma exigência de maior solidez programática e de responsabilidade de governo que o sucesso retórico de sua campanha não soube transmitir. Se as alianças de Collor de Mello se inclinaram em direção à direita, e mesmo aos remanescentes do governo Sarney, será difícil evitar a contraposição ideológica que os próprios líderes do PRN afirmam rejeitar. Caberá então aos compromissos programáticos, às propostas econômicas que Collor de Mello vier a anunciar, grande parte das iniciativas visando a apontar para uma preocupação redistributivista e de crítica às desigualdades sociais capaz de dissipar o clima de confronto.

A campanha no segundo turno impõe, assim, duas exigências simétricas, que não são necessariamente contraditórias. De um lado, é necessário que se explicitem com maior clareza os termos da opção que será oferecida ao eleitorado; nitidez de programas, previsibilidade nas estratégias governamentais são imposições imprescindíveis, não apenas do ponto de vista da autenticidade democrática, mas também da própria tranquilidade do ambiente político. Por outro lado, a busca de equilíbrio e composição partidária se faz necessária, também por duas razões. De um lado, porque interessa dissipar, em benefício da racionalidade da discussão, uma exacerbação ideológica capaz de embaçar os próprios termos da alternativa que estará diante do eleitor. Em segundo lugar, porque o esforço de governar um país tão complexo como o Brasil colide com soluções rudimentares, com aplicações grosseiras de princípios abstratos às circunstâncias do jogo político e à realidade econômica concreta. A disposição para adotar uma atitude moderada e cuidadosa neste segundo turno é certamente, ainda que por enquanto limitada ao plano das declarações à opinião pública, um sintoma louvável de que essa preocupação começa a estar presente para as duas candidaturas. A expectativa, entretanto, se intensifica na direção de que tal comportamento venha a se traduzir numa consistência programática e numa atitude de real proximidade diante das circunstâncias práticas de governo — desafios que ainda estão longe de se encontrar satisfatoriamente atendidos pelos dois candidatos.